

17º

Relatório Gerencial de Resultados

01 de janeiro a 31 de março de 2023

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:
13/04/2023



Rua Juiz de Fora, 284, Segundo Andar - Barro Preto
Belo Horizonte - MG, 30180-060 | (31) 3564-0957

DIRETOR PRESIDENTE

Gleiber Gomes de Oliveira

DIRETORIA INSTITUCIONAL

Alexandre Compart

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

Fabiano Neves

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Caroline Rocha de Melo

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Juliana Mourão Mendes

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS

Rafaela Carvalho Naves Graziotti

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas – Gerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Flávia Palma e Robert Tavares - Analistas de Monitoramento e Gestão de Projetos

Celso Nunes, Daniele Mesquita, Mariana Viegas e Poliana Santos – Supervisão Metodológica do Programa Mediação de Conflitos

Gilson Alves da Silva, Lucas Romano, Márcia F. de Oliveira Silva e Mariana Ruas Rodrigues - Supervisão Metodológica do Programa Fica Vivo!

Joyce Dayanne Silva - Supervisão Metodológica do Programa Se Liga

Jakeline Lara, Maíra Rinco e Poliana Marques - Supervisão Metodológica do Programa Ceapa

Fabiane Ferreira Barbosa, Rita de Cássia dos Santos e Tiago Andrade La-Gatta - Supervisão Metodológica do PrEsp

Jéssica Borges - Supervisão Metodológica do Programa Selo Prevenção Minas

Ana Paula M. de Andrade, Beatriz Santana e Delor Celestino da Costa Junior – Supervisão da Gestão

Sumário

Introdução	4
Detalhamento dos resultados alcançados	8
Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	8
Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....	17
Área Temática: Programa Se Liga	32
Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	44
Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional.....	55
Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	66
Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	73
Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade.....	83
Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	99
Área Temática: Gestão da Parceria.....	112
Área Temática: Produtos	114
Considerações finais	126
Comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária	128

INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, no 17º Período Avaliatório (01/01/2023 a 31/03/2023). Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

O ano de 2023 tem como novidade o incremento do número de indicadores pactuados no Plano de Trabalho do VII Termo Aditivo ao CG vigente. O programa Selo Prevenção, que antes tinha apenas um indicador, agora passa a ter três. Por sua vez, o antigo indicador de participações em capacitações e supervisões realizadas pela supervisão metodológica e da gestão dá lugar a novos três indicadores correlatos. Ao todo, o atual Plano de Trabalho e, consequentemente, o Relatório Gerencial de Resultados passam a ser compostos por 30 indicadores e mais 10 produtos a serem entregues ao longo do ano.

O 17º Período Avaliatório mantém o padrão positivo dos períodos anteriores, de modo que se observa o cumprimento integral de quase todos os indicadores pactuados e a execução e conclusão de outras ações e produtos importantes, dentre os quais destacam-se: 1) conclusão das 23 atividades de circulação previstas para a primeira etapa do Projeto Circuito Liberdade, do Programa Se Liga, e início da última etapa referente aos cursos de formação dos adolescentes em abril; 2) Conclusão dos Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade em 15 municípios da região metropolitana e interior (Betim, Contagem, Ibirité, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano, Divinópolis e Governador Valadares), em dezembro de 2022, e o de Belo Horizonte, em fevereiro de 2023. O projeto contou com 1.555 participantes, considerando os públicos atendidos e profissionais do(s) Programa(s) de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa), Se Liga, Selo Prevenção Minas, Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, bem como as organizações e instituições das redes parceiras. 3) Além de Curvelo, início das atividades e/ou atendimentos das equipes da Ceapa e PMC no Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência em Barbacena e Pouso Alegre.

Na sequência, descreve-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					17º Período Avaliatório Jan/23 a Mar/23	
1		1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 9.000 •	• 15.322 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 1.490 •	• 2.623 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 2.700 •	• 3.366 •
2		2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 2.400 •	• 3.043 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 6.000 •	• 6.971 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 20.601 •	• 24.891 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 136 •	• 128 •
3		3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	• 420 •	• 838 •
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	• 210 •	• 506 •
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	• 270 •	• 205 •
4		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 15.300 •	• 18.048 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 74% •	• 69% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 1.125 •	• 1.006 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					17º Período Avaliatório Jan/23 a Mar/23	
5		5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 5.886 •	• 5.584 •
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 78% •	• 80% •
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 432 •	• 509 •
6		6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	• 33 •	• 18 •
		6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica nos municípios abrangidos pelo Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar	3	• 315 •	• 969 •
		6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	• 45 •	• 245 •
7		7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2	• 75 •	• 166 •
		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 210 •	• 271 •
		7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 30 •	• 102 •
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 60 •	• 80 •
		8.2	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 196 •	• 235 •
		8.3	Número acumulado de participantes em Capacitações	1	• 28 •	• 1.401 •
		8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 8,5 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					17º Período Avaliatório Jan/23 a Mar/23	
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC de base territorial por período avaliatório	3	• 56 •	• 62 •
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	3	• 9 •	• 9 •
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• •
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	• •

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 9.000 •	• 15.322 •
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos e da realização de oficinas. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das UPCs, que registram elevada incidência de criminalidade violenta. Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido. Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades: 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de Conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

Neste 17º Período Avaliatório, o Programa Mediação de Conflitos conseguiu alcançar as metas previstas para o trimestre (janeiro, fevereiro e março), inclusive, superando-as de forma expressiva, principalmente em relação ao indicador 1.1 e 1.2. No ano de 2023, tivemos alterações nas metas globais pactuadas, porém, no que se refere ao 1º trimestre, tivemos alterações mais discretas em comparação ao trimestre anterior, indicador 1.1 -meta 9.000 atendimentos, anterior 8.988, 1.2- meta 1.490, anterior 1.520 e 1.3- meta 2.700 ações de rede, anterior 3.131. Vale ressaltar que, para os próximos períodos, os ajustes terão maiores impactos.

A meta global prevista para o indicador 1.1 (número acumulado de atendimentos) neste trimestre era de 9.000 atendimentos e o programa executou 15.322 atendimentos, ou seja, 70,2% a mais do que estava previsto para o período. Se compararmos os resultados desse indicador ao do 13º Período avaliatório (janeiro, fevereiro e março/22), onde o PMC realizou 11.441

atendimentos, houve um aumento de 3.881 atendimentos neste trimestre em relação àquele (13º PA). Essa comparação é importante para entendermos o quanto o PMC elevou os resultados desse indicador em análise ao mesmo período do ano anterior. Ainda considerando resultados anteriores para esse indicador, no 16º PA o PMC totalizou 12.238 atendimentos, resultando para esse período (17º PA) um acréscimo de 3.084 atendimentos neste trimestre.

O programa superou a meta mensal prevista para este indicador (Meta: 3.000) em todos os meses do período, executando 3.985 atendimentos em janeiro, 3.922 em fevereiro e 7.415 em março. A superação das metas nesse indicador, apontam alguns fatores que merecem destaque nesse relatório. Um deles é a execução do projeto institucional "É NA BASE: PMC e escolas de Minas Gerais atuando no enfrentamento à violência contra as mulheres", que a exemplo do ano passado, contou com a execução de projetos no contexto escolar, abordando em especial a violência contra as mulheres, que ganha maior notoriedade no mês de março, por ser o mês no qual é comemorado o Dia Internacional da Mulher. No referido mês, o PMC totalizou 7.415 atendimentos; somente a modalidade "projetos", onde são registrados os atendimentos do "É NA BASE", representou 31% do total de atendimentos no período, o maior percentual entre as modalidades de atendimento. Devido a contextos particulares de cada território, nem todas as equipes executaram o projeto, sendo assim, ainda teremos impactos dessa execução à medida que as equipes forem realizando os projetos. Consideramos que na 2ª edição do "É NA BASE", as atividades propostas ganharam maior consolidação, trazendo para as equipes mais elementos do contexto comunitário e perspectivas para intervenções futuras.

Se compararmos os resultados do ano passado, no mês de março/22, onde a maior parte das equipes executaram o projeto "É NA BASE", teremos um aumento de 1.993 atendimentos em 2023. Outro fator relevante, é o alcance das oficinas PMC em termos de atendimentos. Nesse ano, tivemos alterações na forma de registro dos atendimentos em oficinas, antes contabilizados em "Projetos de Prevenção", e agora passam a ser registrados em modalidade específica "Oficinas". As equipes ainda estão em processo de transposição no formato de registro, por isso, os números ainda podem estar distribuídos nas duas modalidades mencionadas. Considerando os dados específicos da modalidade de oficinas, o PMC totalizou 3.583 atendimentos, o que corresponde a 23% da meta prevista para o indicador no trimestre. Com o processo de expansão das oficinas, previsto para o 2º semestre/23, a tendência é que essa modalidade cresça consideravelmente a partir do 3º trimestre (julho, agosto e setembro), trazendo ainda mais impactos para o indicador 1.1. Nesse trimestre, houve relativo equilíbrio entre três modalidades de atendimento (individual, projetos e oficinas) resultando em números próximos em relação ao desempenho de cada uma, como podemos observar a seguir.

Outro fator em relação ao indicador 1.1 que é importante mencionar, é a alteração nos registros de casos de violência. A partir de 2023, todos os casos em que houver fenômenos de violência e a equipe realize intervenções, passarão a ser contabilizados com demanda principal "violência", sem a possibilidade de anexo para registros específicos em situações de violência, como era feito anteriormente. Essa modificação, possibilitará uma mensuração mais assertiva dos dados de violência. Neste trimestre, já podemos observar como essa alteração já traz indícios de como estes dados poderão ser melhor quantificados ao longo do ano.

Em relação ao indicador 1.2- Média mensal de pessoas atendidas, o desempenho do PMC também foi muito superior à meta estipulada para o trimestre. A meta para os três primeiros meses de 2023 era de 1.490 e o programa atendeu em média 2.623 pessoas, superando em 76% o valor estipulado. De forma geral, as pessoas atendidas pelo programa se distribuíram entre todas as práticas de atendimento, de forma equilibrada, como pode ser observado no gráfico abaixo. Entretanto, vale destacar as práticas de projeto e oficina, que juntas corresponderam a 46,7% das pessoas atendidas, destacando, sobretudo, pessoas que participaram dos encontros de oficina nos três meses e do projeto "É NA BASE" no mês de março.

De maneira semelhante ao que aconteceu com o indicador 1.1, o indicador 1.2 foi afetado de forma significativa pelo projeto institucional "É NA BASE", ocasionando com que novas pessoas, sobretudo adolescentes, fossem atendidas pelo programa. Tal fenômeno pode ser constatado, a partir da observação e análise do desempenho das equipes em cada mês do trimestre, sendo que nos meses de janeiro e fevereiro, o número de pessoas atendidas foi semelhante, totalizando 1.707 e 1.856, respectivamente, e no mês de março, período em que foi executado o projeto "É NA BASE", as equipes atenderam 4.306 pessoas, mais que o dobro dos meses anteriores. Em números absolutos, foram atendidas no primeiro trimestre de 2023, 7.870 pessoas.

O impacto desse projeto, pode ser percebido também através da mudança de perfil do público atendido pelo programa. Historicamente, o PMC atende um público majoritariamente feminino em idade adulta. Inclusive, este é o perfil da maior

parte das pessoas que acessam as políticas públicas de forma voluntária, sendo os marcadores de gênero e geração relevantes para esse entendimento. Entretanto, como o projeto foi executado em parceria com as escolas, atendendo principalmente adolescentes, acontece uma mudança no perfil do público, sendo que a maior parte, 42,7% das pessoas atendidas pelo PMC no primeiro trimestre de 2023 tinham menos de 18 anos de idade. Por fim, ainda sobre este indicador, vale destacar que, mesmo se não houvesse a execução do projeto “É NA BASE”, muito provavelmente as equipes apresentariam um desempenho superior à meta, tendo em vista os resultados dos dois primeiros meses e uma projeção semelhante para o terceiro.

Em relação ao indicador 1.3- Ações junto às redes de proteção social, o programa também superou em 24% a meta estabelecida para o trimestre, executando 3.366 ações em rede, sendo que a meta era de 2.700. Apesar do ótimo desempenho observado, é importante salientar que este indicador foi o único que teve uma redução na meta prevista em comparação com o ano passado, passando de 2.869 no primeiro trimestre de 2022 para 2.700 no primeiro trimestre de 2023. Tal fato se deu, a partir de uma leitura em conjunto da supervisão e diretoria sobre os processos de trabalho das equipes, que após o período de pandemia, conseguiram investir esforços no atendimento ao público, diminuindo a frequência de algumas articulações com a rede, que em um período mais agudo, eram extremamente estratégicas. Mesmo com essa diminuição na meta global, as equipes tiveram resultados satisfatórios e equilibrados entre os meses do primeiro trimestre, realizando 1.038, 1.002 e 1.326 ações em rede em janeiro, fevereiro e março, respectivamente.

Ao contrário dos indicadores 1.1 e 1.2, o indicador de rede é menos afetado pelo projeto “É NA BASE”, já que o objetivo final é atender o público das instituições de ensino. Entretanto, as articulações com essas instituições são necessárias e importantes, de forma a construir as intervenções, contribuindo para o aumento perceptível de ações de rede no mês de março. Além disso, este é um mês no qual geralmente as equipes realizam diversas articulações com a rede de proteção social, visando ações direcionadas para o Dia Internacional da Mulher. Tal leitura pode ser observada quando a análise é feita a partir das diferentes modalidades de ações de rede, dentre as quais, a construção de fluxos/alinhamento institucional recebe destaque, ocupando 39% das ações realizadas pelas equipes, com destaque para o mês de março, no qual foram realizadas 560 dessas articulações. Por fim, é interessante ressaltar que no mês de fevereiro houve um número menor de ações de rede, embora a diferença seja discreta em relação à janeiro. Provavelmente, tal redução se deu pelo fato de fevereiro ser um mês mais curto, devido ao feriado de Carnaval.

Conforme explicitado e analisado anteriormente, as equipes do PMC tiveram um ótimo desempenho neste primeiro trimestre de 2023, alcançando resultados importantes tanto do ponto de vista quantitativo, como qualitativo, visto que investiram esforços em atendimentos, projetos e articulações com a rede voltados para a prevenção/enfrentamento às violências.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 foram realizados cumulativamente 15.322 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até março de 2023 era de 9.000, atingiu-se o objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 2 - Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CABANA	94	82	149	325
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	56	35	82	173
JARDIM FELICIDADE	50	68	147	265
JARDIM LEBLON	119	120	146	385
MINAS CAIXA	38	39	52	129
MORRO DAS PEDRAS	104	107	180	391
PEDREIRA PRADO LOPES	177	191	216	584
PRIMEIRO DE MAIO	175	108	91	374
RIBEIRO DE ABREU	79	126	100	305
SANTA LÚCIA	92	120	133	345
SERRA	260	211	311	782
TAQUARIL	538	474	672	1684

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
VILA PINHO	154	166	135	455
CITROLÂNDIA	75	110	112	297
JARDIM DAS ALTEROSAS	46	31	339	416
JARDIM TERESÓPOLIS	229	226	468	923
PTB	77	48	88	213
NOVA CONTAGEM	173	182	363	718
RESSACA	63	63	147	273
CARAPINA	103	89	121	313
TURMALINA	254	257	540	1051
BOM JARDIM	41	44	128	213
OLAVO COSTA	225	157	157	539
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	194	173	385	752
JUSTINÓPOLIS	44	21	56	121
ROSANEVES	42	43	132	217
VENEZA	40	118	668	826
PALMITAL	193	192	222	607
VIA COLÉGIO	50	64	141	255
JARDIM CANAÃ	36	106	118	260
MORUMBI	135	119	725	979
MORRO ALTO	29	32	91	152
TOTAL	3985	3922	7415	15322

No 17º Período Avaliatório (janeiro a março de 2023), somente 2 equipes do PMC estiveram mais distantes (abaixo ou igual a 80%) da meta relativa ao número de atendimentos. Foram elas: Morro Alto e Ribeiro de Abreu.

O PMC do Morro Alto, assim como no 16º período avaliatório, não atingiu a meta estipulada, entretanto, teve um desempenho melhor em relação ao final de 2022. A equipe executou 80% da meta, sendo que no último trimestre de 2022, realizou somente 39%. Mesmo com a notável melhora neste indicador, a equipe não atingiu o previsto, em grande parte devido ao fato de a equipe ser composta por analistas com pouco tempo de atuação no programa, pois ambas chegaram em dezembro de 2022 e, somente agora estão conseguindo acessar mais referências comunitárias, realizar atendimentos, circulações e desenvolver projetos. Além disso, uma analista apresentou neste período muitas questões de saúde, tendo que se ausentar do trabalho, o que diminui, portanto, a capacidade de intervenção da equipe. Outro fator de dificuldade são algumas fragilidades metodológicas que a equipe tem apresentado, mas que já estão sendo manejadas em conjunto pela supervisão, gestão e diretoria.

A unidade do Ribeiro de Abreu, que do último período avaliatório para este, apresentava expectativa de melhora no alcance do indicador, não avançou tão significativamente, tendo nesse trimestre realizado apenas 77% da meta. Essa equipe esteve muito fragilizada ao longo desse período por diversos fatores. Questões de relacionamento e de organização interna da equipe impactaram na produtividade e na condução do trabalho, demandando intervenções da gestão, da supervisão e dos recursos humanos do Instituto Elo, culminando na saída de uma das analistas da equipe, em período concomitante a férias de outra analista, estando a equipe descoberta no mês de fevereiro contando com apenas um analista e a estagiária. Neste mesmo período, também ocorreu o desligamento da Gestão Social da unidade, estando a equipe sem o suporte desse ator estratégico durante parte do mês de fevereiro e todo o mês de março. Contudo, a vaga da analista desligada foi repostada ao final desse trimestre, estando a equipe novamente completa, possibilitando um investimento da supervisão em ações corretivas que respondam aos indicadores pactuados para a equipe. Ressaltamos ainda, que nesse período também ocorreu o desligamento de uma das oficinas da equipe, estando essa em processo de mobilização e recebimento de novas propostas para a reimplantação.

Muitas equipes estiveram acima da meta estabelecida para o trimestre. Sendo assim, iremos considerar para análise, aquelas que superaram a meta de forma mais significativa. Foram elas: Primeiro de Maio e Taquaril.

O PMC do Taquaril segue sendo destaque no número de atendimentos, em comparação com as demais equipes, tendo superado em 260% a meta prevista para o trimestre. Assim como no ano passado, o principal fator que justifica esse resultado é a realização de 3 oficinas no território, que possuem um público alto e consistente. Outro fator que também

contribuiu para este desempenho foi o projeto “É na Base” e o maior número de atendimentos individuais realizados pela equipe no mês de março, contribuindo para que só em março tivessem 546 atendimentos.

A Unidade do Primeiro de Maio realizou um grande volume de atendimentos superando mais de 200% da meta para o período. A expressividade desse indicador se dá pelo alto número de atendimentos realizados em organizações comunitárias. Por ser uma equipe de reimplantação e por considerar que a localização da UPC não é a mais estratégica, a equipe esteve muito investida em consolidar o Programa Mediação de Conflitos no território e por isso trabalhando com muitas estratégias de mobilização social. Nesse período, por exemplo, a equipe realizou intervenção construída com a rede local em diversos espaços do território, bem como mantém agendas semanais de atendimentos itinerantes, de intervenções em parceria com o centro de saúde, dentre outros. Outro fator, foi a realização do Fórum Multiterritorial de Belo Horizonte em fevereiro, de modo que a equipe também esteve atuando na mobilização dos moradores e na condução dos atos preparatórios.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.490 •	• 2.623 •
Descrição do Indicador	
Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária: 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de Conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 foram atendidas em média • 2.623 • pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 1.490 •, alcançou-se 76% acima do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 3 – Distribuição da média mensal por UPC

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CABANA	68	60	129	86
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	30	23	60	38
JARDIM FELICIDADE	31	48	95	58
JARDIM LEBLON	48	55	53	52
MINAS CAIXA	16	15	25	19
MORRO DAS PEDRAS	66	63	96	75
PEDREIRA PRADO LOPES	77	74	109	87
PRIMEIRO DE MAIO	158	99	71	109
RIBEIRO DE ABREU	33	93	55	60
SANTA LÚCIA	40	35	55	43
SERRA	98	62	143	101
TAQUARIL	71	91	124	95
VILA PINHO	56	90	60	69
CITROLÂNDIA	50	91	77	73
JARDIM DAS ALTEROSAS	28	19	141	63
JARDIM TERESÓPOLIS	75	96	245	139
PTB	38	30	73	47

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
NOVA CONTAGEM	73	66	170	103
RESSACA	38	41	124	68
CARAPINA	34	30	103	56
TURMALINA	128	97	361	195
BOM JARDIM	26	35	125	62
OLAVO COSTA	58	48	45	50
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	58	84	258	133
JUSTINÓPOLIS	42	18	46	35
ROSANEVES	32	37	90	53
VENEZA	24	110	390	175
PALMITAL	91	77	104	91
VIA COLÉGIO	34	45	127	69
JARDIM CANAÃ	30	70	55	52
MORUMBI	38	29	622	230
MORRO ALTO	18	25	75	39
TOTAL	1707	1856	4306	2623

Nesse 1º trimestre todas as UPCs atingiram as metas estabelecidas para o período, resultado muito positivo para esse indicador, que em alguns momentos apresenta cenários desafiadores para o cumprimento das metas. Dessa forma, iremos destacar aquelas Unidades que apresentaram resultados muito superiores ao previsto. São elas: Primeiro de Maio e Taquaril.

Assim como no indicador 1.1, o PMC do Taquaril superou de forma significativa a meta, realizando 702% a mais do previsto para o trimestre. As principais justificativas para este desempenho estão ligadas ao número alto de pessoas que são atendidas pelas oficinas existentes no território e pelos atendimentos em projeto, sobretudo no mês de março, durante o qual a equipe realizou 860% acima da meta, elevando o resultado da média no trimestre.

Em consonância ao indicador de atendimentos, a UPC do PMC Primeiro de Maio também se destacou por elevar o indicador de média de pessoas em mais de 400% do previsto para a equipe. Retorno de todo esse investimento da equipe nas ações comunitárias, esse indicador se manteve em alta ao longo dos três meses a que correspondem esse relatório. Já no primeiro mês do ano, a equipe participou de ação em parceria com a rede do território que teve amplo alcance de pessoas, sendo que a maior parte delas estavam tendo seu primeiro contato com o PMC. Isso se mantém nos dois meses que se seguem, em função das agendas de intervenções itinerantes, bem como as circulações e diálogos estratégicos mantidos pela equipe.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.700 •	• 3.366 •
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente, entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido. Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social: 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e à mediação comunitária; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa;	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Até o mês de março de 2023 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas cumulativamente • 3.366 • ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.700 •, o objetivo foi alcançado integralmente (24,6% acima da meta). Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 4 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CABANA	27	26	38	91
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	20	20	30	70
JARDIM FELICIDADE	28	28	37	93
JARDIM LEBLON	40	43	54	137
MINAS CAIXA	28	5	29	62
MORRO DAS PEDRAS	61	42	40	143
PEDREIRA PRADO LOPES	41	21	28	90
PRIMEIRO DE MAIO	33	40	89	162
RIBEIRO DE ABREU	44	11	23	78
SANTA LÚCIA	35	43	46	124
SERRA	43	43	115	201
TAQUARIL	19	35	55	109
VILA PINHO	16	46	60	122
CITROLÂNDIA	26	34	45	105
JARDIM DAS ALTEROSAS	14	11	12	37
JARDIM TERESÓPOLIS	48	45	46	139
PTB	35	28	26	89
NOVA CONTAGEM	80	58	46	184

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
RESSACA	23	21	32	76
CARAPINA	40	31	35	106
TURMALINA	45	52	66	163
BOM JARDIM	11	20	23	54
OLAVO COSTA	56	46	48	150
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	25	30	32	87
JUSTINÓPOLIS	17	8	20	45
ROSANEVES	21	19	24	64
VENEZA	41	35	56	132
PALMITAL	31	54	58	143
VIA COLÉGIO	24	22	22	68
JARDIM CANAÃ	29	40	36	105
MORUMBI	25	36	38	99
MORRO ALTO	12	9	17	38
TOTAL	1038	1002	1326	3366

Em relação ao indicador 1.3, UPCs Unidades apresentaram resultados mais distantes da meta estabelecida, por isso vamos discutir a unidade do Morro Alto, que se destacou nesse aspecto. O PMC do Morro Alto demonstrou um desempenho inferior ao previsto para este trimestre, realizando 70% da meta. Assim como no indicador 1.1, a equipe apresentou uma melhora nos resultados em relação ao trimestre anterior, no qual atingiu 55% da meta. Tal avanço demonstra a maior consolidação das ações junto à rede desta equipe, formada por analistas recentes. Entretanto, devido à ausência de uma das analistas por questões de saúde em diversos períodos do trimestre, a equipe ficou limitada para investir em um número maior de articulações com a rede.

Algumas UPCs tiveram um desempenho considerável neste indicador, superando em mais de 100% as metas previstas, desse modo, iremos destacar: Jardim Canaã, Nova Contagem e Primeiro de Maio.

A UPC de Nova Contagem apresentou resultados bem acima da meta estabelecida para o trimestre (meta=87 ações de rede), sendo a meta mensal 29 ações de rede. Somente no mês de janeiro a equipe realizou 80 ações de rede, o que já representou 92% da meta. Na sequência foram 58 ações em fevereiro e 46 em março; com isso a equipe obteve um desempenho de 211% da meta prevista para o período. Considerando a recente formatação da equipe, muitas ações acontecem no sentido da equipe se aproximar da rede, criando vínculos e reforçando a importância das articulações em rede no território e no município. Para além disso, o início do ano apresentou inúmeros espaços de rede, para discussão de temáticas específicas e também alinhamentos institucionais, com a perspectiva de construção de fluxos e parcerias efetivas para o atendimento do público que acessa o PMC.

O PMC do Jardim Canaã superou a meta prevista em 106%, sendo que nos meses de fevereiro e março a equipe realizou 40 e 36 ações de rede, respectivamente, melhorando o desempenho no período. As articulações estiveram relacionadas a várias ações e projetos desenvolvidos em parceria com escolas, centros de saúde e ONGs do território para trabalhar violência escolar, conflitos familiares e violência de gênero. Sendo assim, para a execução dessas práticas, foi necessário um alto engajamento por parte da equipe em alinhamentos institucionais no intuito de prevenir/enfrentar contextos de violência em rede.

O elevado número de atendimentos e de pessoas atendidas realizados pela equipe do Primeiro de Maio também é retorno do investimento da equipe na consolidação do trabalho junto à rede. A equipe tem conseguido construir diálogos com fluidez com a rede local, bem como ser demandada para parceria nas ações que tocam as temáticas trabalhadas pelo programa. No mês de março, por exemplo, a equipe esteve discutindo violência de gênero nos espaços de rede. Destacamos ainda, o retorno das reuniões mensais de rede que estavam paralisadas, possibilitando a construção de ações em nível local. Outras articulações estão relacionadas ao investimento da equipe na qualificação da atuação e da leitura territorial, da dinâmica das violências e da criminalidade.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.400 •	• 3.043 •
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial) que extrapolam a dimensão do ofício. As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPCs (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto. Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

A partir da análise dos resultados obtidos no 17º período avaliatório, é possível verificar a materialização do empenho das equipes técnicas através do alcance das metas referentes aos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3. Tal empenho teve o acompanhamento constante e próximo das supervisões metodológicas e gestões sociais, oferecendo suporte em níveis de articulação e metodológicos; em discussões frequentes e acompanhamentos das metas e resultados.

Dentre as ações que estiveram no foco das equipes para o alcance desses números exitosos, podemos destacar:

- A busca persistente por novos projetos de oficina, seja pela via dos chamamentos públicos, por divulgações de outra natureza, ou por indicações da rede, comunidade em geral e juventudes dos territórios;
- A realização de projetos locais e de circulação, modalidades de atendimento que, além de seus objetivos primários, podem contribuir para uma maior aproximação com a juventude que ainda não participa das oficinas do Programa. Além disso, a realização dos projetos contribui para que o nome do Programa circule pelo território, contribuindo de forma colateral tanto para a divulgação do mesmo como para a possibilidade de recebimento de projetos de oficina;
- Algumas equipes têm como uma frente de trabalho relevante a realização de atendimentos individuais, e, mesmo sendo num montante menor do que as outras modalidades de atendimento, contribui para o fortalecimento do vínculo da juventude atendida com o Fica Vivo! em cada uma das áreas de abrangência.

O aumento do recurso para pagamento dos/das oficineiros/as e a capacitação de oficineiros/as no fim do ano de 2022 também podem ter apresentado certa contribuição na melhoria da imagem do Programa nos territórios. Os/as oficineiros são pessoas com circulação constante nas áreas de abrangência e, portanto, uma maior satisfação na execução do trabalho pode contribuir para uma visibilidade positiva, atraindo assim a possibilidade de maior recebimento de projetos.

Dito isso, ressaltamos a dedicação e compromisso das equipes, na observância das metas e dos indicadores, e do investimento constante nas diversas formas de atendimento do Programa. Entendemos que, a partir do alcance das metas, é possível trabalhar de maneira mais aprofundada na qualificação dos atendimentos ofertados aos/às jovens nos próximos períodos avaliatórios.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, **3.043** encontros de oficiais por mês. A meta estabelecida foi de **2.400**. Portanto, o programa superou em 26,7% o estabelecido. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Tabela 5 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
CABANA	117	102	140	119,67
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	64	58	95	72,33
JARDIM FELICIDADE	113	108	129	116,67
JARDIM LEBLON	88	78	98	88,00
MINAS CAIXA	30	36	40	35,33
MORRO DAS PEDRAS	123	101	116	113,33
PPL	60	61	65	62,00
PRIMEIRO DE MAIO	66	56	60	60,67
RIBEIRO DE ABREU	104	95	119	106,00
SANTA LÚCIA	97	90	101	96,00
SERRA	106	90	86	94,00
TAQUARIL	145	131	166	147,33
VILA PINHO	104	90	98	97,33
CITROLÂNDIA	118	106	126	116,67
JARDIM DAS ALTEROSAS	38	26	37	33,67
JARDIM TERESÓPOLIS	64	65	74	67,67
PTB	85	81	96	87,33
NOVA CONTAGEM	142	140	165	149,00
RESSACA	83	80	75	79,33
CARAPINA	83	73	82	79,33
TURMALINA	47	35	59	47,00
BOM JARDIM	9	9	20	12,67
OLAVO COSTA	85	81	86	84,00
CRISTO REI	0	0	0	0,00
SANTOS REIS	90	81	98	89,67
JUSTINÓPOLIS	100	80	90	90,00
ROSANEVES	55	58	59	57,33
VENEZA	132	127	143	134,00
PALMITAL	124	115	140	126,33
VIA COLÉGIO	86	80	100	88,67
JARDIM CANAÃ	90	80	93	87,67
MORUMBI	93	99	109	100,33
MORRO ALTO	78	69	78	75,00
TOTAL	2819	2581	3043	2814,33

A partir dos esforços das equipes do Programa Fica Vivo! nos últimos trimestres para a ampliação da oferta de oficinas nos territórios com o objetivo de alcançar o teto de oficinas proposto no Contrato de Gestão, bem como para o acompanhamento das oficinas implantadas, visando diminuir intercorrências que influenciam no quantitativo de encontros, a meta estipulada para o primeiro indicador da política foi alcançada no 17º Período Avaliatório.

Destacamos, a seguir, os territórios nos quais obtivemos desempenho e resultados efetivos neste indicador, aqueles em performamos deficitariamente, as causas desses desempenhos e as intervenções possíveis para adequação da atuação do Programa.

Pode-se elencar três fatores para o resultado de destaque positivo das UPCs do Taquaril, Nova Contagem e Veneza:

O primeiro refere-se ao número de oficinas implantadas em cada território, uma vez que quanto maior o número de oficinas, maior o número de encontros executados. As unidades acima contam com 16, 18 e 16 oficinas respectivamente, o que contribui para o elevado número de encontros realizados ao longo do trimestre.

O segundo fator, refere-se à diminuição de intercorrências que inviabilizam os encontros, tais como: oficina não dada e sem reposição, ausências dosicineiros por questões de saúde, locais de oficinas indisponíveis por tempo indeterminado (o que exige intervenção rápida para mudança de espaço), entre outras.

O terceiro fator, refere-se à composição das equipes. Geralmente, as equipes do Programa são compostas por 2 profissionais, mas nos contextos das 3 Unidades explicitadas, as equipes são formadas por 3, 3 e 4 analistas sociais, o que favorece o processo de acompanhamento das oficinas/oficineiros, sendo possível a partir do referenciamento, dar suporte mais próximo às problemáticas que surgem no cotidiano de trabalho. Diante da extensão territorial das áreas de abrangência, das demandas comunitárias e do consequente aumento do teto de oficinas nessas 3 UPC's, a ampliação das equipes de analistas sociais se apresenta como uma estratégia fundamental para qualidade do serviço prestado pela política pública e melhor acompanhamento dos processos de trabalho.

A seguir, evidenciaremos as UPC's que tiveram acentuadas dificuldades de alcance da meta, ficando aquém do estabelecido para o Indicador 2.1:

1) Jardim das Alterosas

Atualmente, a UPC Jardim Alterosas conta com quatro oficinas. Como o número de encontros também tem relação com o número de oficinas implantadas, é possível considerar que o quantitativo mais baixo de encontros se deve ao fato de terem menos oficinas ativas nesta unidade. A equipe vem se debruçando nas tentativas de ampliar o número de oficinas, fazendo divulgações e chamamentos públicos, além de receber indicações da comunidade. Há que se ressaltar, ainda, um fator de desafio para uma expansão mais acelerada das oficinas no território: a área de abrangência do Jardim das Alterosas conta com poucos equipamentos públicos e espaços de lazer para a comunidade. Assim, o diálogo com a rede tem sido muito importante no sentido de potencializar o uso dos poucos espaços presentes. Além disso, não tem surgido tantas propostas em que seja possível a realização de atividades no espaço da rua, o que também é um fator de desafio para as implantações. Somado aos diálogos com a rede, a equipe vem se aprofundando em explorar as possibilidades oferecidas pelo território e discutindo as propostas de projetos com a supervisão. Espera-se que ao longo dos próximos meses seja possível aumentar o quantitativo de oficinas ativas no Jardim das Alterosas, e, consequentemente, aumentar o número de encontros oferecidos para a juventude do território.

2) Minas Caixa

Diante das complexidades que envolvem o processo de retomada de uma Unidade de Prevenção, espera-se que gradualmente o Fica Vivo! no Minas Caixa, avance em seus atendimentos. Em consequência das ações de chamamento, no trimestre anterior foi possível a implantação de 3 oficinas, percebendo naquele período, avanços nas respostas dos indicadores. No entanto, no trimestre jan.-fev.-mar. foi possível implantar apenas 1 oficina.

O território Jardim dos Comerciantes tem demandado da equipe várias frentes de trabalho que envolvem, principalmente, acompanhamento dos desafios com as redes onde ocorrem duas oficinas, aquecimento das dinâmicas das violências e das criminalidades, contextos graves de vulnerabilidades sociais que exigem estabelecimento de fluxos constantes com as redes de proteção. Assim, as ações do Programa estão focadas nesse microterritório. Os projetos recebidos para atendimento à região, considerada prioritária, ainda estão restritos devido às suas especificidades e demandas das juventudes, mas a equipe tem investido no impulsionamento de chamamento e entrevistas com novos proponentes como tentativas de efetivação de implantações.

No mês de Fevereiro foi possível iniciar uma oficina de Passinhos no Jardim dos Comerciantes, e para o mês de Abril, iniciarão duas novas oficinas: de grafite, também no Comerciantes e de maquiagem no Minas Caixa. Diante disso, para o próximo trimestre haverá melhor desempenho nos indicadores.

3) Bom Jardim/Esperança

A UPC Bom Jardim/Esperança conta com atualmente duas oficinas ativas. O pequeno número de oficinas tem como consequência o baixo número de encontros de oficina realizados no trimestre.

No início do mês de janeiro aconteceram intercorrências relacionadas à dinâmica das violências e da criminalidade que interferiram no andamento dos processos de captação de projetos de oficina. Consequentemente, não ocorreram muitas implantações nesse período. Posteriormente, ainda dentro do trimestre janeiro-março, a equipe retomou o processo de captação de projetos de oficina e diálogos com proponentes para as implantações.

A equipe tem se mobilizado para aumentar as implantações, em constante diálogo com a gestão social e a supervisão metodológica. Para o próximo trimestre é esperada a ampliação do número de oficinas, o que poderá proporcionar o aumento no número de encontros realizados no trimestre abril-junho.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 6.000 •	• 6.971 •
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fórmula de Cálculo: (somatório do número absoluto de jovens que frequentaram as oficinas do Programa em cada mês do período avaliatório / número de meses do período avaliatório).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 foram atendidos em média • 6.971 • jovens nas oficinas em execução até março de 2023, sendo a meta de • 6.000 • superada em 16,1%. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 6 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
CABANA	307	315	334	318,7
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	154	159	190	167,7
JARDIM FELICIDADE	239	251	243	244,3
JARDIM LEBLON	180	208	221	203,0
MINAS CAIXA	78	107	124	103,0
MORRO DAS PEDRAS	347	334	358	346,3
PPL	194	195	197	195,3
PRIMEIRO DE MAIO	146	149	141	145,3
RIBEIRO DE ABREU	199	243	235	225,7
SANTA LÚCIA	230	227	230	229,0
SERRA	309	306	315	310,0
TAQUARIL	293	281	286	286,7
VILA PINHO	197	188	193	192,7
CITROLÂNDIA	224	252	284	253,3
JARDIM DAS ALTEROSAS	40	67	85	64,0
JARDIM TERESÓPOLIS	117	143	145	135,0
PTB	178	189	201	189,3
NOVA CONTAGEM	305	326	332	321,0
RESSACA	117	127	122	122,0
CARAPINA	250	253	263	255,3
TURMALINA	117	113	174	134,7
BOM JARDIM	49	33	54	45,3
OLAVO COSTA	175	180	200	185,0
CRISTO REI	0	0	0	0,0
SANTOS REIS	151	157	190	166,0
JUSTINÓPOLIS	266	267	273	268,7

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
ROSANEVES	97	110	156	121,0
VENEZA	291	290	290	290,3
PALMITAL	328	322	327	325,7
VIA COLÉGIO	233	256	285	258,0
JARDIM CANAÃ	246	267	280	264,3
MORUMBI	414	429	395	412,7
MORRO ALTO	184	179	212	191,7
TOTAL	6655	6923	7335	6971,0

Dentre o resultado positivo conquistado para esse indicador, é importante apontar algumas UPCs que se destacaram. As equipes do Morumbi, Morro das Pedras e Palmital apresentaram as maiores performances, já as UPCs Minas Caixa, Jardim das Alterosas e Bom Jardim tiveram os resultados relativamente menores. A seguir, um breve detalhamento desses seis territórios.

Morumbi

Diante do esforço e dedicação da equipe técnica na qualificação do trabalho e acesso às juventudes dos territórios de abrangência do Programa Fica Vivo! no Morumbi, concluímos ainda no ano de 2022 a implantação de dez oficinas do Programa no território. Essas oficinas implantadas de forma bastante estratégica pela equipe de analistas, têm proporcionado um amplo acesso ao público. Em destaque, temos a oficina de Futsal - Fica Vivo! Sempre vivo no esporte, que acontece na Praça Professor Eduardo Andraus Grassani, que vem atendendo um número bastante significativo de jovens, por vezes ultrapassando o quantitativo de 150 adolescentes e jovens em seus encontros. Além disso, destacamos que o investimento da equipe nos projetos de circulação também tem favorecido a ampliação do número de adolescentes e jovens presentes nos encontros das oficinas, o que interfere diretamente no alcance deste indicador.

Morro das Pedras

O Programa Fica Vivo! no Morro das Pedras conta, atualmente, com 14 oficinas, das quais 7 são modalidades esportivas, que historicamente contam com um número alto de jovens atendidos, o que contribui diretamente para o resultado do programa nesse território. Podemos inferir também que o resultado está relacionado ao reconhecimento e solidez da política pública junto às juventudes atendidas, uma vez que, entre osicineiros do grupo, há lideranças comunitárias com reconhecida capacidade de mobilização dos jovens que atendemos para participação nos espaços que ofertamos.

É importante evidenciar também que no trimestre jan-fev-mar as equipes mantiveram em seus planejamentos o investimento nas modalidades de atendimento individual, projeto local e de circulação, o que impacta no alcance do indicador, bem como no âmbito qualitativo da política pública.

Palmital

O Programa Fica Vivo! no Palmital contou no trimestre com 14 oficinas, o que eleva o resultado do indicador 2.2. Ademais, 08 destas oficinas apresentam mais de 20 jovens participantes, sendo as oficinas de Futsal e Futebol de Campo aquelas com maior quantitativo, chegando a atender mensalmente entre 25 e 50 jovens. No mês de Março, por exemplo, a média mensal foi de 23,35 jovens. As vinculações com as juventudes, as circulações territoriais e as modalidades ofertadas de forma capilarizada na extensa área de abrangência, também favorecem a chegada dos públicos nos espaços das oficinas.

Minas Caixa

Além do ressaltado na explicação do indicador 2.1, é relevante acrescentar na análise de desempenho do indicador 2.2, do Fica Vivo! Minas Caixa, que a média de atendimentos em oficinas quando considerada de maneira ampla (número de atendimentos geral dividido pelo número de oficinas) o quantitativo apresenta cenário passível de recuperação em curto prazo, que exige acompanhamento, mas não alarmante, a saber:

Quando observadas as especificidades das oficinas, sendo 03 esportivas e 01 de cultura, a última requer maior acompanhamento. A oficina de Passinhos, que atualmente atende entre 11 e 14 jovens iniciou suas atividades em Fevereiro no Jardim dos Comerciantes, microterritório que foi incluído na área de abrangência da Unidade do Minas Caixa em Maio de 2022. Assim, esta oficina, além dos desafios que envolvem a modalidade de passinho funk (estigmas, criminalização...) também vivencia em seu escopo de dificuldades a chegada em um território novo que não conhece a metodologia do

Programa Fica Vivo!. A equipe e o jovem oficinairo têm construído alternativas para melhorar a média de jovens participantes da oficina a partir da ampla divulgação com as juventudes e diálogos com as redes comunitárias.

Jardim das Alterosas

A média mensal de jovens em oficinas também é vinculada ao quantitativo de oficinas implantadas. Dessa maneira, o fato da UPC Jardim das Alterosas ter quatro oficinas implantadas contribui para um baixo número no indicador 2.2, num aspecto mais geral. No entanto, cabe destacar que o quantitativo mensal de jovens em cada oficina é superior a 20 participantes, em média.

A equipe vem buscando aumentar a quantidade de propostas de projetos recebidas através de chamamentos públicos, divulgações e diálogos com a comunidade em geral e com a juventude em específico.

Assim, espera-se que a o longo dos próximos meses possam ocorrer novas implantações, o que pode contribuir para o aumento da média mensal de jovens participantes nas oficinas da UPC Jardim das Alterosas.

Bom Jardim/Esperança

Como destacado com relação ao indicador 2.1, o desempenho da UPC Bom Jardim/Esperança no indicador 2.2 (média mensal de jovens em oficinas) também pode ser correlacionado ao baixo número de oficinas atualmente implantadas.

Contudo, é importante ressaltar que a equipe vem fazendo movimentos no sentido de realizar novas implantações, o que poderá contribuir para o aumento do quantitativo de jovens participantes em oficinas ainda nos próximos meses.

Tanto a supervisão metodológica quanto a gestão social vem acompanhando as intercorrências que podem interferir no processo de ampliação do quantitativo de oficinas no território. Além disso, o diálogo da equipe com a supervisão metodológica sobre as propostas de oficinas e os desafios para as implantações são uma constante.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 20.601 •	• 24.891 •
Descrição do Indicador	
O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa: 1. Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPCs. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos. 2. Atendimentos Coletivos: 1. Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da UPC de Base Territorial. 2. Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos adolescentes e jovens. 3. Projetos de Circulação: configuram-se como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. 4. Projetos (Inter) Institucionais: configuram-se como uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi de • 24.891 •, sendo a meta de • 20.601 • superada em 20,8%.

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 7 -Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CABANA	345	372	401	1118
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	174	173	285	632
JARDIM FELICIDADE	290	335	309	934
JARDIM LEBLON	206	239	242	687
MINAS CAIXA	82	110	128	320
MORRO DAS PEDRAS	442	374	416	1232
PEDREIRA PRADO LOPES	213	211	237	661
PRIMEIRO DE MAIO	175	171	148	494
RIBEIRO DE ABREU	215	243	288	746

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
SANTA LÚCIA	255	244	249	748
SERRA	350	350	341	1041
TAQUARIL	313	355	343	1011
VILA PINHO	244	279	244	767
CITROLÂNDIA	319	311	314	944
JARDIM DAS ALTEROSAS	91	75	92	258
JARDIM TERESÓPOLIS	134	170	245	549
PTB	232	205	244	681
NOVA CONTAGEM	326	332	380	1038
RESSACA	206	225	184	615
CARAPINA	307	277	340	924
TURMALINA	173	153	238	564
BOM JARDIM	49	34	72	155
OLAVO COSTA	193	218	259	670
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	160	191	306	657
JUSTINÓPOLIS	278	279	332	889
ROSANEVES	139	139	202	480
VENEZA	304	303	495	1102
PALMITAL	431	351	490	1272
VIA COLÉGIO	235	269	287	791
JARDIM CANAÃ	268	294	311	873
MORUMBI	490	452	420	1362
MORRO ALTO	187	189	300	676
TOTAL	7826	7923	9142	24891

O Programa alcançou a meta estabelecida pelo Contrato de Gestão para o indicador, realizando 24.891 atendimentos. Atribuímos este resultado à ampliação dos atendimentos em oficinas, visto que o indicador 2.3 está diretamente relacionado ao desempenho desta modalidade no Programa.

A seguir, uma breve contextualização das UPC's que se destacaram pelo o resultado obtido no indicador:

1) Morumbi

Número Acumulado de Atendimentos em Oficinas				
UPC	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Morumbi	424	441	407	1272

Nesse período, destacamos a ampliação dos atendimentos em oficinas como descrito no indicador 2.2, que vem alcançando números bastante significativos, em especial na oficina de futsal que acontece na na Praça Professor Eduardo Andraus Grassani, que vem se consolidando com uma participação expressiva de público. Além disso, a equipe vem somando esforços para a realização de projeto de circulação como em um amistoso com adolescentes e jovens atendidos pelo programa moradores do Joana Darc, território de abrangência do Programa. Destacamos ainda que os atendimentos individuais vem acontecendo com regularidade e com uma crescente de adolescentes e jovens aderindo e se vinculando a essa modalidade de atendimento do Programa.

A seguir, tabelas com as UPC's de destaque nas modalidades mencionadas:

2) Cabana do Pai Tomás

Atendimentos Individuais		
UPC	Total de Jovens Atendidos	Total de Atendimentos Individuais Realizados
Cabana do Pai Tomás	32	119

O resultado expressivo de atendimentos na modalidade Atendimento Individual é consequência dos esforços planejados e realizados pela equipe ao longo do ano de 2022, com o objetivo de promover uma proximidade maior entre o programa Fica Vivo! e as juventudes do território e, sobretudo, favorecer o acesso desse público à Unidade de Prevenção à Criminalidade.

Para isso, houve investimento da equipe em ações nas oficinas e circulações no território para conhecer e ser reconhecida pelas juventudes, utilizando esses momentos para apresentar as modalidades Atendimento Individual para o público e os encaminhamentos que surgem a partir dele. Além disso, houve investimento constante em atendimentos em locais diversos no território de acordo com disponibilidade e possibilidade de circulação dos jovens, favorecendo o encontro com o público em outros espaços para a tratativa das questões individuais dos jovens acompanhados. Assim, a equipe tem contribuído para a resolução de conflitos e violências que atravessam esses jovens e também para o acesso desse público à direitos como documentação, trabalho, lazer, acesso a cidade, entre outros.

1) Veneza

Atendimentos em Projetos Locais		
UPC	Número Total de Projetos	Número Total de Atendimentos
Veneza	3	195

Em março, o Programa Fica Vivo! no Veneza realizou 02 projetos locais com a parceria do Programa Mediação de Conflitos e as Escolas Estaduais Henrique de Souza Filho HENFIL e Carlos Drummond de Andrade. Os objetivos dos projetos foram discutir sobre as violências que perpassam os contextos das jovens mulheres, bem como divulgar o Programa e as oficinas para os jovens presentes no evento. Durante os dois dias de Projetos, participaram jovens das oficinas e do 8º e 9º ano das Escolas Estaduais, a saber: dia 23/03 com 49 jovens e dia 24/03 com 46 jovens.

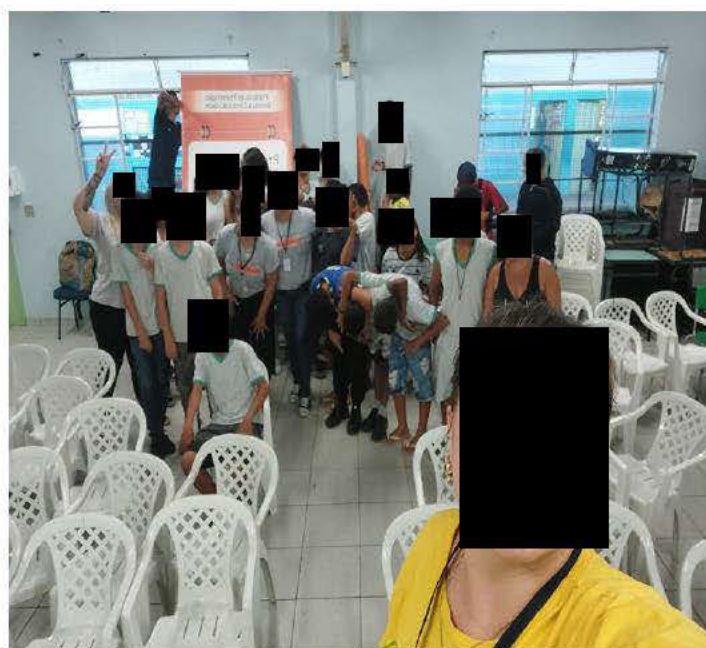


Imagem 1 - Projeto Local Fica Vivo! Veneza, 03/2023

Em fevereiro, o Programa realizou um projeto na Unidade com a participação dos jovens da oficina de grafite. Os objetivos foram: usar o espaço para a arte, aproximação e interação entre jovens, equipe e espaço.



Imagem 2 - Projeto Local Fica Vivo! Veneza, 02/2023

2) Jardim Felicidade

Atendimentos em Projetos de Circulação		
UPC	Número Total de Projetos	Número Total de Atendimentos
Jardim Felicidade	4	63

Neste período, para além do atendimento de adolescentes e jovens em oficinas do programa, a equipe também se mobilizou para o investimento em projetos de circulação dado a dinâmica atual do território. Num primeiro momento, realizaram circulação com os representantes da Comunidade Jesuítas, com a finalidade de conhecimento de locais de circulação da população Warão que estão residindo no território atualmente, como forma de aproximação dessa juventude, essa atividade aconteceu no dia 26 de janeiro. Já no mês de fevereiro às adolescentes atendidas pela oficina de futsal feminino participaram de um torneio de futsal realizado no dia 25/02 no Ginásio Municipal da Cidade de Santa Luzia, essa ação teve como desdobramento uma nova circulação do mesmo grupo de adolescentes participantes desta oficina para um torneio que aconteceu no dia 19/03 no Ginásio Municipal de São José da lapa, com um momento de encerramento do torneio no dia 25/03 retornando ao Ginásio Municipal de Santa Luzia. Esses momentos, são encontros que além de consolidar a interação do grupo, favorecem o acesso da juventude a espaços outros, ampliando suas possibilidades e repertórios.

As UPC's que apresentaram desempenho aquém do estabelecido para o Indicador 2.3 foram Minas Caixa, Jardim das Alterosas e Bom Jardim.Minas Caixa.

Repetem as análises enfatizadas nos indicadores 2.1 e 2.2, sendo necessário acrescentar que nos espaços de supervisão tem sido destacado a importância da ampliação das outras modalidades de atendimento para além das oficinas, uma vez que essas também incidem no indicador 2.3. No planejamento anual da equipe, estão previstas para o ano a realização de atendimentos grupais, projeto local e fórum, objetivando maior vinculação com as juventudes.

Jardim das Alterosas

No que diz respeito ao número acumulado de atendimentos, além da expansão do número de oficinas, também faz-se necessária a ampliação das outras modalidades de atendimento preconizadas pelo Programa. É importante ressaltar que já existem direcionamentos para a atenção com essas outras modalidades, na organização do trabalho da equipe.

O planejamento para esse ano contempla a realização de pelo menos dois projetos, um deles a ser realizado no mês de maio.

Já no que diz respeito aos atendimentos individuais, a equipe vem qualificando a relação com os jovens nas oficinas, a fim de potencializar futuramente essa forma de atendimento.

Bom Jardim/Esperança

A UPC Bom Jardim também tem como horizonte para a melhoria dos três indicadores o aumento do quantitativo de oficinas ativas. Contudo, é importante ressaltar os movimentos já realizados pela equipe com relação às outras modalidades de atendimento, como projetos de circulação e atendimentos individuais.

No trimestre janeiro-março a equipe atendeu individualmente cinco jovens, realizando seis atendimentos individuais desse público. Além disso, no fim do mês de março, foi executado um projeto de circulação, registrando o atendimento de 13 jovens.

Isso posto, é possível considerar que a equipe vem se direcionando no sentido de aumentar o quantitativo de atendimentos. Para o planejamento desse ano a equipe pretende executar mais dois projetos de circulação e três projetos locais. Além disso, a equipe executa algumas intervenções construídas junto às escolas, o que pode contribuir para a aproximação com o público do Programa, possibilitando o acesso da juventude às variadas formas de atendimento oferecidas.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 136 •	• 128 •
Descrição do Indicador	
Em complemento ao Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e Gestão Social como representantes da OS. Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica: 1. reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com a Gestão Social de Base Territorial e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra. 2. reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a Gestão Social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE. 3. reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação da Gestão Social de Base Territorial, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPC, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 foram realizadas cumulativamente • 128 • ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 136 •, foi realizado 94,1% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 8 - Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC

UPC	JANEIRO			FEVEREIRO			MARÇO			TOTAL
	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
CABANA	1	0	0	0	0	1	1	0	0	3
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	1	0	0	0	0	0	2	1	0	4
JARDIM FELICIDADE	1	0	0	0	1	1	1	1	1	6
JARDIM LEBLON	1	0	1	0	1	0	1	1	1	6
MINAS CAIXA	0	0	1	0	0	0	1	1	1	4
MORRO DAS PEDRAS	2	0	0	0	1	2	2	1	1	9
PEDREIRA PRADO LOPES	0	0	0	0	1	0	1	1	1	4
PRIMEIRO DE MAIO	1	0	0	0	1	1	1	0	1	5
RIBEIRO DE ABREU	2	0	0	0	1	1	0	0	0	4

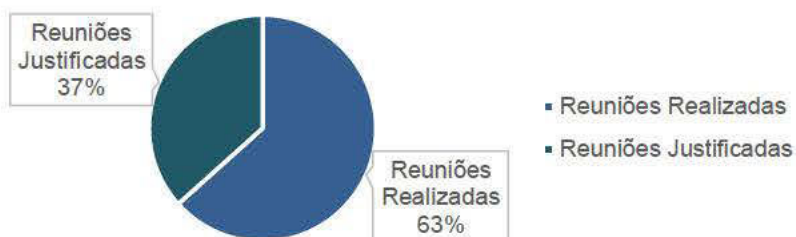
UPC	JANEIRO			FEVEREIRO			MARÇO			TOTAL
	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
SANTA LÚCIA	1	0	0	1	1	0	1	1	1	6
SERRA	1	0	0	0	1	0	1	1	1	5
TAQUARIL	0	0	0	0	1	0	1	1	1	4
VILA PINHO	1	0	0	0	0	0	1	1	0	3
CITROLÂNDIA	1	0	0	1	1	1	0	0	0	4
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	1	1	0	1	0	0	3
JARDIM TERESÓPOLIS	1	0	0	0	1	1	1	0	0	4
PTB	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
NOVA CONTAGEM	1	0	0	1	0	0	1	1	1	5
RESSACA	1	0	0	1	0	0	1	1	1	5
CARAPINA	1	0	0	1	1	0	0	0	0	3
TURMALINA	1	0	0	1	1	0	1	0	0	4
BOM JARDIM	1	0	0	0	1	1	1	0	0	4
OLAVO COSTA	1	0	0	1	0	0	1	1	1	5
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	0	0	0	1	0	0	0	1	1	3
JUSTINÓPOLIS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ROSANEVES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VEREZA	1	0	0	1	0	0	1	1	1	5
PALMITAL	0	0	0	1	0	0	0	1	1	3
VIA COLÉGIO	1	0	0	1	0	0	0	1	1	4
JARDIM CANAÃ	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
MORUMBI	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
MORRO ALTO	2	0	0	1	1	1	1	0	0	6
TOTAL	25	0	2	15	19	10	24	17	16	128

No 17º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, 01/01 a 31/03/2023 foram realizadas cumulativamente 128 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Como se sabe, a partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da gestão social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021. Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

A reunião mensal entre a unidade de prevenção e o Gepar é uma diretriz estabelecida na Resolução conjunta nº 160 de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta entre a Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) e o Grupamento de Intervenções Estratégicas em Áreas de Risco (GEPAR). Conforme metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, nesses espaços de articulação devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e da criminalidade, com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança. Como desdobramentos dos encontros, espera-se o aumento da segurança na área de abrangência das unidades de prevenção e a execução de ações assertivas no território, pautadas no conceito de segurança cidadã. Esses encontros devem, também, favorecer a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão, no trimestre em análise, que compreende os meses de janeiro, fevereiro e março, foram realizadas 64 (sessenta e quatro) reuniões entre a Gestão Social e o GEPAR. E foram apresentadas 37 (trinta e sete) justificativas para a não realização do encontro. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações realizadas por Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Reunião entre UPC e Gepar



As reuniões preparatórias para os encontros dos grupos de intervenção estratégica consistem na discussão prévia entre a gerência de intervenção estratégica e a gestão social. Neste momento, esses atores realizam o alinhamento das pautas que serão apresentadas no encontro do grupo de intervenção estratégica, identificando quais os principais desafios enfrentados naquele território, bem como as ações desenvolvidas pelos programas da política de prevenção à criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências e criminalidades. Nesse sentido, as reuniões preparatórias tendem a ocorrer no dia que antecede o encontro do GIE. Importante destacar que muitos dos encontros do GIE são bimestrais, logo, nem todos os territórios realizarão discussões prévias mensalmente.

No período que compreendeu o 17º PA, ocorreram 28 reuniões preparatórias para os encontros dos grupos de intervenção estratégica, sendo: 2 (duas) realizadas no mês de janeiro, 10 (dez) em fevereiro e 16 reuniões em março.

O grupo de intervenções estratégicas - GIE, é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles: representantes das delegacias de homicídios, tenentes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no eixo "intervenção estratégica" do programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal "a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa".

Conforme calendário anual de reuniões, a previsão de encontros prevista para os meses de janeiro, fevereiro e março, foi de 12 encontros do GIE, somando 46 territórios (100%) distribuídos entre as reuniões no mês de fevereiro e março, contemplando os aglomerados de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior de Minas Gerais onde temos a implantação do programa Fica Vivo e do grupamento da polícia militar, Gepar. Desse montante foram representados 37 territórios, ou seja, 87% do número proposto, o número não foi plenamente alcançado devido às férias da gestão social e desligamento de gestão social no período.

Percebemos, por fim, que no que tange às duas ações analisadas (reuniões preparatórias e participação da gestão social no GIE), vislumbramos avanços da proteção social, com falas mais qualificadas e assertivas por parte da gestão social. Acreditamos que, em grande parte, isso se deve ao investimento da política de prevenção na implementação das reuniões preparatórias para o encontro do GIE e o acompanhamento realizado pelos supervisores da gestão.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SE LIGA

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 420 •	• 838 •
Descrição do Indicador	
O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do atendimento de adolescentes/jovens que concluíram, ou estão em processo de desligamento, das medidas socioeducativas - MSE de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo, o Programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades: 1. Eixo Pré-egressos e Pré-inclusão: a. Atividade de apresentação individual: atendimento realizado pelo Analista Social de referência, na UPC do Programa, aos adolescentes em processo de desligamento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação e que são da área de abrangência do Programa. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga. b. Atividade de apresentação coletiva: modalidade de atendimento dinâmica, lúdica e participativa, desenvolvida pela equipe técnica do Programa, promovida dentro das Unidades Socioeducativas, destinadas aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação, que se encontram em processo de desligamento e que sejam da área de abrangência de atendimento do Se Liga, com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso a esta política pública. c. Atividades Internas: atividades desenvolvidas nas Unidades Socioeducativas cujas temáticas sejam atinentes ao período pós-desligamento e que são destinadas aos adolescentes em processo de desligamento das MSE das áreas de abrangência do Programa, fomentando o vínculo com o/a analista e estagiário/estagiária de referência, aumentando assim a possibilidade de adesão futura ao Programa.de. d. Atividades Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de oportunizar ao público foco, o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos disponíveis na cidade e na rede de proteção, além de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade Socioeducativa. e. Ações com familiares: ações pontuais construídas junto à unidade socioeducativa e que proporcionam espaços de fortalecimento do vínculo entre os adolescentes, as famílias e o Se Liga, desde que contribuam para a adesão futura do egresso ao Programa. f. Acolhimento: momento de escuta, na qual é acolhida e trabalhada a escolha do adolescente/jovem em participar do Programa. Têm-se como objetivo entender os pontos que levaram o adolescente/jovem à conectar-se ao Se Liga. 2. Eixo Egressos a. Atendimentos individuais: atendimentos destinados aos egressos em acompanhamento pelo Se Liga orientados pela escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem no reencontro com a liberdade e os efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos. b. Oficinas: constituídas por periodicidade definida, podendo haver um ou mais encontros, sendo previamente preparados a fim de alcançar o objetivo da proposta. As oficinas são estratégias pontuais de atividades coletivas que visam desenvolver temáticas do interesse do público que acessa o Programa, tangenciando possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, profissionalização, trabalho e renda, por exemplo. c. Acolhimento: momento de escuta, destinado aos egressos já acompanhados pelo Se Liga. Caracteriza-se pela presença do adolescente/jovem na Unidade do Programa, não necessariamente motivada pelo atendimento previamente agendado com o analista social de referência, mas para tratar de alguma demanda pontual. Em sua grande maioria, pauta-se na busca por orientações e serviços, mas também em situações de urgência e emergência. d. Visita domiciliar: instrumento técnico metodológico, de caráter pontual, e que tem por objetivo acessar o egresso após o cumprimento da medida socioeducativa, seja ele acompanhado ou não pelo Se Liga, bem como seus familiares,	

considerando a impossibilidade do contato telefônico, a fim de convidá-lo a participar do Programa ou para a manutenção e qualificação do próprio acompanhamento.

e. Ações com familiares: forma de atendimento na qual o familiar ou a pessoa do convívio do egresso acompanhado pelo Se Liga é incluído no Programa. As ações com a família devem ser estabelecidas de acordo com o direcionamento do caso, objetivando trazer contribuições importantes para seu acompanhamento.

f. Atividade de circulação: modalidade de atendimento individual e coletiva. Individual: ferramenta que visa promover a autonomia e a reinserção social, elaborada de maneira singular, com ocorrência em diferentes espaços da cidade, a partir das demandas do adolescente/jovem, considerando o seu projeto de vida no reencontro com a liberdade. Coletiva: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Contextualização Geral dos Indicadores:

O período avaliatório vigente foi marcado por diversas situações atípicas que fizeram com que a supervisão Metodológica do Programa Se Liga se fizesse mais presente do que habitualmente, em especial a equipe de Belo Horizonte Central Mineira e Região Metropolitana. Houve o pedido de desligamento de três analistas em dezembro de 2022, bem como a mudança da Assistente administrativa, episódio já registrado no relatório anterior. Ou seja, iniciou-se o período avaliatório com uma nova reconfiguração de equipe. Sendo assim, foi preciso empreender esforços para acolher as demandas sobre dúvidas em relação ao trabalho. Ainda no início do mês de janeiro a gestora do Programa Se Liga BH-RM e CM solicitou seu desligamento do Programa por motivos pessoais.

Sendo assim, iniciou-se o ano de 2023 com uma equipe praticamente nova. Três novas analistas ingressaram no Programa, juntando-se às duas remanescentes, já experientes na execução dos processos de trabalho, e, portanto, dando o suporte necessário às demais.

Como descrito no relatório anterior, ao término do último período avaliatório de 2022 o Programa Se Liga BH transferiu sua sede para o edifício Juscelino Kubitschek, o que demandou tempo e disponibilidade por parte das analistas. Em janeiro de 2023 a equipe ainda estava em processo de organização do espaço, bem como dos relatórios e demais processos internos.

Para tanto, iniciou-se o vigente período avaliatório com a chegada de 4 (quatro) novos analistas, nova assistente administrativa e sem gestão que estivesse presente na UPC para o acompanhamento da equipe. Dado o contexto exposto, foi necessário que a supervisão metodológica do Programa desse o suporte necessário à equipe de BH para que as agendas de trabalho fossem cumpridas mesmo sem a presença da gestão. Cabe destacar ainda que neste período não houve suporte da DPJ devido às exonerações de muitos profissionais comissionados.

A supervisão precisou estar presente na UPC BH para que o suporte à equipe fosse mais efetivo e aproximado, além de realizar organizações internas e deliberações que não passam pela alçada dos analistas. Entende-se que este movimento se tratou de momento atípico do Programa Se Liga, fazendo com que a supervisão tivesse que se deslocar para um lugar que, no contexto habitual, não lhe caberia. Isso exigiu que posteriormente houvesse um maior cuidado no processo de distanciamento da equipe. Foram realizados momentos individuais e coletivos com os (as) novos (as) analistas, como apresentação e capacitação para o preenchimento do relatório unificado, instrumentais e documentos comprobatórios, além das demais demandas apresentadas pela nova equipe.

Contudo, ainda no que tange à equipe de BH, esta foi atingida por diversos episódios que impactaram no trabalho e consequentemente nos indicadores. Os afazeres precisaram ser reiniciados para que desta forma, tendo em vista os diversos acontecimentos que foram atravessando o fazer metodológico do Programa, a equipe pudesse se apropriar, primeiramente, da parte teórica, explicativa e de observação. Sabe-se que uma equipe nova demanda tempo para se apropriar tanto daquilo que se trata do ponto de vista metodológico quanto à acomodação e ambientação ao local de trabalho. Ainda em meio a esta reorganização haviam as ações do Programa Se Liga já previstas e deliberadas que necessitavam dar seguimento, como por exemplo a continuidade das ações do Projeto Circuito Liberdade, haja vista que haviam ainda três atividades de circulação a serem realizadas em BH sendo 1 (uma) com os adolescentes acautelados no CSESC (Centro Socioeducativo Santa Clara) e 2 (duas) com os adolescentes egressos.

No CSESC realizou-se a atividade de circulação ao Kart com a participação de 5 (cinco) adolescentes/jovens acautelados. Esta atividade possibilitou maior aproximação com a Unidade Socioeducativa iniciando uma nova parceria. Haja vista a recente troca de analista na referência do Programa Se Liga. Foi realizada também, atividade de circulação ao kart contemplando os adolescentes acompanhados pelo Programa Se Liga com a participação de 4 (quatro) adolescentes e a atividade ao Clube CELP (Centro de Lazer Pampulha) com a participação também de 4 (quatro) adolescentes/jovens.

Cabe destacar ainda que com a finalização da 1ª etapa do Projeto Circuito Liberdade retomam-se os mapeamentos e preparatórios para a 2ª etapa do Projeto referente aos cursos profissionalizantes e de qualificação profissional que contemplará inicialmente BH e posteriormente Juiz de Fora e Zona da Mata.

No início de fevereiro, após convite, a nova gestora do Programa Se Liga BH, inicia suas atividades laborais, estabelecendo distinto momento ao Programa que não somente se encontra em um novo espaço físico, mas se depara com uma equipe bastante embrionária (no que tange às especificidades do Programa Se Liga). Porém, com atores que possuem experiências profissionais que muito tem a agregar.

Realizou-se ainda o Fórum Multiterritorial da Política de Prevenção à Criminalidade de Belo Horizonte, no Centro de Referência das Juventudes. O evento foi contemplado pela intervenção cultural do grupo de dança composto pelos jovens da Oficina do Fica Vivo!. Após, o professor Alessandro Santos, realizou a palestra de abertura que foi construída a partir dos temas propostos para cada grupo de trabalho. Posteriormente, os facilitadores seguiram para as salas designadas. Os GTs tiveram os seguintes temas: Violência de Gênero; violência institucional; pandemia e o agravamento das vulnerabilidades; rede de proteção e acesso a direitos, racismo, violência e genocídio da população negra. Após o fim dos grupos temáticos, os participantes foram conduzidos para o lanche em local onde estava acontecendo intervenção cultural musical executada por um atendente do PrEsp. Além disso, ao longo da tarde também teve a exposição de produtos confeccionados por atendidas da oficina de empreendedorismo feminino do PMC Taquaril.

A equipe da Zona da Mata tem realizado ações com as unidades Socioeducativas de forma sistemática. Assim tem sido possível a organização de um cronograma devidamente acordado e pactuado. Além de apresentar o Programa, a equipe tem se debruçado em levar temas pertinentes à juventude em anterior construção e diálogos com os adolescentes. Foram realizados diversos estudos de casos e supervisões individuais com a equipe, possibilitando uma construção conjunta e assertiva dos casos atendidos. No referido trimestre, a equipe realizou visitas ao Museu de Arte Murilo Mendes a fim de comparecer ao evento no qual os Programas da Política de Prevenção à Criminalidade foram convidados. O "Fórum Cultura de Paz" foi promovido pela Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora. Estavam presentes membros da Secretaria de Saúde, da SESUC, da Câmara Municipal, da Superintendência Regional de Saúde, atores da UFJF e a Vigilância em Saúde. Observa-se que cotidianamente o Programa Se Liga, devido a inúmeras articulações de Rede, tem ganhado espaço e maior reconhecimento.

Cabe ressaltar ainda que, no trimestre em análise, foi realizada uma visita ao Coletivo Muriaense para tratar da questão relacionada à compra de vale social destinado aos adolescentes e jovens acompanhados pelo Programa Se Liga. Foi realizado um cadastro no nome da gestora social e, mensalmente, a equipe recebe 20 (vinte) vales sociais diferenciados por uma numeração e com 4 (quatro) passagens em cada, distribuídos conforme a necessidade dos adolescentes e jovens acompanhados. Vimos o quanto a equipe se organiza e articula com as redes cabíveis.

O trimestre foi marcado ainda pelas ações realizadas pelo Setor de Monitoramento do Instituto Elo que tem realizado momento com a equipe Se Liga BH para discussão de arquivamento da documentação física e virtual do Programa Se Liga. Em um primeiro momento as visitas à UPC tiveram como objetivo a explicação do funcionamento dos instrumentos e metodologia do Programa. Posteriormente houve um alinhamento entre o Instituto e a AGI para a criação e utilização de um novo processo de arquivamento das fontes de comprovação dos atendimentos feitos pelo Programa, visando melhorar a organização e a sistematização de documentos. Posteriormente esta construção também é concretizada com a DPJ.

Ao término do vigente período avaliatório, foi realizado o Encontro de Formação, contando com a presença das equipes de BH e Juiz de Fora. Nele a pesquisadora Bárbara Diniz Caldeira apresentou seu projeto de pesquisa "Reintegração social e atendimento pós cumprimento de medida socioeducativa entre adolescentes e jovens no Brasil", no qual o Programa Se Liga será objeto de estudo. Portanto, a reunião teve como objetivo a apresentação do Projeto, além do diálogo com as equipes acerca da importância da escrita e pesquisa nos Programas de Prevenção.

Contudo, é possível concluir que apesar das intercorrências vivenciadas pela equipe de BH, vivenciamos distinto momento a partir da chegada da nova gestão Social que traz diferente momento e sentido ao programa Se Liga, além de uma equipe

recém-chegada e empenhada no recomeço e aprendizagem. A equipe da Zona da Mata tem vivenciado ainda o fato de estar localizada em um território pouco estratégico, haja vista, os retornos dados pelos adolescentes e Unidades Socioeducativas. A localização da UPC ainda permanece sendo um dificultador, pois a equipe vivencia ainda a difícil atribuição de atenderem adolescentes e jovens de outros municípios onde as viagens se tornam demasiadas distantes e os atendimentos se limitam aos contatos telefônicos. Apesar das distinções das duas equipes, observamos que o Programa Se Liga tem ganhado espaço, crescendo com robustez e firme no enfrentamento dos desafios.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 foram realizados cumulativamente • 838 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 420 •, atingiu-se 199% do estabelecido.

Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga por tipos de atendimentos	
Tipos de atendimentos	Nº
<i>Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão</i>	
Atividade de Apresentação Coletiva	15
Atividade de Apresentação Individual	37
Atividades Internas	103
Atividades Externas	5
Ações com Familiares	4
Acolhimento	5
Total	169
<i>Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga</i>	
Atendimento Individual	532
Atendimento em Oficina	0
Acolhimento	6
Visita Domiciliar	26
Atividade de Circulação	6
Total	570
<i>Atendimentos a familiares</i>	
Atendimentos individuais	99
Total Geral	838

Com o intuito de melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

Como pontualmente mencionado na Análise global, iniciamos o vigente período avaliatório, retomando as atividades de circulação via Circuito Liberdade com a participação de 4 (quatro) adolescentes e jovens incluídos no Programa Se Liga, realizada no Space Kart. Inicialmente oito jovens haviam confirmado presença na atividade, porém quatro compareceram. Apesar da quebra, os retornos acerca da atividade foram positivos fazendo com que os mesmos ficassem ainda mais vinculados ao Programa. Os adolescentes e equipe assistiram ao tutorial com instruções acerca da atividade trazendo feedbacks positivos da experiência vivenciada, pela primeira vez, por todos os participantes.

Ainda acerca das atividades advindas da Emenda Parlamentar, efetivamos a atividade de circulação para sensibilização e aproximação com o Programa Se Liga aos adolescentes e jovens acatados no Centro Socioeducativo Santa Clara. A equipe de referência e Supervisão Metodológica saíram da UPC Se Liga em direção ao Centro Socioeducativo Santa Clara. No local, a van aguardava a todos para a atividade de circulação que nos levaria até ao Space Kart. Ao todo foram 5 (cinco) adolescentes e jovens da unidade. No intervalo da atividade foi oferecido um lanche contendo sanduiche, suco e uma barra de chocolate, gerando retornos positivos quanto ao mesmo. Tanto a equipe do CSESC, quanto os adolescentes, retornaram

da atividade dialogando com a equipe do Se Liga e demonstrando o quanto estavam agradecidos e satisfeitos com a atividade. Cabe destacar também que a equipe da Unidade Socioeducativa optou por custear a atividade aos demais jovens que estavam acompanhando para que, assim, interagissem com os adolescentes no momento da atividade.

Finalizando a 1ª etapa do Projeto Circuito Liberdade, realizou-se também atividades de circulação com os egressos acompanhados pelo Programa no Clube CELP (Centro de Lazer Pampulha) com a participação de 4 (quatro) adolescentes. O lanche fornecido também foi alvo de comentários positivos por parte dos participantes. Este foi composto por 2 garrafas de água mineral, 1 refrigerante em lata, 1 torta de frango com catupiry e 1 picolé.

Além das atividades propiciadas pelo circuito liberdade, a equipe tem retomado os contatos com os adolescentes contidos na lista de pré-inclusão, apesar das dificuldades os (as) analistas tem se organizado para o convite aos adolescentes/ jovens e acesso dos mesmos ao Programa Se Liga.

Cabe destacar ainda os esforços da equipe em relação ao indicador em análise. Esta obteve no trimestre o total de 12 (doze) inclusões de adolescentes e jovens no Programa Se Liga, sinalizando o empenho no acionamento aos egressos do Sistema Socioeducativo. Cabe destacar que em fevereiro obtivemos uma diminuição no indicador supracitado e em janeiro houve diminuição no Indicador 3.3, o que consequentemente causou queda do indicador em questão.

Zona da Mata

A equipe do programa Se Liga Zona da Mata segue em crescente ação de atendimentos aos adolescentes, destacando-se no indicador em análise. Isso tem demandado inúmeras articulações em rede, haja vista as dificuldades, ainda apresentadas por parte de algumas Unidades Socioeducativas e/ou adolescentes egressos que sinalizam o não acesso ao território Olavo Costa, como sinalizado brevemente na Análise global. Contudo a equipe, como já sinalizada nos relatórios anteriores, segue em uma sequência de ações estratégicas para acessar o público. Os atendimentos continuam acontecendo no CREAS Centro II por ser de melhor acesso para determinados adolescentes que possuem algum tipo de ameaça ou restrição de circulação pelo Olavo Costa.

No referido trimestre, realizou-se atividades internas à Unidade Caminheiros de Jesus. Em uma delas estavam presentes 9 (nove) adolescentes acautelados, dois quais quatro iniciavam o cumprimento de medida na Unidade, bem como na área de abrangência do Programa. Um dos temas trabalhados, visto que a equipe além de apresentar o Programa também leva um tema a ser discutido, foi sobre o dia nacional da luta pela eliminação da discriminação racial. A equipe apresentou vídeos que trouxeram dados sobre como o racismo impacta na sociedade e suas consequências, além de ilustrações que remetem a momentos do cotidiano em que o racismo se apresenta. Assim, foi possível a construção de diálogos e reflexões sobre a temática. Ao longo da atividade a equipe explicou a manifestação histórica que marca esse dia e as formas de denúncia contra episódios de racismo. Todos foram muito participativos e mostraram sua indignação com o racismo, visto que, perante as situações apresentadas, todos já haviam passado por momentos semelhantes. Este é um tema muito apropriado para discussão nas unidades socioeducativas. Assim, o Programa possibilita uma sensibilização sobre a importância de denunciar esses casos de crime, bem como se organizarem em espaços coletivos para que seja possível pensar em outras estratégias de combate ao racismo.

A equipe tem sinalizado algumas intercorrências vivenciadas pelas Unidades que tem impactado no atendimento aos adolescentes. Alguns desligamentos não têm sido feitos por sugestão da Unidade Socioeducativa. Estes são pegos desprevenidos, não tendo sido possível realizar o estudo de caso previamente ou a apresentação individual. A Defensoria Pública faz o pedido de reavaliação da medida socioeducativa e o Ministério Público é favorável. Com isto, alguns atendimentos anteriores ao desligamento têm sido prejudicados. Porém, a equipe mantém-se atingindo a meta no indicador analisado.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 210 •	• 506 •
Descrição do Indicador	
Partindo da concepção de que o trabalho com o/a adolescente/jovem que cometeu ato infracional não é sem relação com o sujeito de direitos, o que convoca o Estado a consolidar práticas que conciliem responsabilização e garantia de direitos, o Programa Se Liga busca, de forma integrada, o desenvolvimento de uma ampla rede de atendimento, promovendo o fomento à atuação de uma rede de proteção social mista, que abarca tanto a rede institucional quanto sociocomunitária, a partir do que cada adolescente/jovem endereça ao Programa. Por meio deste fortalecimento da rede de proteção que o Se Liga considera possível ofertar alternativas outras que visem o rompimento com a trajetória infracional de adolescentes e jovens. Neste íterim, o desenvolvimento de tais estratégias por parte das equipes se apresentam como fundamentais no alcance dos objetivos do Programa. Para fins deste indicador deverão ser contabilizadas: 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à juventude e socioeducação; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violências e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos dos egressos acompanhados pelo Programa com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede parceira, para orientação, acesso a direitos e à cidade; 5. Número de visitas às instituições que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa Se Liga e para a execução da política pública na área de abrangência da regional, de forma a garantir atuação articulada do Programa e encaminhamento do público atendido, bem como respostas mais eficientes ao fenômeno da criminalidade e violências;	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório (janeiro a março) o Programa realizou • 506 • ações estratégicas com a rede de proteção social. Considerando que a meta para o período foi de • 210 • ações acumuladas, o programa executou 240% do total pactuado.

Número acumulado de ações estratégica junto à rede de proteção social por modalidades	
Modalidades	Nº
Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede	12
Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas	353
Discussão de casos dos egressos	26
Encaminhamentos das demandas à rede parceira	101
Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas	14
Total	506

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

A equipe de BH tem realizado significativas ações junto a rede de Proteção como no Centro Pop Miguilim para discutir o caso do adolescente atendido pelo Programa Se Liga com passagem pelo Miguilim. A discussão foi realizada com a equipe técnica do serviço e a ação motivada pela falta de acesso do adolescente ao Programa e falta de informações sobre o mesmo. O caso demanda ainda articulações com a rede de saúde, tendo em vista se tratar de um caso de saúde mental e o mesmo não tem feito uso das medicações.

Foi possível ainda a realização de discussão de caso com o Programa PPCAAM no qual estiveram presentes representantes do Programa Se Liga, Janela da Escuta e PNAISARI Barreiro. Os Programas mantiveram-se atendendo um caso em comum no qual o jovem trouxe demandas quanto a sua empregabilidade e inserção na rede de proteção. O Programa informa que

ele traz forte vinculação com o Programa Janela da Escuta e sinaliza que o Se Liga é um espaço de escuta e acolhimento para ele. Além do caso citado a equipe tem realizado diversos estudos de casos com a rede ampliada, destacando parceiros frequentes como CREAS-O, PNAISARI-O, Cersami-NO e PAI-PJ.

Em fevereiro, a equipe realizou a apresentação do Programa Se Liga para osicineiros e analistas do Programa Fica Vivo do Veneza. Também estavam presentes analistas do Programa Mediação de Conflitos do Veneza, além de CEAPA e PrEsp de Ribeirão das Neves, assim como a gestora da UPC Veneza. Todos os programas se apresentaram a fim de conscientizar o corpo de oficineiros acerca das possibilidades de encaminhamento e/ou orientação ao público atendido naquilo que tange às especificidades de cada programa. Foi possível que a equipe discorresse sobre a atuação do Programa Se Liga, os marcos metodológicos e as estratégias de atendimento buscando construir uma parceria para que sejamos rede uns dos outros e assim ampliar a proteção dos jovens atendidos. A equipe sinaliza ainda a importância de apresentar o Programa Se Liga a todas as Unidades de Prevenção e reuniões de oficineiros, tendo em vista que estes estão próximos dos adolescentes da comunidade.

Ainda no referido trimestre a equipe se reuniu com a equipe de psicologia e assistência social do Instituto de Oportunidade Social (IOS) para apresentação dos programas e possíveis acordos iniciais de parceria. O IOS está localizado atualmente nas PUC Barreiro e São Gabriel. O instituto é uma OSC que tem 50% das vagas reservadas à jovens em situação de vulnerabilidade social. Os cursos oferecidos têm duração de seis meses e compreende os processos de inscrição (online e virtual), instrumentalização básica para o mundo do trabalho, reforço escolar em matemática e português, desenvolvimento do curso, apresentação do TCC e finalização com formatura. O percurso pedagógico também conta com workshops e palestras sobre temas diversos. O IOS atende BH e Região Metropolitana.

Em março, aconteceu o Evento Sempre Vivas realizado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, promovido pela Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher. O evento foi executado em formato de ciclo de debates e teve como tema "Saúde para todas", contando com a presença de membros da casa e de palestrantes e debatedoras, bem como a participação do público presencial e virtual com perguntas e provocações. O primeiro painel se chamou "Por que nós adoecemos" e o segundo "Saúde em todas as fases da vida". As palestrantes e debatedoras discorreram sobre diversas temáticas, como o acesso dos distintos grupos de mulheres à saúde pública, o impacto das múltiplas jornadas de trabalho (formal e doméstico) na saúde feminina, a saúde reprodutiva e sexual, os aspectos concernentes à menopausa e ao envelhecimento, além de questões referentes aos processos de gestação, parto e puerpério.

Em seguida houve a "Operação Atria": Esta aconteceu na estação Vilarinho através de panfletagem e diálogo com os transeuntes sobre a conscientização a violência de gênero. A operação teve quatro horas de duração acontecendo também dentro do Shopping BH Estação, com os representantes da policial militar, civil, guarda municipal, defensoria pública e programas da preservação a criminalidade. A operação contou também com reportagem e diversos panfletos informativos.

Zona da Mata

A equipe acima mencionada realizou no trimestre contatos com o CAPS de Eugenópolis a fim de trocar informações acerca de um caso complexo que tem sido atendido pelo Programa e demandado inúmeras articulações com a Rede de proteção. Sendo possível, através da articulação, dialogar com o enfermeiro técnico da instituição. Passadas as informações atualizadas do adolescente, que é acompanhado por este CAPS e que atualmente encontra-se internado no Hospital São Paulo em Muriaé.

Ainda acerca dos estudos de casos que envolvem a rede ampliada, foi realizada uma discussão de caso com os Técnicos Sociais do CRAS Pires da Luz, enfermeira da estratégia de Saúde da Família, ESF Pires da Luz. Ficou acordado que ambas as instituições enviariam um relatório sobre o caso atendido ao Conselho Tutelar.

Têm sido realizados diversos contatos do Programa com as escolas no sentido de viabilizar o acesso e direito a escolarização e aprendizagem. A equipe realiza contato na Escola Estadual Doutor Olavo Tostes para solicitar a Declaração de Transferência, Conclusão do 1º ano do Ensino Médio e Histórico Escolar. Contatos foram feitos com a Escola Estadual José Bonifácio para saber informações sobre vaga na escola para o adolescente acompanhado; com a Escola Estadual Deputado Carlos Peixoto Filho para conseguir informações se a escola oferta supletivo e demais documentações necessárias para inscrição, sendo uma demanda do jovem acompanhado; com a Escola Municipal Oswaldo Veloso com o intuito de fazer o levantamento sobre vagas disponíveis para realização de matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) para jovem acompanhado pelo Programa; com a Escola Municipal Oswaldo Veloso, afim de colher informações sobre vagas disponíveis, na qual havia 25 vagas disponíveis para EJA Ensino Médio e que as matrículas eram realizadas presencialmente na escola.

Contudo, ressalta-se que as vagas para o EJA são para até o 4º ano. Assim como contatos e articulações na E.E Engenheiro Orlando Flores para verificar se há vagas disponíveis do 9º ano na modalidade EJA para o jovem Carlos Eduardo Velasco da Silva. Com isso, observa-se o quanto a equipe tem acessado as escolas fazendo-se presentes nestes diálogos, ao longo do trimestre.

A equipe realizou também articulação com o Lar de Laura a fim de averiguar a situação escolar do adolescente Daniel Cássio Souza de Almeida. A informação é que estão aguardando a liberação de vagas remanescentes pelo Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula (SUCEM) para efetuar a matrícula do adolescente em rede de ensino. Por demanda do adolescente, de estudar no centro da cidade, pode haver a possibilidade também de ser matriculado no SESU. Porém a Casa de Acolhimento acredita ser mais interessante realizar o ensino de forma presencial e regular.

A relação com o CREAS Centro II continua sendo estabelecida para realização de atendimento dos pré-egressos que por alguma razão não acessam a UPC situada no Olavo Costa, importe parceiro do Programa.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 270 •	• 205 •
Descrição do Indicador	
As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas junto ao público. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada a estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos. O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados. Para fins deste indicador, são consideradas articulações para as ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas: 1. Estudos de casos realizados em parceria com as Unidades Socioeducativas antes do desligamento dos adolescentes a fim de garantir a sustentação e efetivação das construções realizadas com os mesmos durante a MSE, bem como para que o/a analista social do Se Liga tenha conhecimento apropriado do caso. 2. Atividades de Apresentação do Programa nas modalidades coletivas e individuais; 3. Atividades Externas às Unidades Socioeducativas; 4. Atividades Internas às Unidades Socioeducativas; 5. Participação em estudos de casos ampliados dos pré-egressos, à convite das unidades socioeducativas, com a rede de proteção social; 6. Reuniões de alinhamento e repactuação de fluxos desta parceria.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 foram realizadas cumulativamente • 205 • ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 270 •, o programa atingiu 75,9% do estabelecido.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas por tipo de ações	
<i>Tipos de ações</i>	Nº
Estudo de caso com a Unidade	36
Atividades de apresentação individual	23
Atividade de apresentação coletiva	11
Atividades internas e externas	20
Estudos de caso ampliados	2
Reuniões de alinhamento	113
Total	205

Assim como nos indicadores anteriores, a qualificação dos resultados será feita considerando as duas regionais.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

No início do período avaliatório em análise, houve significativa queda no referido indicador, apesar de terem ocorrido algumas ações pontuais em determinadas Unidades Socioeducativas. É preciso ressaltar determinados pontos igualmente destacados na Análise Global tendo em vista sua relevância. Lembrando o fato de iniciarmos o ano com uma quebra significativa da equipe após o pedido de demissão de três analistas. Em seguida ocorreu o pedido de demissão da Gestão Social, fato este ocorrido na primeira semana do mês de janeiro. Tal episódio fez com que a equipe se mantivesse sem a referência de uma Gestão Social, pelo período de três semanas e quatro dias. Dado o contexto vivenciado, a equipe recém-

chegada e incipiente acerca da Metodologia do Programa Se Liga precisou se apropriar primeiramente do trabalho do ponto de vista interno, organizações de documentos, reorganização das referências por Unidades Socioeducativas, apropriação dos instrumentais, etc.

Sendo assim, foram necessárias e pertinentes a interrupção de determinadas ações dentro das Unidades Socioeducativas. Porém houve a permanência do diálogo e fluxo estabelecido. A nova gestora Social iniciou suas atividades laborais no dia 01/02. Após darmos início às ações de reaproximação as Unidades Socioeducativas, foi preciso recuar, em virtude das férias da Gestão Social pelo período de 15 dias. As ações de visita às Unidades Socioeducativas para Apresentação da nova gestão social, bem como as novas referências técnicas precisaria aguardar. Sendo assim, a equipe se manteve realizando atividades internas e organizacionais. Porém os contatos via telefone com as Unidades Socioeducativas permaneciam com o objetivo de retirar agendas em todas as Unidades, que seriam efetivadas após o retorno da gestão Social.

Como destacado no indicador 3.1, foi possível articulação com o CSESC em atividade de Circulação no Space Kart, contando com a participação de 5 adolescentes que deram retornos positivos no momento da atividade e posterior a ela, deixando uma marca e possibilitando aproximação do analista de referência e estreitamento da parceria.

Foi possível a realização de estudo de casos com a unidade de Semiliberdade Ipiranga, Planalto, CSESJ, centro internação provisório São Benedito (pontualmente) e CSESC. Contudo, as Unidades Socioeducativas pela facilidade, praticidade e até mesmo dada a urgência, tem optado pelos estudos de caso em formato virtual. Porém, este tem sido um ponto de trabalho para com a equipe que deve ser levado às Unidades sobre o quão rico se torna os estudos de caso quando a equipe tem a possibilidade de estarem presencialmente nas Unidades Socioeducativas, tornando este contato mais humanizado e aproximado com as equipes e facilitando as ações estratégicas junto as Unidades Socioeducativas.

Após vivenciamos os atravessamentos pontuados no início do referido trimestre, atualmente a equipe tem se debruçado nos contatos com as Unidades Socioeducativas e construção de cronogramas a partir das demandas e realidades vivenciadas por cada Unidade Socioeducativa.

Sendo assim, devido às dificuldades mencionadas acima pela equipe de BH, não foi possível o alcance da meta do indicador 3.3, dada às interrupções das ações junto às Unidades Socioeducativas e demais problemáticas.

Zona da Mata

Iniciado o período avaliatório em análise, a equipe realiza atividade de apresentação à Casa de Semiliberdade Caminho de Jesus na qual estiveram presentes os 15 (quinze) adolescentes acautelados na casa. Por ser período de férias escolares, todos puderam participar. A equipe, após apresentação do Programa Se Liga, debateu acerca do tema "Rede Socioassistencial" no qual, através do jogo de ligar os pontos, os adolescentes e jovens tinham que identificar o papel realizado por cada instituição. Ao longo da atividade foi possível analisar resumidamente as atividades realizadas por cada instituição, como o CRAS, CREAS, UBS, UPA, etc., para os participantes. Todos foram muito participativos. Tiraram dúvidas sobre as instituições que estavam no jogo e também de outras que não estavam. Os adolescentes também seguem demandando outras atividades externas com o Se Liga.

Em fevereiro a equipe realiza também atividade de ação estratégica na Casa de Semiliberdade Caminho de Jesus, na qual estavam presentes 9 (nove) adolescentes acautelados, dos quais um que havia iniciado o cumprimento de medida na Unidade. O tema trabalhado foi sobre os eixos do programa Se Liga (educação, profissionalização, trabalho, cultura, esporte/lazer e família). Os adolescentes escreveram sobre seus interesses e como acreditam que o Programa Se Liga pode auxiliar a alcançar seus objetivos.

No Centro Socioeducativo de Juiz de Fora, realizou-se atividade de apresentação interna, na qual estavam presentes 08 (oito) adolescentes que foram muito participativos. Inicialmente alguns não se interessaram tanto em participar, porém com o desenrolar da apresentação, envolveram-se na atividade. O tema trabalhado também foi a Rede socioassistencial na qual, através do jogo de ligar os pontos, os adolescentes e jovens tinham que identificar o papel realizado por cada instituição. Em outro momento foi possível ainda a apresentação do Programa para 6 (seis) adolescentes e jovens, além do posterior diálogo acerca dos eixos do Programa Se Liga.

No referido trimestre foram possíveis algumas articulações com a Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Caminho e Vida (Semiliberdade Muriaé). Foi possível também alinhar com a Direção da Unidade Socioeducativa sobre adolescentes em processo de desligamento, o qual não estava sendo possível acontecer, sendo notável um avanço na relação com a Unidade. Realizou-se também no trimestre em análise a realização de atividade coletiva que contemplou 17 (dezessete) adolescentes e jovens. Nela foi apresentado sobre a Rede socioassistencial, através de uma dinâmica de correlação entre o nome do equipamento da rede e sua função.

A equipe tem levado um tema a cada mês para ser dialogado e debatido com os adolescentes e jovens. Desta forma, foi possível que equipe da ZM atingisse a meta do indicador 3.3. No entanto, o total de ações das equipes BH e ZM somadas não atingiram a meta pactuada.

b) Intervenções da supervisão metodológica a partir da análise dos indicadores e metas.

Devido às peculiaridades trazidas pelas duas unidades do Programa, a Supervisão Metodológica tem dado continuidade às supervisões mensais coletivas e individuais. A Supervisão tem percebido que a equipe de BH tem tido muitas dúvidas em relação ao preenchimento do Relatório Unificado, bem como às fontes de comprovação enviadas. Com isso, pretende-se persistir no acompanhamento ainda mais próximo e em diálogos frequentes com a Gestão Social no acompanhamento assíduo da veracidade das informações prestadas ao serviço. Assim, a partir de reunião da Supervisão Metodológica com o Departamento de Monitoramento do Instituto Elo, pretende-se acompanhar sistematicamente as fontes de comprovação enviadas pelas equipes de BH e ZM, além das devidas atualizações do PAE e demais atribuições.

É previsto ainda, Capacitação de formação do Unificado passando de forma cautelosa a cada aba contida no mesmo, de forma a retirar possíveis dúvidas, além de recapitular as fontes de comprovação que em especial para a equipe de BH permanecem como um ponto de dúvida. Cabe destacar ainda que a equipe é recente no Programa Se Liga.

Como pactuado no trimestre anterior, a supervisão tem intervindo de forma mais presente no acompanhamento dos casos, relação com as Unidades Socioeducativas e como tem se dado as articulações com as redes parceiras, cuidando para que as (os) analistas tenham o suporte necessário. Nas supervisões individuais tem sido possível a realização de estudos de casos e um acompanhamento mais aprofundado de cada analista Social. No que tange à relação das equipes com as Unidades Socioeducativas, ZM tem estado em diálogo constante e mantendo-se disponível, apesar de sinalizarem alguns fluxos não seguidos pelas Unidades, a relação tem sido possível. Em BH precisamos avançar tendo em vista que ainda nos mantemos distantes de algumas Unidades. Porém a equipe tem sido provocada constantemente na construção de Projetos para realizarem atividades de circulação com as Unidades, além de atividades temáticas externas às Unidades Socioeducativas. É preciso que as equipes se aproximem mais das Unidades, pensando em ações estratégicas de vinculação e aproximação.

Devido ao não atingimento da meta de ações estratégicas junto as Unidades Socioeducativas, a Supervisão Metodológica pretende dialogar e acompanhar a equipe de BH, tendo em vista que a mesma já produziu ações a serem adotadas com as Unidades como Retornos dos adolescentes acompanhados pelos programas; atividades de apresentação coletivas bimestrais (Unidades de Internação); atividades de apresentação coletivas mensais (Casas de Semiliberdade); atividades de circulação; busca ativa de atividades gratuitas ofertadas pela cidade; atividades temáticas internas e externas, etc.

Pode-se analisar que a iniciação da Segunda etapa do Projeto Circuito Liberdade que viabiliza a inserção dos cursos profissionalizantes e de qualificação profissional, tende a garantir o acesso a direito e estreitar os vínculos dos adolescentes ao Programa Se Liga. A equipe tem se mostrado bastante interessada no acompanhamento dos jovens e diálogos com a Instituição parceira. Cabe ainda a Supervisão Metodológica, o acompanhamento das equipes, e dos casos vinculados aos cursos de Mecânica de Motos e Barbearia para que obtenhamos o menor número de defasagens possíveis. Como já mencionado, caberá à supervisão Metodologia, em diálogo com gestão social, orientar as equipes sobre a manutenção do acompanhamento aos adolescentes e jovens em curso, no sentido de que estes se sintam amparados, dada alguma possível intercorrência e cuidados para que não haja evasões e/ou desistências.

A Supervisão tem dialogado ainda sobre os temas para os encontros de formação específicos ao Programa Se Liga. Foi discutido que as duas equipes, BH e ZM, pensassem em conjunto acerca de temas para os espaços de formações, haja vista que esta tem sido uma demanda apresentada à Gestão e Supervisão Metodológica.

A Supervisão Metodologia tem construído o planejamento das ações de 2023, o que possibilitará a melhor organização e acompanhamento das equipes, além de ter construído junto com o Setor de Monitoramento do Instituto Elo o manual da Supervisão Metodológica dos Programas. Isso possibilitará maior assertividade e pactuação das ações por parte da Supervisão e demais parceiros envolvidos.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 15.300 •	• 18.048 •
Descrição do Indicador	
Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, a CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pela CEAPA: 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas com alternativas penais; 2. Atendimentos individuais de acompanhamento das pessoas com alternativas penais; 3. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro do (a) Grupo de Inicialização, (b) Grupo de Acompanhamento, (c) Grupo Introdutório e (d) Grupo de Finalização ao longo do cumprimento da determinação judicial que assinaram lista de presença; 4. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais que assinaram lista de presença; 5. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização para homens autores de violência contra a mulher que assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O primeiro trimestre de 2023 correspondeu ao 17º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019. Desta feita, com o objetivo de contextualizar e analisar o desempenho do Programa CEAPA em suas frentes basilares de trabalho, se faz essencial elencar aspectos significantes que se sucederam nesses meses em observação.

Inicialmente, mediante a inauguração de um novo ano, é imperativo assinalar que os Indicadores 4.2 e 4.3 não sofreram alterações nos valores pactuados, diferentemente de anos precedentes. Em contrapeso, o Indicador 4.1 foi submetido a reajuste e incidiu em aumento de 58.140 para 61.200.

Partindo dessa leitura primária dos dados a serem alcançados, em caráter resumido, se deve considerar o investimento nesses três meses no tangente às ações que dizem do indicador referente ao número acumulado de atendimentos (4.1), sendo observável o movimento consistente desses dados dentro do trimestre, o que levou não somente ao alcance da meta, mas também a superação desta.

Noutro giro, as frentes que representam os indicadores 4.2 e 4.3 não apresentaram desempenho satisfatório dentro do esperado e serão melhor analisadas em campos específicos nesse relatório.

Ainda dentro do período aqui analisado, ganhou destaque o desenvolvimento e robusto processo de capacitação coletiva com todas as equipes do Programa – em caráter presencial para equipe BH e RMBH. Esses espaços emergiram da necessidade de embrenhar-se em temáticas centrais para intervenção com o público, especialmente junto aos casos autuados na Lei Maria da Penha. As capacitações contaram com convidadas externas especialistas em temáticas como Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências contra as Mulheres, crimes sexuais e estudos sobre masculinidade e feminismo. Também se deve sinalizar que alguns desses espaços de capacitação ocorreram em parceria com o Programa PrEsp, revelando a consonância de problemáticas enfrentadas no manejo com ambos os públicos.

Seguindo a tônica de espaços de desenvolvimento metodológico, o trimestre também contou com a execução de capacitações introdutórias para novos membros das equipes, que precisaram ser recompostas devido à saída de

profissionais. Destaca-se aqui os esforços nos processos capacitatórios das equipes no nível inicial e em uma perspectiva de aprofundamento, por entender que o recorrente cenário de rotatividade de analistas afeta diretamente o desempenho nas frentes correspondentes aos indicadores. Nesse sentido, a título máximo desse cenário, se pode citar o ocorrido com a equipe de Belo Horizonte, que no período aqui analisado vivenciou a saída e reposição de 8 profissionais, gerando impacto direto na organização de demandas e execução das frentes de trabalho – tais como cronograma de ações com a rede parceira. Reitera-se que, esse fenômeno também é vivenciado de maneira endêmica em equipes menores, e com as mesmas consequências prejudiciais devido a proporcionalidade de quantitativo de membros.

Por fim, cabe elencar que o trimestre contou ainda com o desenvolvimento de espaço de capacitação para a implantação do Projeto em parceria com o FUNEMP no município de Pouso Alegre. A equipe foi contratada e capacitada de modo introdutório para abertura da unidade e já se encontra apta para o acolhimento do público, mediante o encaminhamento dos casos pelo Poder Judiciário local.

A fim de contemplar com robustez o que fora vislumbrado resumidamente nessa introdução, abaixo segue o desenvolvimento argumentativo para o desempenho em cada um dos indicadores, bem como análise específica de alguns dos municípios que apresentaram anomalias na performance na perspectiva do que é pactuado no Contrato de Gestão.

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/01/2023 foram realizados cumulativamente **18.048** atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de **15.300**, atingiu-se o objetivo estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 9 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	19	25	70	114
BELO HORIZONTE	1252	1092	2111	4455
BETIM	796	536	658	1990
CONTAGEM	474	473	579	1526
DIVINOPOLIS	135	118	142	395
GOVERNADOR VALADARES	200	181	294	675
IBIRITE	300	205	279	784
IPATINGA	268	249	383	900
JUIZ DE FORA	481	516	608	1605
MONTES CLAROS	292	286	302	880
R. DAS NEVES	376	328	493	1197
SANTA LUZIA	285	189	285	759
SETE LAGOAS	268	239	215	722
UBERABA	358	364	358	1080
UBERLÂNDIA	230	145	223	598
VARGINHA	0	0	0	0
VESPASIANO	144	88	136	368
TOTAL	5878	5034	7136	18048

De antemão, para analisar o desempenho da Ceapa neste indicador, é indispensável registrar a repercussão positiva dos atendimentos realizados pelo Programa em março. Isso porque, cerca de 39% do quantitativo de feitos do trimestre foram executados no referido mês. Além disso, quando comparado a fevereiro, nota-se um salto de mais de 42% no volume destas ações. Com isso, a maioria das modalidades que compõem o indicador, sob influências diretas de ações do Programa ou de terceiros, tiveram seu auge justamente no final do período avaliatório em análise.

Posta assim a questão, como o Indicador I é composto por cinco modalidades de atendimentos, é sobretudo importante tecer as análises considerando tal diversidade e os impactos da complexidade do trabalho em cada uma das espécies:

a) Atendimentos individuais de inscrição: os atendimentos que proporcionaram a inscrição de Pessoas com Alternativas Penais no Programa tiveram aumento progressivo no decorrer do trimestre. Em janeiro, sofreu impacto do recesso forense – período cediço em que o Poder Judiciário suspende a execução ordinária de audiências. Já em fevereiro, com a retomada mais robusta das atividades do Sistema de Justiça, sofreu expansão e atingiu o ápice em março – mês em que estes atendimentos cresceram cerca de 27% se comparado ao anterior. Ainda que essa não seja a modalidade com maior vulto

no indicador, sua dimensão se torna importante na medida em que reflete o nível de investimento e confiabilidade do Poder Judiciário nas Alternativas Penais e a proximidade destes atores com as Centrais que atuam nas comarcas. Por isso, o aumento progressivo no trimestre deve ser visto com bons olhos, já que sinaliza os esforços – principalmente da gestão social – para o fortalecimento do Programa.

b) **Atendimentos individuais de acompanhamento:** costumeiramente, essa é a modalidade que apresenta maior monta no indicador 4.1 – à guisa de exemplo, neste período foram realizadas 9.980 ações. Ainda que o montante representa cerca de 55% dos atendimentos realizados pelo Programa, dada a constância das intervenções não há oscilações relevantes nesta frente de trabalho que carecem de destaque no trimestre. Além disso, por serem, em maioria, associados aos casos que estão em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade, refletem os esforços constantes das equipes no monitoramento regular do cumprimento – função primordial da Central e que, por vezes, é comprometida por fatores diversos como demonstrado na análise do indicador 4.2.

c) **Atendimentos grupais de PSC:** esta modalidade corrobora com o impacto do mês de março no indicador 4.1, visto que no dito mês teve o auge de 263 atendimentos. Dentre as espécies de grupos realizados com o público que cumpre Prestação de Serviços à Comunidade, duas carecem de destaque em decorrência de sua proporção numérica e relevância: 1) Grupos de Inicialização: diretamente relacionados às novas inscrições, estes atendimentos foram realizados com o público que iniciou o cumprimento de PSC. Visto que a Alternativa Penal representa cerca de 31% daquelas inscritas no Programa neste período, a ampliação gradual percebida quanto aos novos casos gerou, por consequência, a inserção de mais pessoas nestes espaços; 2) Grupos de acompanhamento: desenvolvidos com o público que já foi inserido no cumprimento, a execução destes grupos tem relação, portanto, com os casos que estão em acompanhamento nas Centrais – que foram gerados, em outras palavras, tanto pelas inscrições deste quanto dos demais períodos avaliatórios. Neste ciclo, percebem-se maiores reflexos da organização das equipes para lançar mão, a partir de referência regionalizada dos territórios e em decorrência do maciço investimento da Supervisão Metodológica, neste meio que torna os fluxos de atendimentos mais ágeis, efetivos e equilibrados. A adoção desta modalidade de atendimento é prevista em metodologia, mas ganhou maior impulso nos últimos períodos avaliatórios como tentativa de preservar a qualidade das intervenções ao passo que contribui para as diligências de monitoramento e intervenção em riscos criminais – estratégia que tem se mostrado efetiva, principalmente nas Centrais com maior volume de casos em acompanhamento e, como demonstra a adesão do público.

d) **Atendimentos grupais de PEAPs:** no decorrer do trimestre, estes atendimentos sofreram oscilações quanto ao volume e temáticas: enquanto em janeiro os atendimentos nos PEAPs sobre Drogas foram expressivos e seguiram em declínio nos outros meses; os encontros com a tônica de Pessoas em Situação de Conflitos sofreram grande variação quantitativa e, acabaram por representar cerca de 70% dos atendimentos desenvolvidos nesta modalidade – com auge no mês de março. Convém ponderar, no entanto, que o volume de atendimentos destes grupos não sofre influência apenas das inscrições realizadas no período em análise. Em decorrência da instabilidade na composição das equipes, o que se repara é que a maioria dos casos inseridos nos grupos executados nos primeiros meses de 2023 foram inscritos no Programa em ciclos avaliatórios antecedentes e aguardavam a introdução no cumprimento há tempos. Isso não quer dizer, entretanto, que os grupos não estavam sendo executados, mas, naqueles tempos, a produtividade da CEAPA estava comprometida e outras frentes de trabalho precisavam ser privilegiadas. Por estes motivos, vale lembrar que a expressão dos atendimentos grupais de PEAP no 17º PA, deve ser vista à luz da retomada da capacidade técnica das equipes de se organizar para a execução dos encontros com menor comprometimento de outras demandas.

e) **Atendimentos grupais de Ação de Responsabilização:** esta modalidade é frente de trabalho prioritária para o Programa e, de acordo com os alinhamentos promovidos pela DAL, são objetos constantes de articulações com o Poder Judiciário e prevalência na organização das equipes. Por estas razões, o volume de atendimentos realizados nestes grupos sofreu poucas variações e, em decorrência do número de encontros realizados, manteve boa expressão no quantitativo realizado no trimestre.

A par das noções tecidas, é sobremodo oportuno sinalizar que quanto aos Atendimentos de PEAPs supramencionados, ressalva essencial deve ser feita quanto a inauguração de atendimentos grupais de Medidas Cautelares. A espécie de atendimento era prevista em metodologia para este instituto jurídico, mas as equipes não lançavam mão das intervenções coletivas – salvo nos casos que envolviam violência contra a mulher – por não vislumbrarem a possibilidade diante do baixo volume de casos que seguiam em acompanhamento nas Centrais. Todavia, após bem-sucedida articulação realizada em Belo Horizonte, o montante de casos despertou a equipe para a efetividade destes espaços e, após investida da Supervisão

Metodológica, a execução tomou corpo e, ainda que com pouca repercussão no montante de atendimentos, carece de destaque por demonstrar efetividade.

Posta assim a questão, é inegável que todos os atendimentos grupais supra analisados refletem o investimento depositado pela CEAPA nas intervenções coletivas e a potência destes espaços para a responsabilização do público que cumpre Alternativa Penal. Além disso, ampliam a capacidade de investimento em outras frentes de trabalho e a adesão do público a estes espaços demonstra a capacidade de vinculação com a CEAPA e com o cumprimento da pena.

Nesta esteira, passa-se a especificidade de municípios que contribuíram para o alcance da meta:

Betim: Seguindo uma sequência constante com dados elevados neste indicador – vide relatório anteriores, o município de Betim novamente será aqui pautado por execução de dados que excederam significativamente o esperado para o período. Em verdade, esse foi o trimestre com os maiores números dessa unidade, uma vez que realizou 144% de excedente da meta. Em número brutos, dos 816 atendimentos pactuados, Betim realizou 1.177 a mais, pois atingiu o alto número de 1.993 atendimentos feitos no período.

A expressividade deste indicador encontra explicação na organização promovida na unidade para tratativa do elevado número de casos que permaneceram no ano de 2022 sem encaminhamento para cumprimento de sua determinação – em especial nas modalidades grupais. Neste cenário, entre grupos abertos, em andamento e encerrados dentro do trimestre, a equipe executou significativos 52 encontros, nas temáticas de Drogas e Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências Contra às Mulheres.

O quantitativo de ações grupais (PEAPs e Ações de Responsabilização) desenvolvidas, fez com que o número de atendimentos nessas modalidades atingisse valor considerável e promoveu impacto direto na meta executada. Contudo, somado a isso, também se tem que destacar a realização de modalidades de grupos no âmbito da PSC – GA's – dentro da estratégia de qualificar o acompanhamento desse público mediante o alto número de casos em atendimento individual. Entretanto, se obtempera que, mesmo com a prática desse recurso metodológico do Programa, ainda não foi observado real transformação nesse sentido, pois o número de atendimentos de acompanhamento individual permaneceu na mesma proporcionalidade dos meses anteriores - fato que vem sendo investigado e fruto de diagnóstico da Supervisão Metodológica.

Uberaba: semelhante ao descrito em relatórios anteriores, no trimestre em avaliação o município se destacou pelo quantitativo de atendimentos realizados, visto que ultrapassou a meta em 76%. Destes, aqueles relativos ao público que cumpre Prestação de Serviços à Comunidade ganham grande relevância – já que no encerramento do período em análise, cerca de 88% das Alternativas Penais acompanhadas pela Central eram desta modalidade. Em virtude disso, os esforços da equipe vêm sendo lançados para a manutenção da regularidade de adimplência e para a (re)inserção do público nas instituições parceiras em que se desenvolve o cumprimento. Quanto à primeira necessidade, a Supervisão Metodológica tem investido em conjunto com a equipe para a promoção de atendimentos coletivos que, se mostram efetivos para as demandas de monitoramento e ampliam a capacidade de atendimento, ainda que sigam gerando efeitos no indicador. Já quanto a (re)introdução do público no cumprimento, diagnósticos vêm sendo construídos para tornar a atuação mais fluida e eficiente – evitando assim, cenário de repetidas intervenções até que o procedimento seja realizado. Nesta monta, a tendência é que com o progresso das intervenções da Supervisão Metodológica e com maior apropriação do método pela equipe, os números do município se mostrem mais equilibrados frente a este e demais indicadores.

Ribeirão das Neves: este município tem expressão constante no indicador e, assim como destacado em relatórios anteriores, deve ser visto através das lentes do processo de organização implementado e pelas frentes prioritárias de trabalho. Visto que o quantitativo de casos incluídos nas Ações de Responsabilização é constante, a Central vem lançando mão de estratégia de organização regionalizada dos encontros que, além de garantir maior adesão de público, amplia a capacidade de execução dos grupos. Com isso, os atendimentos coletivos realizados no âmbito desta alternativa penal favoreceram a performance. Por outro lado, não se pode olvidar o impacto dos atendimentos de acompanhamento relativos, principalmente, aos casos que cumprem Penas Restritivas de Direitos. Em decorrência do quantitativo de casos que passam por intervenções de monitoramento e da necessidade de intervenção em irregularidades, os casos que cumprem PSC e PP movimentam a equipe na tentativa de preservação do percentual de cumprimento – ainda que nem sempre o efeito esperado seja atingido, como demonstra o desempenho do indicador 4.2. De toda feita, há de se ressaltar que os esforços

seguem sendo lançados por parte da Gestão Social e Supervisão Metodológica, para que os efeitos nos indicadores sejam equilibrados e as intervenções realizadas pela Central sigam no caminho da efetividade.

Por outro lado, ainda que o objetivo posto no âmbito do Contrato de Gestão tenha sido atingido, não se pode omitir a situação das Centrais que tiveram desempenho aquém do esperado:

Araguari: neste município, a CEAPA ainda enfrenta dificuldades na consolidação dos fluxos de encaminhamento dos casos. Ainda que a Gestão Social e a Supervisão Metodológica venham se esforçando, a retomada das atividades da Central tem caminhado em ritmo incompatível com as metas de atendimento estabelecidas. Assim, o quantitativo de casos em acompanhamento ainda não permite que a equipe se aproxime do esperado e o estreitamento de laços com o Sistema de Justiça carece de evolução para que a confiabilidade nas Alternativas Penais e nos trabalhos desenvolvidos gerem o direcionamento de novos casos a serem acompanhados pelo Programa e melhor desempenho do indicador.

Divinópolis: Neste primeiro trimestre, a referida equipe realizou 65% dos atendimentos esperados para o período. Dentre as cinco modalidades de atendimento, novamente observa-se que o desempenho aquém da expectativa está localizado na fragilização da porta de entrada – atendimentos individuais de inscrição – e, como consequência, na execução de grupos – atendimentos grupais de PEAP e Ações de Responsabilização. Verifica-se que o Poder Judiciário local vem priorizando a aplicação das penas pecuniárias, cujo cumprimento é via depósito judicial, o que minimiza os encaminhamentos de alternativas penais para a Central. Além disso, ainda se faz necessário qualificar a articulação com as Varas Criminais visando o recebimento de Medidas Protetivas de Urgência. Cabe ressaltar que a Diretoria do Programa, juntamente a Gestão Social e Supervisão Metodológica, vêm construindo estratégias e trabalhando pelo fortalecimento da porta de entrada, com foco nas articulações com a Vara de Execuções Penais, no que toca às penas restritivas de direito, e Varas Criminais, no que diz respeito ao já citado encaminhamento de Medidas Protetivas de Urgência. Diante desse cenário, destaca-se que o número de alternativas penais acompanhadas por essa Central é, por si só, inferior à meta estabelecida.

Governador Valadares: neste município, assim como nos demais supracitados, é importante ressaltar, em primeira mão, o impacto do encaminhamento de novos casos ao Programa. Nota-se o declínio nas portas de entrada que, mais severo em alguns juízos, demanda movimentos veementes de fortalecimento de frentes prioritárias para a CEAPA. Neste ponto, os atores envolvidos têm planejado ações para aumentar a confiabilidade nos trabalhos e, por consequência, ampliar o número de encaminhamentos. A par disso, há que se considerar a influência da organização da equipe para a execução dos Projetos de Execução de Alternativas Penais. Essa modalidade de atendimento por vezes tem sustentado o desempenho do município neste indicador e, de maneira pouco estratégica, no período em análise não foi planejada e implementada para atender a demanda de casos que aguardam inserção no cumprimento. Tal fato, ainda que influenciado pela redução do número de analistas em parte considerável do período avaliatório, vem sendo pauta constante de alinhamentos e investidas da Supervisão Metodológica e, reflete, portanto, a necessidade de ação conjunta de todos os atores para o enfrentamento de cenário e melhor desenvoltura do indicador.

Seguindo o percurso dos demais Relatórios, há que se destacar, neste ponto, o desempenho do município de Vespasiano. Partindo da já manifestada necessidade de fortalecimento da parceria com o Sistema de Justiça para o direcionamento de Alternativas Penais à Central, o indicador esboça reação na medida em que as Varas Criminais encaminham novos casos para as Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres. Esta modalidade, em conjunto com o acompanhamento dos casos que cumprem Prestação de Serviços à Comunidade, levou o município a atingir 90% da meta estabelecida para o trimestre, fato que gera expectativa de progresso na desenvoltura do Programa e nas parcerias estabelecidas no município.

Por derradeiro, é importante acentuar que a não implantação da Central em Varginha, ainda que não tenha prejudicado o atingimento da meta estabelecida no Contrato de Gestão, impactou no montante de atendimentos realizados. Por isso, com a esperança de inauguração, a performance do Programa poderá ser ampliada a partir do ritmo que o município avançar.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 74% •	• 69% •
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de • 69% •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 74% •, o programa alcançou 93,2% do estabelecido para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 10 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	1	1	100%
BELO HORIZONTE	389	521	75%
BETIM	171	310	55%
CONTAGEM	93	118	79%
DIVINOPOLIS	18	22	82%
GOVERNADOR VALADARES	72	94	77%
IBIRITE	69	95	73%
IPATINGA	41	89	46%
JUIZ DE FORA	66	89	74%
MONTES CLAROS	65	78	83%
R. DAS NEVES	94	143	66%
SANTA LUZIA	54	74	73%
SETE LAGOAS	34	51	67%
UBERABA	57	92	62%
UBERLÂNDIA	69	92	75%
VARGINHA	0	0	0%
VESPASIANO	38	48	79%
TOTAL	1331	1917	69%

Neste indicador é previsto que o percentual de cumprimento das alternativas penais acompanhadas seja, no mínimo, de 74%. No período avaliatório em tela registrou-se 69,4%, ou seja, houve alcance de 93,7% do percentual esperado.

A leitura e análise desse indicador exige um olhar amplo sobre todos os processos e eixos de trabalho executados nas unidades. Diante do cenário de acompanhamento de cinco modalidades de alternativas penais no programa, destaca-se, tal como no relatório referente ao 16º período avaliatório, que as alternativas penais de Prestação de Serviços à Comunidade e Penas Pecuniárias contribuíram consideravelmente para o não alcance do indicador.

Em relação à PSC, por ser a alternativa penal que é desenvolvida em parceria com a rede, além da atuação técnica de intervenções de responsabilização e/ou em vulnerabilidades sociais e riscos criminais que impactam nesse cumprimento, é necessário investir em articulações de rede – em volume e constância – com vistas à qualificação da prestação de serviços à comunidade e do acompanhamento do público, a fim de que, além da Central, as instituições também contribuam na regularização da alternativa penal e consequente integralização das horas determinadas. Tais ações de rede ainda precisam ganhar maior protagonismo no cotidiano das equipes técnicas pois, como versa a análise do indicador 4.3 deste relatório, ainda não são realizadas a contento.

No que toca ao desempenho do percentual de cumprimento referente à PP, observa-se que as pessoas com alternativa penal por vezes banalizam e não se responsabilizam pelo pagamento do valor determinado como cumprimento de pena, o que aponta a necessidade de realizar intervenções e orientações atinentes ao desdobramento do não cumprimento. Somado a isso, há vulnerabilidades sociais apresentadas por parte do público que também permanecem impactando no pagamento regular das pecúrias. Diante do exposto, as equipes técnicas desenvolvem interlocuções em rede com vistas ao acesso à direitos fundamentais e realiza articulações junto à Defensoria Pública e Poder Judiciário na tentativa de possibilitar o parcelamento do valor estipulado ou conversão em alternativa penal mais adequada ao caso, mas por vezes não é o suficiente para que o pagamento seja efetuado – fato que gera efeitos negativos no indicador, pois, diante da ausência de novas possibilidades, a CEAPA informa o descumprimento para que as providências legais sejam tomadas.

Somado a isso, novamente acentua-se a necessidade de atuação de múltiplos atores para que a organização do trabalho viabilize a execução das diversas frentes e que todas sejam realizadas satisfatoriamente, e, nesse sentido, destaca-se o monitoramento mensal. Como previsto metodologicamente, as intervenções para regularização da alternativa penal devem ser realizadas de forma tempestiva, sejam elas atendimentos para responsabilização do público e atuação nos riscos criminais, elaboração dos encaminhamentos para cumprimento de PSC na temporalidade adequada, convocação de cumpridores irregulares, encaminhamentos para a rede parceira diante das vulnerabilidades apresentadas, dentre outras. Neste sentido, os analistas sociais, gestão social e a supervisão metodológica de cada município vêm construindo estratégias de organização e lançando mão de diferentes recursos para impulsionar os processos de trabalho que envolvem o indicador, contudo, infelizmente, ainda não é possível vislumbrar interferência positiva no desempenho da meta.

Assim, visando apresentar elementos que justificam o resultado aquém do esperado para o período, destaca-se alguns municípios:

Betim: Esse município apresentou no trimestre desempenho paradoxal entre dois indicadores. Se no acumulado de atendimentos (4.1) foi destaque diante do excedente da meta, no indicador que versa sobre o percentual de alternativas cumpridas integralmente (4.2), Betim não conseguiu apresentar índice satisfatório, ficando aquém da meta por 19%. Se para compreender o alto índice de atendimento dessa equipe foi preciso resgatar o histórico de casos represados no ano de 2022, o mesmo se faz para explicar o Indicador 4.2 e assim lançar luz sobre as dimensões do fenômeno do descumprimento no período em avaliação.

Partindo de um alto número de casos que permaneceram sem monitoramento e acompanhamento por inadequado lapso temporal, a organização concretizada pela equipe como um movimento massivo para convocação e intervenção junto a essas pessoas, esbarrou em elementos que levaram a irregularidade e consequente descumprimento, especialmente pela ausência dos cumpridores na unidade, vez que esses não atenderam as ligações, não responderam às mensagens via aplicativo e não compareceram mediante as cartas enviadas. No entanto, o baixo índice de cumprimento no trimestre foi realidade nos dois primeiros meses do ano. Em março, foi consolidado o alcance da meta e se já vislumbra possíveis resultados contínuos da organização sistematizada da equipe em prol do monitoramento e atuação célere junto aos casos, o que favorece a intervenção assertiva nas irregularidades.

Ipatinga: No período em questão, verifica-se em todos os meses que o desempenho foi abaixo dos 74% esperados. Tal como supracitado, reforça-se a necessidade de estabelecimento de fluxos de monitoramento qualificados para que a atuação técnica de regularização da alternativa penal seja realizada de forma tempestiva, além da fundamental priorização das articulações de rede para alinhamento do acompanhamento dos cumpridores de prestação de serviços à comunidade – praticamente a única alternativa penal acompanhada pela equipe no momento. Para tanto, os atores que acompanham o desenvolvimento do município estão trabalhando em estratégias de aprimoramento dessas frentes de execução e espera-se um impacto positivo nos meses subsequentes.

Uberaba: como citado em outro trecho deste documento, nesta Central cerca de 88% das alternativas penais acompanhadas são relativas à Prestação de Serviços à Comunidade. Quando analisados os casos baixados por descumprimento neste ciclo, o que se percebe é que a maioria foi inscrita no Programa em outros períodos avaliatórios, sem, contudo, iniciar o adimplemento nem responder às intervenções da equipe. Levando isso em consideração, resta nítido que nesta modalidade, a CEAPA enfrenta grandes desafios de organização dos fluxos de trabalho que acabam por impactar severamente no desempenho do indicador: enquanto a inserção do público no cumprimento tem se mostrado pouco fluida e eficiente, o monitoramento dos casos nem sempre é regular. Por sua vez, o investimento na rede parceira é igualmente prejudicado e, por consequência, os índices de cumprimento sofrem efeitos negativos pela relação fragilizada da Central com os parceiros e com o público. Mesmo com destaque positivo no indicador 4.1, as investidas da equipe ainda não têm surtido efeitos que levam os índices de cumprimento aos patamares esperados. Posta assim a questão, a Supervisão Metodológica tem atuado para promover os ajustes necessários ao alinhamento dos trabalhos à metodologia e, em conjunto com a gestão social, procura implementar lógicas que viabilizem agilidade e progresso no acompanhamento do público para que, assim, incidam sobre os fatores que impactam no cumprimento.

Por outro lado, cabe ressaltar que nove equipes alcançaram ou superaram a meta estabelecida. Nesse sentido, destaca-se o desempenho de Araguari, que de maneira incipiente informou a baixa por cumprimento de 01 (uma) alternativa penal no mês de março - procedimento suficiente para expressão dos índices de cumprimento em 100% no município. Cumpre ressaltar que, por ser típico de tempos iniciais do acompanhamento de casos, o cenário não tende a se manter nos próximos períodos avaliatórios, visto que obedecido o fluxo de intervenções previsto em metodologia, alguns casos podem demandar o informe de descumprimento ao Poder Judiciário diante da ausência de efeito das ações da equipe.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.125 •	• 1.006 •
Descrição do Indicador	
O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais. Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio: 1. Visitas de monitoramento às instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais para discussão sobre fluxos de encaminhamento, fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 3. Reuniões de articulação com instituições da Rede de Proteção Social para discussão sobre o acompanhamento do público, fluxos de encaminhamento e fluxo de comunicação; 4. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, para discussão sobre fluxos de encaminhamento de alternativas penais; fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 5. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados às alternativas penais ou transversais; 6. Visitas para captação de novas parcerias; 7. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 foram realizadas cumulativamente • 1.006 • ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 1.125 •, o objetivo não foi alcançado. No entanto, alcançou-se 89,4% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 11 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	20	23	30	73
BELO HORIZONTE	3	61	59	123
BETIM	26	29	23	78
CONTAGEM	24	13	29	66
DIVINOPOLIS	15	18	15	48
GOVAL	22	19	5	46
IBIRITE	13	16	17	46
IPATINGA	19	20	19	58
JUIZ DE FORA	31	29	33	93
MONTES CLAROS	8	13	18	39
RIBEIRÃO DAS NEVES	31	23	34	88
SANTA LUZIA	12	16	17	45
SETE LAGOAS	15	15	20	50
UBERABA	20	23	9	52
UBERLÂNDIA	18	16	19	53
VARGINHA	0	0	0	0
VESPASIANO	15	12	21	48

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
TOTAL	292	346	368	1006

No período em análise, a CEAPA desenvolveu 1.006 articulações junto às redes de apoio – quantitativo que representa 89% das 1.125 ações esperadas para o trimestre. O montante demonstra uma ascensão no quantitativo realizado no decorrer dos meses, já que no período anterior produziu-se 894 interlocuções. Entretanto, ainda que em progresso, não permite que o acumulado de ações atinja o patamar estabelecido como meta.

Como já destacado neste relatório, a priorização das articulações de rede é o fundamento primordial para o desempenho neste indicador. Para tanto, deve haver organização interna que viabilize a execução das múltiplas frentes de trabalho, incluindo a constância dessas ações.

Em análise minuciosa das modalidades que compõem esse indicador, nota-se que a realização de Encontros de Rede ainda deve ser impulsionada para que a qualificação dos parceiros, sobretudo os que recebem o público que cumpre prestação de serviços à comunidade, seja realizada de forma regular e extrapole os elementos informativos e práticos que naturalmente são pactuados nas visitas de monitoramento.

Cabe salientar que, com a reestruturação do corpo técnico de algumas equipes, principalmente em Belo Horizonte, em certos momentos do trimestre o plantão de atendimentos e a execução de grupos foram priorizados, o que também impactou no já citado preterimento dessa frente de trabalho.

É importante frisar que a organização das equipes técnicas a partir da regionalização municipal contribui para a distribuição dessas articulações entre os profissionais, além de promover o aprofundamento da leitura de cada território. Portanto, como ação prioritária, faz-se necessário acompanhar de forma próxima determinados contextos que apresentam fenômenos criminais, sociais e densidade de cumpridores na localidade, para que os alinhamentos realizados junto às instituições gerem impacto no cumprimento regular e no acompanhamento dos casos.

Por fim, mais uma vez justifica-se os resultados nulos apresentados para o município de Varginha que ainda não teve sua UPC implantada, mas que possuía 30 ações previstas na meta desse período.

Diante disso, torna-se evidente que o não atingimento da meta sofreu a influência de fatores diversos e teve destaque nos seguintes municípios:

Belo Horizonte: o desempenho desta equipe no que toca às articulações de rede se mostrou aquém do esperado no referido período, com destaque negativo no mês de janeiro no qual a Central operou com o funcionamento severamente comprometido pela saída de vários profissionais no fim de 2022, o que fez com que o plantão de atendimento ao público fosse a ação prioritária. A reestruturação da equipe iniciada neste trimestre também contribuiu para a ausência das articulações de rede com maior robustez, já que os profissionais recém-chegados estavam em processo de capacitação e assimilação das atividades antes de executá-las. Outro elemento que justifica o quantitativo de fevereiro e março é a despriorização dessa frente de trabalho, especialmente das visitas de monitoramento e reuniões de articulação, em que pese os esforços da supervisão metodológica em orientar o desenvolvimento técnico dessas ações. Diante do exposto, verifica-se a realização de 43% do esperado para o trimestre e registra-se, para fins de aprimoramento no desempenho desse indicador, a necessidade de organizar o trabalho de modo a fortalecer a execução dessas ações de forma contínua.

Contagem: No período em tela foram desenvolvidas 66 ações das 90 esperadas. Conforme verificado no desempenho do indicador 4.1, em que se registrou quantitativo de atendimentos 25% superior à meta, nota-se que a equipe priorizou a execução de grupos para dar andamento aos casos represados desde 2022 e, assim, preteriu as articulações de rede no trimestre. Como destaque, observa-se que não foi realizado nenhum encontro de rede no período, o que deve ser fortemente impulsionado pela Supervisão Metodológica e Gestão Social – tal como todas as demais modalidades de articulação – para que haja qualificação das parcerias e impacto no acompanhamento do público, bem como na integralização do cumprimento da PSC.

Governador Valadares: O desempenho de 77% da meta esperada para o período justifica-se pela despriorização das ações de rede dentre as frentes de trabalho, especialmente os encontros de rede, que não foram executados no trimestre. Nesse sentido, nota-se a necessidade de organização para que as diversas modalidades de articulação sejam realizadas

concomitantemente às demais atividades do programa, haja vista que, numa relação sistêmica, cada uma delas gera impacto na outra e, consequentemente, no aprimoramento do atendimento ao público. Assim, registra-se a realização de 46 ações nos três primeiros meses do ano- ainda que houvesse a expectativa de 60 interlocuções neste período- e ressalta-se os já citados esforços que vêm sendo lançados pela Supervisão Metodológica para o enfrentamento da situação.

Ipatinga: Neste primeiro trimestre, a equipe desenvolveu 58 das 75 ações esperadas para o período, o que representa 77% da meta. Observa-se ausência de investimento nessas articulações de forma geral, mas em especial nos encontros de rede e em reuniões com a rede de proteção social que não foram realizadas no período e por isso devem ser impulsionadas e desenvolvidas, para que tanto a alternativa penal quanto o acompanhamento do público sejam efetivados de forma qualificada e alinhada à metodologia do programa. Importa ressaltar, por fim, que durante todo o trimestre a equipe estava desfalcada em uma profissional, por motivo de licença médica, o que gerou priorização do plantão de atendimento em detrimento das ações de rede.

Montes Claros: Esse município apresentou índice insatisfatório de ações de rede dentro do trimestre em estudo. Nesse cenário, tal performance encontra explicação na organização que priorizou as demandas de funcionamento e execução relacionadas à porta de atendimento. Para corroborar essa constatação, basta contemplar o número perpetuado no Indicador 4.1 desse município, no qual se revela o investimento nessa frente específica ao desenvolver 44% a mais que a meta pactuada.

Além do posicionamento organizacional necessário para as atividades, essa unidade sofreu com redução de seus membros devido a questões de saúde, o que repercutiu também na necessidade de estabelecer prioridades de execução a fim de garantir atendimento ao público. Acrescido a isso, a equipe passou por reestruturação com a saída de um de seus analistas no mês de fevereiro e entrada de nova profissional, que se encontra em processo de apropriação do trabalho para que resulte em atuação consistente para os indicadores.

Por fim, importa ponderar que o desempenho insatisfatório nesse indicador se concentrou nos dois primeiros meses do período, mas em março se observou um processo de retomada de atuação adequada nessa frente por meio de realização de encontro de rede.

Por outro lado, convém analisar os municípios que contribuíram positivamente no indicador:

Araguari: o desempenho da Central quanto às ações junto à rede de apoio deve analisado levando em consideração a necessidade de fortalecimento do Programa no município: seja através dos esforços da gestão social com o Sistema de Justiça para o alinhamento de fluxos de encaminhamento de Alternativas Penais; ou através de visitas da equipe para o monitoramento às instituições que recebem público de PSC. Como já exposto em outros Relatórios, a frente de trabalho é prioridade para a equipe técnica e Gestão Social e, nos próximos períodos tende a permanecer em destaque, já que a necessidade de captação e fortalecimento das parcerias ainda é uma urgência.

Ribeirão das Neves: o desempenho 47% maior que a meta estipulada para o município está em direta consonância com os esforços da equipe para a qualificação e refinamento das parcerias. Na medida em que as analistas têm se apropriado da realidade das regionais de referência, a execução de ações com os parceiros tem se intensificado para o enfrentamento às irregularidades, vulnerabilidades sociais, fenômenos de violências e outros fatores que incidem sobre o cumprimento das Alternativas Penais. Além disso, outro elemento que tem favorecido esta frente de trabalho é a execução de atendimentos coletivos nos territórios. Além de garantir maior assiduidade do público, a organização tem agilizado a circulação da equipe pelos espaços de cumprimento e permitido a proximidade dos laços. Com isso, a execução de encontros de rede tem se mostrado mais efetiva e gera efeitos de destaque do município neste indicador - como ocorrido no mês de março.

Vespasiano: de forma preliminar, o desempenho do município neste indicador precisa ser visto à luz da urgente necessidade de apropriação das analistas da realidade das regionais de referência. Sob forte investimento da Supervisão Metodológica, a equipe tem buscado o refinamento da organização para esta frente de trabalho e, com isso, conseguiu investir nas visitas de monitoramento. Além disso, outro fator que impulsionou as ações junto às redes de apoio nesta Central foi a troca de profissional no cargo da gestão social. Neste cenário, foram necessárias diversas intervenções com o Sistema de Justiça, Proteção Social e demais órgãos do Poder Executivo municipal para as tratativas quanto à mudança de referência. Com isso, o indicador ganhou expressão e pode permanecer em ascensão em outros períodos avaliatórios.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 5.886 •	• 5.584 •
Descrição do Indicador	
O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do sistema prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos seus familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social. Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa: 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas egressas; 2. Atendimentos individuais de pessoas egressas para fins de acompanhamento; 3. Atendimentos individuais de familiares de pessoas egressas; 4. Atendimentos individuais de pessoas pré-egressas e/ou familiares de pessoas pré-egressas; 5. Participação de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 6. Participação de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas nas unidades prisionais que assinaram a lista de presença; 7. Participação de familiares de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 8. Participação de familiares de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 foram realizados cumulativamente • 5.584 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 5.886 •, alcançou-se 94,8% do objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
BELO HORIZONTE	226	203	237	666
BETIM	188	152	166	506
CONTAGEM	125	111	177	413
DIVINÓPOLIS	31	81	89	201
GOVERNADOR VALADARES	94	47	92	233
IBIRITÉ	52	59	102	213
IPATINGA	153	136	140	429
JUIZ DE FORA	188	160	195	543
MONTES CLAROS	117	114	151	382
RIBEIRÃO DAS NEVES	256	181	182	619
SANTA LUZIA	113	128	130	371
SETE LAGOAS	37	47	97	181

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
UBERABA	105	37	74	216
UBERLÂNDIA	126	157	140	423
VESPASIANO	40	69	79	188
TOTAL	1.851	1.682	2.051	5584

Neste período avaliatório, observa-se um aumento significativo do indicador de atendimento em comparação ao trimestre anterior, o que garantiu um alcance de 95% da meta estipulada. Assim, é importante analisar os fatores presentes na dinâmica de trabalho e realidade das 15 equipes do Programa, com o viés de compreender o cenário supracitado. Para tanto, inicia-se tal leitura a partir do contexto apresentado pelas equipes que não alcançaram a meta estipulada para o indicador, mas evidenciaram conjunturas particulares e relevantes para a análise.

No período avaliatório referente, os resultados apresentados pelo PrEsp em Belo Horizonte pontuaram o impacto de uma série de intervenções associadas à reestruturação do trabalho desenvolvido por tal equipe, alteração de quase metade da equipe técnica e do endereço de funcionamento. No que se remete ao indicador de Atendimentos, houve um tímido aumento, entretanto, há de se reiterar que ainda se trata de um contexto de instabilidade e que não foi possível atingir a meta estabelecida para essa equipe mesmo com o avanço citado.

Em relação à recomposição da equipe a partir da convocação, foi necessário considerar um período para apropriação das diretrizes metodológicas pelos novos analistas ainda em meados do trimestre. Todavia, apesar disso, a equipe permaneceu parcialmente reduzida devido à licença maternidade de uma analista e à reposição ao final do período avaliatório. A partir daí, foi retomado o investimento nas frentes de trabalho e, sobretudo, na mobilização do público para acesso ao Programa a partir da comunicação do novo endereço, com envio de correspondências e contato telefônico com os casos em acompanhamento ativo no Programa.

Deste modo, em função do cenário explicitado, as atividades coletivas realizadas pela equipe de BH foram significativas neste trimestre. Mesmo diante das intercorrências, foram mantidas as atividades coletivas na maioria das unidades prisionais, os grupos reflexivos com os acompanhados e as ações coletivas de apresentação em equipamentos estratégicos da rede parceira durante o trimestre.

Cabe destacar, ainda em Belo Horizonte, a realização do Fórum Multiterritorial BH: Segurança Cidadã e Comunitária no contexto das Violências e Acesso a Direito. Apesar do contexto vivenciado pela equipe, essa se empenhou em viabilizar a participação do público do Programa em tal evento. A presença do público não foi expressiva quanto esperado, mas houve a participação em momentos de "apresentação cultural" de egressos em acompanhamento no Programa e representantes da rede parceira. Deste modo, avaliou-se o evento como importante para o contexto do Programa e da Política de Prevenção à Criminalidade, contribuindo para a discussão de temáticas relevantes ao público atendido, como segurança cidadã, identidade política, participação social, etc.

Concomitantemente, Montes Claros vivenciou um contexto desafiador no trimestre, o que também impactou de forma negativa o alcance de metas. Dois fatores foram marcantes para esses resultados, o gozo de férias por dois analistas no mês de janeiro. Ainda que não tenham cumprido férias simultaneamente, a equipe ficou reduzida de maneira expressiva, prejudicando a disponibilidade para ações. Além disso, a equipe aguarda reposição de estagiário desde novembro do ano anterior.

O segundo fator dificultador foram os entraves para a execução dos grupos de pré-egressos em unidade prisional que favorecem de maneira expressiva os resultados do indicador. Apesar disso, ressalta-se que no último mês do trimestre a equipe apresentou bom potencial de recuperação superando a meta do período, indicativo de que os aspectos que influenciaram negativamente já foram devidamente cuidados.

A equipe de Uberaba apresentou oscilações importantes no indicador relativo aos atendimentos, isso porque uma boa parte dos atendimentos ainda se concentra em ações de grupo, que, por vezes, é afetada pela própria agenda dos serviços que recebem a equipe para execução dos grupos (Casas Abrigo, Unidade Prisional, CAPS, CRAS). Esse foi o principal fator que interferiu negativamente no mês de fevereiro, no qual muitas instituições, por conta do feriado de Carnaval, não conseguiram agendar ações do Programa.

Ainda sobre a agenda dos serviços, ressalta-se que os calendários de ações têm sido construídos de maneira prévia, visando evitar situações como a descrita. Destaca-se, ainda, que, apesar de a equipe ter sido recentemente recomposta e, por isso, inexperiente, mesmo assim vem conseguindo aumentar progressivamente o vínculo com os atendidos maximizando os atendimentos de acompanhamento dentro da UPC.

Neste trimestre, o mês de fevereiro foi destaque em algumas das equipes que sinalizaram queda no número de atendimentos diante do menor quantitativo de dias úteis, como observado em Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Uberaba. Em contrapartida, no mês de março não houve feriados e teve um quantitativo maior de dias úteis, o que contribuiu para um cenário de recuperação indicador em questão no trimestre.

Também se observou uma oscilação significativa no indicador de atendimentos apresentado pela equipe de Governador Valadares. Apesar da meta do indicador ser alcançada em apenas dois meses pela equipe, foi expressiva a queda do número contabilizado no mês de fevereiro. Nesse sentido, cabe pontuar também que a trimestralidade das assinaturas ainda impactou a chegada do público para atendimento com a visível redução de circulação do público nos meses onde não são coletadas assinaturas na UPC.

Diante disso, a equipe tem investido em frentes diversas para potencializar o acesso ao público do Programa para além dos meses estipulados para Assinatura, considerando intervenções em atendimento com o público acompanhado e junto à rede de serviços, promoção de grupos reflexivos com acompanhados e o estabelecimento de atividades coletivas em unidade prisional.

Esse último movimento se destacou ainda no final do trimestre com o início das atividades coletivas na Penitenciária de Governador Valadares I. Até o início do trimestre as atividades coletivas em unidade prisional se concentravam na APAC Feminina de Governador Valadares com um quantitativo pequeno de mulheres participantes e residentes no município em questão. Ao final do trimestre, foi possível viabilizar a entrada da equipe para início das atividades coletivas com homens em situação de encarceramento, compreendendo o recorte de pré-egresso e propiciando maior alcance desse público.

Diante da perspectiva de analisar cenários diferenciados em relação à meta do indicador de número de atendimentos para o PrEsp, cabe destacar as equipes que apresentaram avanços no que diz respeito ao alcance da meta estipulada ou que, pelo menos, mantiveram certa estabilidade.

É o caso da equipe de Contagem, que neste trimestre, apresentou o quantitativo de atendimentos esperado para o município, tendo oscilações dentre os três primeiros meses do ano, mas no somatório geral denotou desempenho positivo tendo em vista maior fortalecimento de algumas frentes de trabalho por parte da equipe.

Tem sido possível notar que, com uma equipe mais disponível e com maior propriedade metodológica, é perceptível o incremento das inscrições tanto de pessoas encaminhadas pela rede quanto das ações de apresentações realizadas na UPC. Nota-se também um aumento no retorno de egressos ao acompanhamento, uma vez que, que a equipe tem percebido a demanda e atrelado o acompanhamento no Programa com aquilo que o público realmente procura, possibilitando que o PrEsp faça mais sentido e seja mais efetivo na vida desses egressos que residem no município de Contagem.

Importante destacar, ainda, que as frentes de atividades coletivas que a equipe vem realizando demonstram maior adesão e qualidade nas temáticas propostas. As "Ações Coletivas de Apresentação" na UPC têm apresentado efeito positivo no aumento da circulação de egressos na UPC e, conseqüentemente, no acompanhamento. Além disso, a supervisão metodológica também tem avaliado que pessoas inscritas recentemente no PrEsp Contagem têm aderido mais ao acompanhamento. Isso se deve pelo fato de a equipe apresentar um acolhimento e uma escuta ativa no momento que o egresso chega para uma inscrição, tratando das demandas ali trazidas por esse egresso.

Destaca-se também Betim, que diante da recente recomposição do quadro de funcionários e progressiva apropriação dos aspectos metodológicos, apresentou bom desempenho em todo o período avaliatório, superando a meta estipulada, rompendo com o perfil de oscilações do ano anterior.

Em Ribeirão das Neves, nesse primeiro ano com assinaturas em períodos trimestrais do ano, a equipe vem alcançando a meta estipulada para esse município mesmo nos períodos em que não ocorre a assinatura na UPC e, logo, onde a circulação

do público tende a diminuir. Tal impacto é notável a partir do investimento dessa equipe em ações de mobilização com o público inscrito no PrEsp para o acompanhamento, seja em atendimentos individuais, ou através do grupo de acompanhamento “Eu vejo você” que foi iniciado neste trimestre, a partir da necessidade metodológica do Programa apresentada aos analistas para o acompanhamento através de práticas em grupo.

A equipe apresentou, através do número de participantes, uma boa adesão ao grupo tendo a presença significativa de egressos e familiares nestes espaços. Tal ação tem impacto positivo no Programa diante da circulação do público na UPC de Ribeirão das Neves para além do espaço da assinatura, fortalecendo o vínculo com o programa por ser tratar de uma área de grande estigmatização pelo próprio público. Diante da proximidade de uma das Unidades Prisionais do município o espaço é desafiador por si só.

A estabilidade do cenário de superação da meta prevista para o indicador de atendimentos em Santa Luzia pressupõe a necessidade de uma leitura aprofundada sobre o contexto e intervenções junto à equipe com o intuito de qualificar tais dados. A equipe tem realizado atividades coletivas em unidade prisional, especificamente na APAC Masculina de Santa Luzia, entretanto, a participação de pré-egressos ainda é pequena. Portanto, o quantitativo maior de dados apresentados para esse indicador refere-se a atendimentos individuais e atividades coletivas realizadas com o público.

Apesar do que foi posto, o maior acesso do público ao Programa também esteve atrelado aos períodos de Coleta de Assinaturas que ocorreram mensalmente na UPC, que, consequentemente, ocasiona maior circulação do público na unidade. Desse modo, ainda neste trimestre, houve maior investimento em trabalhar com a equipe a ampliação das “portas de entrada”, o retorno do público para além do período de coleta de assinaturas e consequentemente investimento em qualificar o acompanhamento e vínculo com o público acompanhado.

Por outro lado, Juiz de Fora permaneceu como um dos municípios que se apresentam mais estáveis em relação à meta esperada, com uma equipe implicada e com organização para entregas pactuadas. O volume de atendimentos é notável, uma vez que a equipe é composta por apenas três analistas e dois estagiários, de modo que, na avaliação da supervisão metodológica, trata-se de uma equipe que se empenha e está alinhada com o que se espera para o trabalho com o público e na rede.

Diante da análise realizada, evidencia-se o contexto das chamadas equipes de implantação, ou seja, equipes que foram implantadas recentemente e, por isso, estão em processo de implementação e legitimação junto ao público e ao município onde atuam. Deste modo, das quatro equipes, três bateram a meta de atendimento no último mês deste trimestre e, ainda, apresentaram aumento gradativo e constante no indicador de atendimento neste PA.

Para a equipe de Divinópolis, esse trimestre foi marcado por uma oscilação no referente indicador, com o alcance da meta no último mês deste período avaliatório. Tal cenário corroborou com uma gama de fatores, em que se destacou a ampliação de ações em unidade prisional, onde foram identificados pré-egressos na ala feminina, masculina e LGBTQIAP+. Destaca-se também o investimento da equipe para o retorno do público de egressos do sistema prisional acompanhado. Além disso, a equipe estabeleceu parceria com a rede, instituição Fazendo Arte, para oferta de um curso profissionalizante de informática básica para o público do Programa, o que também favoreceu o interesse e o consequente acesso de egressos em acompanhamento e familiares.

Destaca-se, ainda, Ibirité pelo aumento do indicador de atendimentos e alcance da meta pela primeira vez também no mês de março. A equipe realizou 213 atendimentos, dos 264 que eram esperados no trimestre. Tal incremento se justifica pelo retorno das atividades coletivas no presídio do município no último mês deste trimestre, o que não vinha sendo possível desde o ano passado devido ao baixo número de pré-egressos ali custodiados.

Foi possível notar também um crescimento no número de atendimentos de retorno na UPC impactando numa maior circulação de egressos na Unidade. Parceiros estratégicos da rede do município têm encaminhado cada vez mais egressos ao PrEsp, com destaque para a chegada do público encaminhado pelas Unidades Prisionais em que a equipe está presente realizando as ações coletivas com os pré-egressos.

Esse acesso maior do público também é propiciado por atividade coletiva em equipamentos da rede como o Centro POP de Ibirité, onde os grupos com egressos inscritos do PrEsp são realizados de forma estratégica com o objetivo de que mais

egressos acessem a UPC para o acompanhamento individual. Tal movimento tem sido efetivo, corroborando para maior incidência no acompanhamento do público no município e, logo, na evolução do indicador de atendimentos.

Com a retomada dos grupos com pré-egressos no Presídio Promotor José da Costa, a equipe de Sete Lagoas demonstrou variação positiva no resultado do indicador de atendimentos. A partir da reavaliação da articulação de rede com este parceiro, foi possível retomar os grupos nessa unidade prisional com a qualidade almejada pelo Programa.

Cabe destacar também como o perfil da equipe mudou positivamente a partir da reposição de uma das analistas. A supervisão metodológica tem acompanhado muito de perto, junto à gestão social, desenvolvendo a equipe de acordo com as expectativas do Programa. É primordial que a equipe esteja disponível, seja criativa e propositiva no movimento de ampliação de "portas de entrada" no município e na vinculação, acolhimento e acompanhamento. Deste modo, esses foram os elementos que avaliamos ter estado presentes nessa nova recomposição da equipe. Assim, com um trabalho assertivo foi possível perceber o impacto diretamente nos indicadores do Programa.

Por fim, a equipe de Vespasiano apresentou neste trimestre o melhor desempenho desde a implantação, sendo verificável um aumento consistente e progressivo no número de atendimentos realizados. Este fenômeno é atribuído à progressiva apropriação da equipe sobre aspectos territoriais que perpassam o município, bem como ao desenvolvimento de ações territorializadas, que têm se apresentado como estratégia efetiva para os desafios apresentados.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 78% •	• 80% •
Descrição do Indicador	
O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, minimizando vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para o alcance desse objetivo torna-se necessário a construção de um vínculo do Programa com as pessoas egressas atendidas, já que as intervenções realizadas dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar o percentual de retorno do público atendido ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se o número de retorno para atendimento no PrEsp das pessoas egressas após a realização da sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos feitos a familiares de pessoas egressas ou de pessoas pré-egressas.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi • 80% •. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 78% •, a meta foi alcançada. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
BELO HORIZONTE	389	472	82%
BETIM	327	456	72%
CONTAGEM	201	282	71%
DIVINOPOLIS	70	111	63%
GOVAL	136	167	81%
IBIRITE	102	121	84%
IPATINGA	257	320	80%
JUIZ DE FORA	385	432	89%
MONTES CLAROS	233	282	83%
RIBEIRÃO DAS NEVES	271	309	88%
SANTA LUZIA	269	336	80%
SETE LAGOAS	59	81	73%
UBERABA	103	130	79%
UBERLÂNDIA	162	199	81%
VESPASIANO	30	46	65%
TOTAL	2994	3744	80%

Quanto ao indicador de adesão das equipes do PrEsp neste período avaliatório, ressalta-se inicialmente o alcance e, inclusive, a superação da meta estabelecida, 102%.

O primeiro município que merece destaque na análise deste período é Betim, que apresentou nos primeiros meses do ano um número de inscrições bastante elevado para os padrões observados no passado recente. Esse incremento acentuado foi atribuído, após algumas análises contextuais, à qualificação da apresentação do programa realizada pelo técnico administrativo que recepciona o público e coleta as assinaturas. Tal qualificação com uma apresentação mais convidativa do público é interpretada de maneira satisfatória, ampliando o alcance do Programa no município e convertendo egressos que apenas assinavam na unidade em egressos acompanhados pelo Programa. Lado outro, esse aumento expressivo impacta

na adesão visto que muitos atendimentos de inscrição, fazem cair proporcionalmente o número de atendimentos de retorno, o que favoreceu a mensuração da adesão.

Importante ressaltar, porém, que a equipe de Betim, diante de tal cenário, envidou esforços para realizar ações “corretivas” promovendo grupos e ações de busca ativa para fomentar o retorno das pessoas inscritas, favorecendo o alcance da meta de adesão pretendida. Tais ações foram potentes para aproximar o público do Programa, fortalecer o vínculo e avançar no acompanhamento, o que resultou no alcance da meta no último mês do trimestre.

Outro município que apresentou contexto semelhante de ações corretivas bem-sucedidas após um “pico de inscrições” foi Santa Luzia, que tem mostrado uma evolução significativa no que toca ao indicador de adesão, considerando a qualificação do mesmo. Especificamente, houve uma pequena oscilação no início do trimestre atribuída ao aumento do quantitativo de inscrições. Esse acréscimo se deu pela necessidade de intervenção no que se refere à adequação metodológica de demandas apresentadas pelo público à equipe e que não eram devidamente registradas e contabilizadas e, conseqüentemente, não resultavam em inscrição ou acompanhamento dessas pessoas. A partir desse alinhamento da metodologia, o número de inscrições ascendeu expressivamente no trimestre. Além disso, considerando a importância de retorno para a continuidade do acompanhamento iniciado, a equipe investiu em atividades de Grupo Reflexivo com acompanhados, focando principalmente nas pessoas que foram recentemente inscritas, com o viés de favorecer a vinculação e o entendimento da proposta de acompanhamento no Programa.

Ainda na Região Metropolitana, julga-se importante destacar que as frentes de atividades coletivas que a equipe de Contagem vem realizando tem demonstrado adesão e qualidade nas temáticas propostas. As “Ações Coletivas de Apresentação” na UPC têm apresentado efeito positivo no aumento de circulação de egressos na UPC, bem como no acompanhamento. Ainda, mesmo com um número não tão ampliado de pessoas, o grupo reflexivo “Incluir”, com pessoas acompanhadas, tem demonstrado constância em sua execução e adesão, o que, além de ser muito caro ao Programa, contribui para a vinculação dos egressos inscritos no PrEsp.

De maneira similar, em Ribeirão das Neves, a adesão tem se mostrado crescente diante do investimento dessa equipe no acompanhamento aos egressos já inscritos no Programa. Tal impacto é notável a partir do investimento da equipe em ações de mobilização com o público inscrito no PrEsp para o acompanhamento, seja em atendimentos individuais, ou através do grupo de acompanhamento “Eu vejo você”. O grupo foi iniciado nesse trimestre a partir da necessidade metodológica do Programa apresentada aos analistas para o acompanhamento através de práticas grupais. Os resultados apontaram, tendo em vista o número de participantes, uma boa adesão ao grupo tendo a presença significativa de egressos nesses espaços.

No contexto das equipes de interior, ressalta-se dois destaques, Juiz de Fora como um dos municípios que apresentam maior estabilidade em relação à meta esperada e à equipe implicada e com organização para entregas pactuadas. O volume de atendimentos é notável para uma equipe de apenas três analistas e dois estagiários e, ainda sim, na avaliação da supervisão metodológica, é uma equipe que se empenha e está alinhada com o que se espera para o trabalho com o público e com a rede. Cabe destacar que o indicador de adesão se mantém alto mesmo com a oscilação de inscrições realizadas no trimestre, isso demonstrou uma vinculação estável com o público inscrito mantendo o retorno à UPC de forma constante.

Em contrapartida o Município de Uberlândia, vem apresentando dificuldades para o alcance da meta prevista, sendo tal fato atribuído à baixa adesão dos usuários aos agendamentos para retorno das questões acompanhadas. A Supervisão Metodológica vem atuando de maneira a orientar fluxos de retorno que sejam mais facilitados ao público, acompanhando e reforçando a necessidade de entendimento e intervenção estratégica acerca das ausências observadas nos agendamentos. Ressalta-se que é sabido que o público atendido, de maneira geral, não tem por hábito a adoção de rotinas agendadas, contudo, tais agendamentos têm sido necessários para viabilizar a execução de todas frentes de trabalho abertas pela equipe. Cumpre deixar registrado, porém, que os agendamentos mencionados não interferem no acesso espontâneo do público ao Programa.

Cabe destacar que equipes de implantação recentes ainda apresentam uma taxa de pessoas inscritas baixa. Além disso, o retorno não sistemático desse público mensalmente para o acompanhamento, devido a uma série de atravessamentos que diz respeito à própria organização do público ou manejo de equipe, acaba repercutindo de forma significativa nos indicadores de atendimentos e adesão apresentado por essas. Considerando o cenário do indicador de adesão para essas

equipes, acredita-se em um contraponto nesse trimestre, visto que todas as equipes de implantação apresentaram resultados crescentes, ainda que não tenham atingido a meta estabelecida.

Nesse sentido, tem-se Vespasiano e Divinópolis que, apesar de não atingirem a meta estipulada para tal indicador, apresentaram nesse trimestre uma progressão nos dados de adesão.

Considerando a importância do retorno para a continuidade do acompanhamento, a equipe de Divinópolis investiu em ações que favoreceram esse retorno, como a retomada dos Grupos Reflexivos com acompanhados e ampliação de oportunidades de profissionalização em parceria com a rede.

Em Ibirité, salienta-se o aumento de egressos já inscritos anteriormente que retornaram para atendimento na UPC a partir da mobilização da equipe e do envio de cartas-convite para retorno. Tal ação é constantemente estimulada pela supervisão metodológica às equipes do PrEsp pois se entende que tal movimento possibilita vínculo com os egressos acompanhados, proporcionando maior alcance de intervenção e propiciando menor exposição a riscos.

Assim, como tratado no indicador de atendimentos, em Sete Lagoas, o indicador de adesão também apresentou aumento neste período avaliatório. Com a equipe mais disponível e empenhada na mobilização do público já inscrito e com articulações de rede estratégicas com equipamentos atrelados às pessoas em situação de rua, foi possível haver maior circulação de egressos na UPC favorecendo os indicadores consideravelmente.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 432 •	• 509 •
Descrição do Indicador	
O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de pessoas egressas nos diversos serviços e projetos sociais existentes. Para fins desse indicador, são consideradas atividades de mobilização: 1. Reuniões realizadas para construção de fluxos de encaminhamento do público atendido; 2. Reuniões realizadas com entidades da rede de proteção social para discussão de casos; 3. Número de participação em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede parceira em cada município; 4. Reuniões realizadas para o fomento de ações de profissionalização e empregabilidade de pessoas egressas do sistema prisional e/ou seus familiares; 5. Reuniões realizadas em unidades prisionais para fomentar a realização de ações conjuntas e/ou o encaminhamento do público quando este adquire o direito à liberdade; 6. Articulações realizadas em encontros de rede promovidos pelo Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 foram realizadas cumulativamente • 509 • atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 432 •, o objetivo foi alcançado integralmente (17,8% acima do estabelecido). Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
BELO HORIZONTE	6	16	22	44
BETIM	18	9	15	42
CONTAGEM	7	12	14	33
DIVINÓPOLIS	12	17	10	39
GOVAL	8	8	9	25
IBIRITE	11	10	9	30
IPATINGA	6	6	8	20
JUIZ DE FORA	10	12	10	32
MONTES CLAROS	4	10	19	33
RIBEIRÃO DAS NEVES	13	15	17	45
SANTA LUZIA	12	13	13	38
SETE LAGOAS	10	12	14	36
UBERABA	11	11	9	31
UBERLÂNDIA	13	7	12	32
VESPASIANO	10	7	12	29
TOTAL	151	165	193	509

Neste trimestre, observa-se que o PrEsp cumpriu 118% em relação à meta do indicador de mobilizações de rede, o que representa 18% acima da meta estipulada para este indicador. Alguns elementos foram analisados pela supervisão metodológica que, de maneira geral, observou que as equipes nos quinze municípios de atuação do Programa realizaram,

dentro do possível, o que é esperado para este indicador, mesmo diante das adversidades cotidianas do trabalho nos municípios.

Dentre as equipes que se destacaram no alcance para além da meta estipulada, tem-se os municípios de Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Percebe-se que as razões pela qual isso se dá variaram entre aqueles municípios em que há maior necessidade na construção de mobilização de rede para fortalecimento de ações de ampliação a chegada do público com experiência prisional ao PrEsp, e aqueles municípios em que houve a recomposição de parte ou de toda a equipe recentemente.

Em Betim, a equipe apresentou um número alto de articulações de rede, excedendo a meta significativamente. Tal aumento é atribuído a um movimento de apropriação da metodologia por parte da equipe e aos movimentos da gestão social, que, recentemente alterada, tem envidado esforços no sentido de se apresentar para atores estratégicos da rede, construindo fluxos para o encaminhamento do público do Programa.

Em Contagem e Ribeirão das Neves, é possível notar que, por estar em processo de apropriação dos equipamentos e das possibilidades que o município oferta, tem tido um movimento muito importante para chegada de novos egressos ao PrEsp, construindo ainda possibilidades de oferta ao nosso público em acompanhamento. Mapear ainda mais essa rede e ocupar espaços estratégicos também compõe atividade importante para o resultado apontado.

Isso foi notado também em Santa Luzia, uma vez que o indicador de mobilização de rede se manteve estável em um panorama crescente nos meses referentes. Isso pode ser explicado a partir do cenário de maior apropriação da equipe quanto à pertinência das articulações em rede para o trabalho desenvolvido e à chegada de uma nova gestão social na base municipal, o que tem contribuído positivamente, a partir da necessidade de realinhamento de parcerias com a rede do município.

Outras equipes que se destacaram diante das mobilizações de rede entregues neste período avaliatório reitera a qualidade das articulações realizadas e do impacto direto na chegada do público ao Programa. Tem-se como exemplo o município de Ibirité, que, partindo da proximidade e das ações realizadas com o prisional para início e retomada dos grupos com pré-egressos no Presídio de Ibirité e no Complexo Penitenciário PPP III, apresentou aumento no indicador de atendimento. Isso porque, realizando mais ações coletivas com o público do Programa, a equipe alcançou a meta estabelecida para o indicador em questão.

Outra frente de trabalho que a supervisão observou que tem apresentando maior volume no acompanhamento na equipe de Ibirité, bem como no município de Sete Lagoas, é o investimento em discussões de casos com a rede. Tem sido possível um diálogo mais próximo à rede do município, e em consequência, observa-se uma rede mais próxima, com encaminhamentos e referenciamento no município no que toca o acompanhamento aos egressos do sistema prisional.

Outro município que cabe destaque é Montes Claros. A equipe apresentou grande oscilação quanto ao indicador de mobilização de rede neste trimestre onde em janeiro o número baixo pode ser explicado pelo gozo de férias de dois analistas, o que dificultou os esforços para as articulações. Em contrapartida, no mês de março a equipe realizou um número considerável de articulações, estimulado, principalmente, por um encontro de rede realizado para tratar da temática da empregabilidade da pessoa egressa que contou com participantes de nove instituições diferentes, de maneira bastante assertiva e com resultados muito positivos. Ao final do trimestre, a equipe atingiu com folga o indicador, demonstrando uma utilização racional e eficiente dos recursos disponíveis.

Mesmo diante de bons resultados para o indicador mencionado, inclusive superando a meta esperada, avalia-se pertinente elencar as percepções da supervisão metodológica tendo em vista resultados abaixo da meta em alguns municípios. Para além, faz-se também necessário dissertar brevemente acerca das intervenções para ações corretivas para manutenção da qualidade das mobilizações de rede do PrEsp e, consequentemente, suas entregas.

A reestruturação do trabalho que delineou a realidade da equipe de Belo Horizonte também repercutiu no indicador de mobilização de rede neste período avaliatório de forma expressiva. Nota-se que, no início do trimestre, a medida apresentou uma queda relacionada, principalmente, à redução da equipe e à chegada de três novos analistas que careciam de apropriação da metodologia do Programa. Além disso, ainda se fazia necessário o investimento da gestão social na frente

de organização interna da equipe e da UPC BH Centro como um todo, após a mudança para um novo endereço. No decorrer do trimestre, o quantitativo de mobilização de rede foi ampliado, a partir da retomada do investimento de toda equipe nessa frente de trabalho, e houve redistribuição de referências para cada uma das nove regionais do município, com o viés de estabelecer parcerias mais concretas com um quantitativo maior de serviços, propiciando maior qualificação do trabalho conjunto com a rede parceira.

Já em Ipatinga e Vespasiano, o motivo do não alcance da meta se assemelha, uma vez que foram percebidas questões que atravessaram a disponibilidade de pessoal para tal frente de trabalho. A equipe de Ipatinga apresentou uma pequena oscilação com relação à meta deste indicador nos primeiros meses desse período avaliatório, que é atribuída ao período de férias da gestão social, cuja atuação tem colaborado de maneira importante para o atingimento de metas neste indicador. Deste modo, com o retorno da gestão, espera-se a estabilização do número de mobilizações de rede realizadas pela equipe.

Já a UPC de Vespasiano vem apresentando uma estabilização quanto ao número de mobilizações de rede realizadas, superando as oscilações do ano anterior. Apesar disso, no mês de fevereiro, os resultados decresceram, o que é atribuído a situações específicas do calendário das instituições no período de Carnaval e à troca de gestão social recente no município.

Por fim, julga-se pertinente ressaltar que os municípios de Ipatinga, Uberlândia, Montes Claros e Uberaba, estão atualmente realizando parcerias através de mobilizações de rede. O intuito é promover a empregabilidade de pessoas egressas, levando em conta a especificidade de cada município, e o objetivo comum de enfrentamento efetivo e articulado da vulnerabilidade de desemprego, que é um dos maiores entraves enfrentados pelo público do Programa na sua almejada inserção social.

Destaques da Supervisão Metodológica

Como destaques para este período avaliatório, evidencia-se o empenho da equipe de Supervisão Metodológica PrEsp em se dedicar a alguns aspectos associados à organização de trabalho, mas relevantes para a execução da metodologia em determinada medida. Nesse sentido, a supervisão metodológica se deteve na elaboração de um norteador que orientará a organização dos arquivos do Programa e, ainda neste trimestre, as equipes foram capacitadas com intuito de iniciarem esse processo de adaptação dos arquivos do Programa.

Além disso, junto à diretoria do Programa, a supervisão metodológica também elaborou o projeto Construindo a Liberdade que será desenvolvido como "piloto" em sete municípios em que o PrEsp atua, com previsão para início da execução ainda no próximo período avaliatório.

Outro destaque da perspectiva da Supervisão Metodológica para esse período avaliatório esteve associado ao investimento em espaços de capacitação de equipes. Para tanto, a equipe de supervisores esteve empenhada em elaborar propostas de capacitações para o restante do ano, a partir da leitura de temáticas que são relevantes ao trabalho desenvolvido pelas equipes.

Foram inaugurados também os espaços de Capacitações Conjuntas PrEsp/CEAPA, em que se levou em consideração a pertinência de participação das equipes de cada Programa e o cuidado em evitar temáticas ou propostas que se contrapunham as diretrizes metodológicas dos mesmos.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 33 •	• 18 •
Descrição do Indicador	
O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem como estratégia de ação a realização de Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher, no formato presencial (preferencialmente) e/ou virtual, a partir do requerimento do Ministério Público e encaminhamento do Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal. Este indicador visa a mensurar a quantidade de encontros dos Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhados à metodologia de acompanhamento de alternativas penais.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Quando o plano de trabalho de 2022 foi pactuado entre a OS e a Sejusp havia uma expectativa de que o Projeto fosse implementado nas Comarcas de Curvelo, Barbacena e Pouso Alegre nos meses de abril e maio do mesmo ano, tendo a construção das metas esse parâmetro. Contudo, alguns atravessamentos inviabilizaram o cumprimento desse planejamento, de modo que apenas Curvelo e Barbacena tiveram suas Unidades inauguradas em junho e dezembro de 2022, respectivamente, e a de Pouso Alegre no final de março de 2023.

De todo modo, se faz importante apresentar um panorama sobre o funcionamento do Projetos nas três comarcas em relação aos dois programas que o compõem, quais sejam, Ceapa e PMC.

Os dois Programas vivenciam situação distintas, onde é possível destacar:

CEAPA:

O início do ano de 2023 foi marcado por dois pontos específicos atinentes ao Projeto. Primeiro, trata-se do estabelecimento e distribuição das metas para cada uma das unidades a fim de que juntas somem o todo do pactuado – diferentemente do semestre anterior no qual ainda não havia sido possível esse modo de organização. Como segundo marcador, se tem a implantação de Pouso Alegre ocorrida na segunda quinzena do mês de março. Todavia, mesmo diante desse momento em que o Projeto concretiza sua previsão inicial de três unidades implantadas, se deve considerar que a meta prognosticada parte da atuação dessas em modo integral. Logo, Pouso Alegre, por estar em fase inicial, ainda não conta com entrada de público e, assim, não atuou nas frentes mensuradas por dois dos três indicadores.

Em continuidade da análise do desempenho trimestral, assim como no relatório anterior, se pondera aqui a fragilidade do fluxo de encaminhamento de casos para inscrição no Programa no município de Curvelo. A equipe se encontra em execução de grupo aberto e também promovendo acompanhamento individual dos casos, mas ainda se observa pouco movimento de inscritos, o que leva ao impacto direto na produção dos indicadores que versam diretamente sobre os atendimentos e também nas modalidades de rede que partem da demanda das pessoas atendidas. Nessa seara, um dos aspectos que mais se apresenta como responsável por esse complexo panorama é a troca do juiz responsável pela Comarca e a consequente desestabilização dos acordos previamente estabelecidos com o Poder Judiciário naquela localidade. Em relação a Barbacena, se observou movimento progressivo de casos encaminhados e inscritos, bem como sustentou atuação da equipe nos processos interventivos metodológicos por meio da execução de grupo aberto e acompanhamento individualizado para os casos que assim são avaliados tecnicamente. Com o intuito de adentrar um pouco mais nos indicadores do Projeto, se reitera que esses devem sempre ser considerados sob a ótica das particularidades que o envolve. É imperativo considerar

as vicissitudes comuns ao processo inicial de implantação, bem como as peculiaridades de indicadores coletivos que dizem tanto da CEAPA quanto do Programa Mediação de Conflitos. Portanto, no momento é imprescindível distinguir que nesse texto são considerados somente os dados executados no âmbito do Programa CEAPA e não o todo numérico gerado pelo Projeto.

PMC:

Por sua vez, no que se refere a atuação do PMC, o acompanhamento do trabalho da equipe de Curvelo, até então muito orientado pela Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher (DPM), passa a ser efetivamente conduzido pela supervisão metodológica em fevereiro de 2023. Por essa ter sido a primeira equipe do projeto implantada, algumas ações já estavam em andamento e a equipe já havia constituído uma boa organização para o trabalho. A partir do diagnóstico territorial produzido e da identificação das vulnerabilidades, baixo acesso a direito e dinâmica das violências, a equipe intensificou o trabalho nos territórios dos bairros Passaginha e Ipiranga. A equipe tem conseguido trabalhar o fenômeno da violência contra a mulher por meio das frentes de trabalho do programa, tendo inclusive em janeiro, realizado diversos atendimentos em organização comunitária. Apesar de o município não possuir uma rede especializada de atendimento à mulher em situação de violência, a equipe em conjunto com a gestão, tem construído boas entradas com a rede do município, de modo que os retornos chegam via encaminhamentos de casos, bem como acionamentos para discussão da temática e construção de ações. Em março, por exemplo, a equipe realizou um elevado número de atendimentos em projetos, sendo eles o “É NA BASE” executado em dois momentos em uma escola estratégica dos territórios prioritários e uma ação ampliada com toda a rede do município no dia 8 de março.

O acompanhamento da equipe de Barbacena pela supervisão do PMC também começou a ser realizado em fevereiro de 2023. Neste período foram realizados espaços de supervisão e contatos telefônicos com analistas e gestora para orientar e entender os processos de trabalho. No ano passado, a equipe esteve empenhada em realizar o diagnóstico da comarca, com atenção especial para territórios dentro de Barbacena com maior vulnerabilidade criminal. A partir desse diagnóstico, a equipe começou a desenvolver o trabalho, com destaque para as intervenções nos bairros Grogotó, João Paulo, Nova Cidade e Nove de Março. Dessa forma, a execução do trabalho na região ainda está em processo de consolidação, fazendo com que a equipe invista esforços na divulgação do programa para a rede social mista, em ações conjuntas com a rede formal, e em circulações pelos principais territórios.

Esses esforços já têm produzido resultados do ponto de vista quantitativo, pois a equipe teve um aumento considerável nos dois indicadores, realizando atendimentos para a prevenção e enfrentamento de violências contra a mulher e articulando com a rede na construção de fluxos, encaminhamentos e discussões de caso.

Já o trabalho a ser executado na comarca de Pouso Alegre, iniciou-se no mês de março, mais precisamente no dia 20, com a chegada da equipe de analistas. Desse modo, a supervisão tem investido na capacitação da equipe para os processos iniciais de implantação da unidade. Realizou-se ainda no mês de março, uma formação para apresentar aspectos institucionais e metodológicos do trabalho, e em outro momento, uma capacitação para aplicação do diagnóstico territorial, que vai subsidiar as intervenções que serão propostas pela equipe ao final desse processo. Atualmente o direcionamento do trabalho tem sido voltado para o diagnóstico, a equipe está identificando equipamentos da rede e atores comunitários estratégicos para essa articulação e eventual aplicação do diagnóstico. Importante ressaltar que a equipe ainda não está completa, ainda falta uma analista com previsão de contratação no mês de abril.

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher													
	17º PA			18º PA			19º PA			20º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	4	4	5										13
CEAPA (Barbacena)	0	1	4										5
CEAPA (Pouso Alegre)	0	0	0										0
TOTAL	4	5	9										18

Por fim, sobre o indicador 6.1, “número acumulado de encontros dos Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados”, são contabilizados o total de encontros grupais realizados no mês/trimestre junto as pessoas inscritas no Programa Ceapa. Nesse sentido, com o implemento, em fevereiro, da execução de grupo aberto no município de Barbacena, acrescida a continuidade dessa modalidade em Curvelo, no trimestre em questão foram efetuados

18 encontros de Grupo de Responsabilização. Contudo, o resultado ainda não foi satisfatório considerando a meta estipulada para o trimestre. Aqui, se destaca que Curvelo segue no desafio de estabelecer e sedimentar sua porta de entrada, o que leva a um número reduzido de casos em acompanhamento e ausência de demanda para abertura de novos grupos. Em sentido divergente, Barbacena tem apresentado entrada progressiva de casos e revela uma porta de entrada mais promissora, com perspectiva de abertura de mais um grupo no início do segundo trimestre de 2023.

Por fim, reitera-se que Pouso Alegre está em processo de implantação e ainda não executa ações com o público, tendo sua equipe iniciado as atividades em 20 de março por meio de processo de capacitação inicial. Agora, o corpo técnico aguarda os resultados das articulações da gestão social para o recebimento do público e a execução das frentes de atendimento.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 315 •	• 969 •
Descrição do Indicador	
O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem por objetivo prevenir e enfrentar a violência a partir da estruturação de serviços de acompanhamento e atendimento a mulheres e homens em situação de violência (sofrida ou praticada), especialmente nos casos amparados pela Lei Maria da Penha, e serviços de responsabilização e atendimento a homens autores de violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal. Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas. Tem como objetivo atuar nas diversas violências vivenciadas pelas mulheres, para além da violência doméstica, compreendendo-se que a interseccionalidade potencializa os fatores de vulnerabilidade do público alvo. Tem seu caráter voluntário, dialógico e participativo. Atuando em conjunto com a rede de proteção social e a sociedade civil, tendo como basilares a Segurança Pública Cidadã, a Mediação Comunitária e o Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres. Ainda, quaisquer homens podem ser atendidos pelo Projeto voluntariamente, quando apresentarem demandas afetas à temática. Também, a partir da intervenção com homens autores de violências contra a mulher nos Grupos de Responsabilização, o Projeto visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Nos Grupos de Responsabilização a participação dos homens é obrigatória em razão do encaminhamento pelo Poder Judiciário. Para isso, o Projeto tem como público-alvo mulheres e homens moradores dos municípios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC Regionais. Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia estabelecida. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades: 1. atendimentos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas das mulheres e homens no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou praticada e ao baixo acesso a direitos (pessoas que chegam ao Projeto voluntariamente) e também dos homens que se apresentam para o cumprimento da medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal (e que chegam ao Projeto de forma obrigatória); 2. atendimentos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas voluntárias de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, além do fomento da criação de redes de proteção, a partir de interesses coletivos; 3. projetos de prevenção: São intervenções planejadas e sistematizadas, com período estabelecido de duração, realizadas em uma determinada região identificada com alto índice de violência contra a mulher. Nestes projetos, a comunidade é parceira na construção e execução, pautando as intervenções na análise dos fatores de risco e/ou proteção, objetivando gerar resultados na prevenção e no enfrentamento do fenômeno citado; 4. atendimentos grupais - execução das ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher: participação de pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização e com assinatura da lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

O número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA - contempla em sua descrição os atendimentos de inscrição, os atendimentos individuais de acompanhamento e os atendimentos grupais. Nesse indicador se deve considerar que a meta é estipulada para todo o Projeto, considerando os dois Programas. Destaca-se que no âmbito da Ceapa foram realizados apenas atendimentos nas unidades de Curvelo e Barbacena, haja vista que Pouso Alegre foi

implantado somente na semana final do período avaliatório. Desta feita, da meta pactuada de 315 atendimentos para todo o Projeto, foram realizados 384 atendimentos no âmbito do Programa Ceapa e 585 do PMC em Curvelo.

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica													
	17º PA			18º PA			19º PA			20º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	39	28	40										107
PMC (Curvelo)	97	48	305										450
CEAPA (Barbacena)	56	88	133										277
PMC (Barbacena)	14	12	109										135
CEAPA (Pouso Alegre)	0	0	0										0
TOTAL	206	176	587										969

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 45 •	• 245 •
Descrição do Indicador	
O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência atua na perspectiva da incompletude institucional, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social mista para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos níveis pessoais e comunitários. Nesse sentido, as intervenções do Projeto são construídas em diálogo, numa perspectiva horizontal de mobilização e cooperação com a rede parceira. Entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições territoriais, municipais e regionais atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido. Este indicador objetiva mensurar as ações e estratégias construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Projeto, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido e a criação/fortalecimento das redes de enfrentamento à violência nas comarcas/regiões contempladas pela atuação do Projeto. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal: 1. Participação em comitês, grupos de trabalho, reuniões de rede social mista ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã, à mediação comunitária e à execução e acompanhamento de alternativas penais; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto; 5. Visitas para articulação e construção de fluxo com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social – dado referente a contabilização das articulações e ações desenvolvidas junto a rede para o desenvolvimento de frentes de demanda do público.

No período avaliatório em questão as unidades de Curvelo e Barbacena promoveram juntas 86 articulações com instituições da rede no âmbito do Programa CEAPA, configurando um leve aumento em relação ao trimestre anterior. Aqui, cabe destaque especial para a unidade de Barbacena, que executou número expressivo de ações no contexto de espaços instituídos e transversais à pauta. Nesse indicador, já se vislumbrou a atuação da unidade de Pouso Alegre, que contou com a contratação de Gestor Social no mês de fevereiro para desenvolvimento das tratativas necessárias para a implantação, tanto no viés da estrutura quanto no que tange as articulações com o Poder Judiciário e Rede – somando 28 ações executadas por essa unidade. Portanto, com o total de 114 ações de rede executadas neste trimestre no âmbito do Programa CEAPA, a meta além de alcançada foi extrapolada, haja vista que o pactuado era de 45 ações. Esse resultado na meta é justificado diante da intensa necessidade de movimentação junto a atores estratégicos, a fim de dar tratativa aos desafios postos pela implantação e início dos trabalhos, em especial nas duas unidades – Barbacena e Pouso Alegre – que foram inauguradas por último.

No que se refere ao PMC, nota-se que foram realizadas expressivas 131 ações indicadas na contextualização do indicador 6.3. Apesar das restrições indicadas, as equipes dos dois programas, nas três comarcas, conseguiram cumprir a meta estabelecida para o indicador 6.3.

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social

	17º PA			18º PA			19º PA			20º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	10	9	1										20
PMC (Curvelo)	28	33	27										88
CEAPA (Barbacena)	16	14	36										66
PMC (Barbacena)	9	10	24										43
CEAPA (Pouso Alegre)	0	13	15										28
TOTAL	63	79	103										245

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 75 •	• 166 •
Descrição do Indicador	
Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, a partir da perspectiva da Segurança Cidadã, concebe como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação com a rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas: 1. Número de ações de articulações de rede, com caráter técnico, sobre como atuar em prevenção social à criminalidade; 2. Número de ações de articulações de rede para construção de diagnósticos e planos municipais; 3. Número de ações de articulação de rede para criação ou fortalecimento de fluxos ou protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de violências e criminalidade; 4. Número de ações de articulação de rede para fomento da temática de prevenção social à criminalidade.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Contextualização Geral dos Indicadores:

O ano de 2023 para o Programa Selo Prevenção Minas representa um período de continuidade, mas também de alterações e adequações que surgiram a partir dos 12 primeiros meses da prática em caráter regionalizado e por meio da construção do marco lógico do Programa. Nesse contexto, as discussões realizadas mostraram a necessidade e o estabelecimento de novos indicadores de desempenho, que foram incorporados no atual Programa de Trabalho do Contrato de Gestão vigente.

O Selo, assim como a maioria dos outros Programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, passou a ter 03 indicadores, que melhorou a forma de monitorar e avaliar o trabalho, tendo em vista que as novas métricas acompanham as mudanças na *teoria* e na *prática*. Portanto, as metas e indicadores de 2023, não representam rupturas no trabalho desenvolvido no ano anterior, mas um esforço para a continuidade e qualificação nos diversos âmbitos do Programa. Além disso, direcionam novas perspectivas e possibilidades para execução, já que os indicadores colocaram em *lugar de destaque* práticas que já estavam sendo implementadas na Risp 10, bem como apontam para outras ações podem e devem ser realizadas pelo Selo, dada às particularidades das localidades e nosso potencial (e limites) para atendimento.

Assim, temos os seguintes indicadores:

1. 7.1 Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas: este indicador contabilizar as ações;
2. 7.2 Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas;
3. 7.3 Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da comissão promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas.

Acerca do indicador 7.1 cumpre destacar que este, no Plano de Trabalho vigente, contempla exclusivamente atividades de articulação de rede, diferente do Plano de Trabalho anterior em que as diversas modalidades de atuação do Programa eram contabilizadas neste indicador. Nesse sentido, evidenciamos que a categorização dos indicadores com ações e unidades de

medidas semelhantes são importantes e necessárias, pois auxilia a compreendermos melhor o trabalho, dar continuidade às ações exitosas, bem como corrigir processos e práticas que dificultam o alcance dos objetivos do Programa.

Feito tais considerações iniciais, cabe neste momento apresentarmos os resultados alcançados no 17º período avaliatório para o Programa Selo. Em janeiro de 2023 registramos 77 ações de articulação de rede, referente ao indicador 7.1, 81 participações nas atividades de formação promovidas pelo Programa, referente ao indicador 7.2 e não houve nenhuma meta estabelecida e resultado para o indicador 7.3. Em fevereiro em relação ao indicador 7.1 alcançamos o valor de 47 articulações, já em relação ao indicador 7.2 o resultado obtido foi 80 participações em atividades de formação e pela primeira vez na Risp 10 registramos o indicador 7.3, tendo sido alcançado o resultado de 38 participações na plenária da Comissão. Já no último mês deste avaliatório, tivemos os seguintes resultados: 43 ações de articulação de rede, referente ao indicador 7.1, 98 participações nas atividades de formação promovidas pelo Programa, referente ao indicador 7.2 e 64 participações referentes ao indicador 7.3.

Nota-se que todos os indicadores estabelecidos tiveram as metas superadas, respectivamente, em 121,33%, 29,04% e 240%. Tais variações serão melhores explicadas no momento em que detalharmos o trabalho realizado nesse trimestre avaliatório, contudo há de se destacar que apesar de variações significativas entre o esperado e o executado, sobretudo nos indicadores 7.1 e 7.3, é precoce em concluirmos que as metas para o Programa Selo na Risp 10 estão aquém da real possibilidade de atendimento por parte da equipe, já que apesar do bom desempenho, quanti e qualitativo, tivemos ao longo dos três meses avaliados a necessidade de corrigir determinados processos de trabalho, de modo agregar ainda mais qualidade a todas ações desempenhadas.

Nos relatórios de monitoramento referente a execução de 2022, fazíamos a análise mensal do único indicador que o Programa possuía. Neste momento a partir da introdução de novas métricas, bem como também por meio de alterações no Relatório Mensal de Ações (em que apresentamos de forma detalhada o trabalho realizado pelo Selo a cada mês), faremos a análise individual de cada indicador pensando nas particularidades ocorridas a cada mês, mas também passando nos aspectos gerais presentes durante todo período.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01 a 31/03/2023 obteve-se um total acumulado de 166 ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de 75 ações, o programa atingiu 221,3% do objetivo.

7.1 - Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas				
Municípios	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
RISP 10 (Patos de Minas)	77	46	43	166
Total	77	46	43	166

Conforme mencionado, este indicador teve reduzido o rol de ações consideradas como articulação de rede, o que não impossibilitou no alcance de bons resultados e superação da meta estabelecida. Acerca da questão da superação da meta, o mês de janeiro de 2023 foi decisivo a este respeito, sendo período de maior variação entre o proposto e o executado.

Majoritariamente no primeiro trimestre o "número acumulado de articulações com a rede parceira" foi alcançado em ações que visaram o "fomento da temática de prevenção social à criminalidade". Entende-se o fomento como uma maneira de estimular e fortalecer espaços e práticas preventivas dentro do escopo da Segurança Cidadã e no âmbito da prevenção que realizamos. Em janeiro tivemos exclusivamente articulações enquadradas na categoria mencionada.

Em janeiro tanto o indicador 7.1 quanto o 7.2 (conforme detalharemos no próximo tópico) tiveram resultado superior ao esperado, de modo que, em relação ao primeiro, ultrapassamos em 413% o valor previsto e, em relação ao segundo, alcançamos resultado superior em 62%. Atribuímos tal performance à construção antecipada do trabalho - prática necessária para a execução do Selo, tendo em vista a natureza do trabalho e do público-alvo do Programa.

No entanto, notamos que o desvio do primeiro indicador, em relação ao esperado e ao executado, foi alto e isso nos faz refletir e trabalhar alguns pontos com a equipe em relação a qualidade das articulações, bem como o registro das mesmas. Tal ação aconteceu de forma satisfatória no início, mas no processo de organização e realização do lançamento das informações, houve erros passíveis de correção, mas que poderiam ter sido evitados ou minimizados no cotidiano.

Um outro aspecto importante a ser observado e que assim que constatado foi imediatamente trabalhado com a equipe é que somente em janeiro realizamos articulações com 18 municípios com objetivos diversos, isto é, iniciamos ou mantemos contatos diversas pessoas, que representam variadas organizações de 78,26% dos municípios da Risp 10. Isso requer cuidado com a relação construída, tendo em vista que o trabalho do Selo, dado a natureza do objeto de intervenção, bem como os objetivos propostos, requerem continuidade, manutenção e qualidade nos vínculos estabelecidos, portanto, devem acontecer para além de contatos pontuais e assim, é sempre importante pensar nas nossas capacidades e possibilidades de atendimento. Tendo em vista, sobretudo, que o Selo terá atuações diferentes em momentos diferentes nos diversos municípios da região.

O mês de janeiro, por ser um período de planejamento e construção inicial de novas atividades, muitas das ações realizadas acontecem de modo a retomar contatos, realizar novas apresentações e divulgar o trabalho do Programa. Estas ações são de extrema importância, tendo em vista que contribuem para criar e/ou fortalecer vínculos e parcerias, no entanto, é preciso extrapolar a execução de atividades que margeiam o objeto no qual o Programa Selo propõe intervir. Não se trata de deixar de realizar ações desta natureza, mas é preciso construir intervenções com outras características, possibilidades e modalidades que o Programa possui, o que garantirá uma execução mais completa e diversificada do Selo, consequentemente uma prática mais efetiva.

Nesse sentido, a Supervisão Metodológica, em parceria com a Coordenação do Programa, Gestão Social e Supervisão Geral, tem apontado e trabalhado tais aspectos no cotidiano do Programa, nas reuniões, supervisões e capacitações desenvolvidas junto à equipe técnica. Tendo em vista que estávamos no momento de planejar as ações de 2023 e desde o ano anterior já havíamos constatado essas características nas articulações realizadas. Entendemos que este momento é de estimular e desenvolver a equipe para a construção de novas modalidades de intervenção, uma vez que o trabalho desenvolvido pelo Programa na Risp 10 apresenta muita qualidade, bem como a equipe atuante tem potencialidade e repertório para desenvolver outras ações.

No mês de fevereiro, sobre o indicador 7.1 cumpre evidenciarmos que números absolutos tivemos resultados inferiores ao mês de janeiro, no que tange às articulações de rede realizadas. No entanto, tal declínio representa uma maior qualificação das ações, tendo em vista que uma atividade para ser considerada uma ação de articulação de rede requer planejamento, intenção previamente definida, registro correto e tempestivo e, sobretudo, deve contribuir diretamente para alcance dos objetivos do Programa.

Destarte, as ações registradas no âmbito deste indicador demandam tempo e esforços coordenados para a realização. Portanto, consideramos que em fevereiro as articulações de rede aconteceram de modo satisfatório e mais próximas ao proposto e esperado para o Selo. Contudo, há ainda aspectos que precisam de avanços e gradativamente temos cuidado e trabalhado junto a equipe de ponta. Conforme apresentaremos neste tópico.

Assim, como no mês de janeiro, observamos que em fevereiro o número de articulações não presenciais foi superior ao número de articulações presenciais. Tal aspecto é justificável principalmente pelo caráter regionalizado do Programa, que somente neste mês conseguiu realizar ações de rede com 10 municípios da Risp 10, o que representa 43,47% do total que compõem a região. Tais municípios já haviam sido acionados também no mês anterior, o que pode demonstrar continuidade nas articulações iniciadas e desencadear em outras ações dentro do mês de fevereiro e também em outros períodos do ano.

Contudo, novamente ficou como orientador de trabalho para a equipe canalizar esforços para que aconteça outras modalidades de ações em rede, de modo a diversificar a prática e o formato das articulações realizadas, uma vez que o Selo Prevenção Minas pelas próprias características que o Programa apresenta pode acontecer de inúmeras formas a depender da estratégia e das particularidades de cada município em que há a parceria. É fundamental executarmos ações que criem vínculos e fortaleçam os já existentes, e os momentos presenciais e por videoconferências são reconhecidos por possibilitar isso. Portanto, podemos e devemos ter uma prática mais plural, flexível e atenta às realidades e aos fenômenos em que se realiza a intervenção.

Nesta perspectiva, também estamos atentos e trabalhando com a equipe a necessidade e a importância de diversificar os objetivos das articulações de rede realizadas. Notamos que no fevereiro (assim como em janeiro de 2023) majoritariamente as articulações tiveram como objetivo a mobilização da rede e público para ações e reuniões, cerca de 93,6%, e o restante se distribuíram igualmente, em 2,12%, em outros objetivos. E novamente nosso resultado se deu exclusivamente na mesma categoria de indicador, a saber: "número de ações de articulação de rede para fomento da temática de prevenção social à criminalidade".

Constatamos, em fevereiro, uma concentração de ações que visavam o mesmo objetivo, sendo que em Patos de Minas as articulações foram realizadas quase exclusivamente (exceto apenas uma ação realizada) com vistas a mobilização da rede e da sociedade civil para a 1ª reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, o que repercutiu positivamente na presença e na qualidade de discussões desta frente de trabalho. No entanto, há de se explorar as outras possibilidades e demandas de Patos de Minas, para além e complementares ao eixo “Certifica”. Assim como nos demais municípios, faz-se necessário explorar outras formas de trabalho para além do Eixo “Em Curso”, visto que 78,57% das ações realizadas com outros parceiros, para além do território de Patos de Minas, tiveram como foco a construção e a mobilização para capacitações.

Destacamos a importância dos dois Eixos “Certifica” e “Em Curso” para a execução do trabalho na Risp 10, bem como evidenciamos o reconhecimento que estamos tendo diante da implementação do Programa, seja no município de Patos e também por toda região, mas também sabemos que podemos avançar e propor ainda mais. Por isso, já no mês de março outras ações aconteceram e sobretudo nos próximos períodos avaliatórios constataremos, com maior frequência, outras possibilidades de atuação do Selo, que perpassam o Eixo “Consultoria” e o rol de ações transversais.

Em março, após um ano completo de execução e no terceiro mês de trabalho a partir da incorporação de novos indicadores, constatamos maior qualidade e proximidade da prática do Programa com a teoria que o sustenta, bem como das expectativas que se tem da execução. O Selo é um serviço inovador, plural, que está em movimento constante de transformação e de proposição de novas perspectivas de trabalho. Este Programa é implantado e implementado por profissionais de diferentes áreas e trajetórias que se somam a outros profissionais do poder público municipal e também à sociedade civil para eleger demandas e construir respostas aos problemas no âmbito da prevenção social à criminalidade e da Segurança Cidadã. Não há caminho único para isso, pelo contrário, existe uma gama variada de trajetos possíveis a serem percorridos pelo poder público e sociedade.

Nesta perspectiva, no mês de março, apesar de ser no trimestre o mês com o menor número de articulações de rede (indicador 7.1), mas ainda sim com a meta superada (em 43,33%), foi neste que tivemos uma boa diversidade de articulação de rede no que toca à categoria desse indicador e pela primeira executamos e registramos uma ação com a finalidade de “encaminhamento de caso de violência”, um marco para nossa atuação que cada vez mais tem se aproximado da rede e dos públicos específicos, o que amplia o repertório e o impacto da nossa atuação. A nossa perspectiva é que agora em diante novas ações com diferentes objetivos se tornem cada vez mais comuns na execução do Selo na Risp 10, temos trabalhado, incentivado e fortalecido a equipe técnica para isso, que demonstra a cada mês mais consistência no trabalho.

Seguindo na análise do indicador 7.1, constatamos que no mês de março conseguimos via articulação de rede acionar e fortalecer relações com 4 municípios da Risp 10, número inferior aos dois primeiros meses do ano, mas que é justificável dado a natureza das articulações, que exigem maior proximidade, qualidade nos vínculos, dispêndio de tempo e esforços para execução.

Nesse sentido, destacamos que as articulações em Patos de Minas tiveram majoritariamente como objetivo mobilizar a rede e a sociedade civil para participação e execução da 2ª reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, ações importantes que refletiram no quantitativo de participantes e na qualidade das discussões e proposições de trabalho deste grupo, conforme discutiremos mais adiante. A novidade nesse mês é que para além do tipo de ação supramencionado tivemos uma ação focada em um caso específico (mulher vítima de violência doméstica) e também tivemos ações cujo o objetivo foi a busca de informações e materiais para a construção do Diagnóstico Municipal do “Eixo Certifica”, que é um produto do atual Plano de Trabalho e também um documento importante para construção e fomento de políticas municipais de prevenção social à criminalidade em Patos de Minas.

Já em relação às articulações de rede que foram realizadas nos outros 3 municípios da Risp 10, destacamos que para além das ações voltadas para organização, sensibilização e mobilização do eixo “Em Curso”, destacamos a realização de duas atividades. A primeira se refere a reunião realizada com o executivo municipal de São Gotardo para planejarmos os próximos do Programa naquela localidade, um marco importante para o Selo que provavelmente repercutirá na ampliação da atuação do Programa na Risp 10. Já a segunda ação a ser evidenciada refere-se a participação das analistas sociais do Programa como facilitadoras do encontro realizado para a rede e mulheres acompanhadas pela política de Assistência Social de Presidente Olegário, tal encontro aconteceu no Dia Internacional da Mulher e recebeu o seguinte nome: “Roda de Conversa: união das mulheres pelos seus direitos”. Destacamos que a equipe do Selo compôs a mesa de discussão levando a pauta atinente a violência doméstica e prevenção, naquele momento foi possível alcançar diretamente 33 pessoas.

Nota-se, portanto, apesar de incipiente, se comparado ao número total de articulação no trimestre, tivemos em março uma prática mais plural e consoante a teoria do Programa, sendo fruto das iniciativas da equipe de ponta, mas de também se

configura como resultado do trabalho e esforços de atores responsáveis pela execução do Selo. Outro positivo que merece destaque é que naquele mês, se comparado ao mês anterior, tivemos uma crescente em relação ao número de articulações presenciais realizadas pelo Programa, que aconteceram em três municípios diferentes – Patos de Minas, São Gotardo e Presidente Olegário. Passada análise do primeiro indicador, trataremos adiante do indicador que mensura exclusivamente as participações nas capacitações promovidas pelo Selo.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 210 •	• 271 •
Descrição do Indicador	
O Programa Selo Prevenção Minas, dentre outros objetivos, visa disseminar conhecimentos adquiridos e técnicas utilizadas pela Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, através da realização de atividades de formação e produção de conteúdo, para as instituições públicas e demais públicos interessados em qualificar sua atuação em prevenção ao crime e às violências. Assim, as atividades são passíveis de formatação personalizada ao contexto local, estruturadas em conjunto com o parceiro, visando atuar de maneira assertiva através da proposição de temas que contribuam para o enfrentamento dos desafios que tocam a segurança pública local. Para fins deste indicador, são consideradas atividades de formação, alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas, os espaços de formação sobre temáticas de prevenção social à criminalidade realizadas nos municípios.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01 a 31/03/2023 obteve-se um total acumulado de • 271 • pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 210 • pessoas, o programa superou a meta em 29%.

7.2- Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas				
Municípios	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
RISP 10 (Patos de Minas)	81	92	98	271
Total	81	92	98	271

Acerca do indicador 7.2 consideramos o desempenho da equipe satisfatório, tendo ocorrido a superação da expectativa do resultado para o trimestre. Para além disso, cabe evidenciar que no Plano de Trabalho vigente o número acumulado de participantes de espaços de formação promovidos pelo Selo tornou-se um indicador próprio, diferente do que acontecia no ano passado, em que as participações eram contabilizadas, mas ao final eram somadas e consideradas como articulações de rede. Para este ano, conforme mencionado, ocorreu um avanço nestas distinções, que representam a continuidade e repercutem na qualificação da execução, monitoramento e acompanhamento do trabalho.

Sobre a variação do segundo indicador, entendemos que o risco de uma oscilação para mais ou até para menos é esperado, pois as capacitações que estamos realizando nos municípios para além de Patos de Minas são majoritárias. Nos meses de janeiro a março de 2023 foram trabalhados exclusivamente o trabalho em rede, sendo os espaços formativos com esta temática utilizados pela equipe como estratégia de criação de vínculos para construção de novas ações no município. As mobilizações para as capacitações são em grande parte desenvolvidas pelos municípios e por isso, neste momento inicial, temos um papel mais de sensibilizar e acompanhar as inscrições. Assim o número de participantes varia de acordo com a quantidade e qualidade da mobilização do parceiro, bem como também se relaciona com o porte do município. Conforme observamos no ano passado, os municípios mais populosos apresentavam a tendência de ter um número maior de equipamentos públicos, bem como um número maior de profissionais atuantes e maiores números de participantes nas capacitações promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas.

Sobre os resultados desse indicador no mês de janeiro de 2023, destacamos que foram realizadas 02 capacitações: a primeira em Presidente Olegário que registrou 24 participações de trabalhadores de 09 organizações e a segunda em Rio Paranaíba, que contou com a participação de 57 pessoas de 15 instituições. Já em fevereiro, superamos a meta estabelecida (em 15%) a partir da realização de duas capacitações em dois municípios que ainda não haviam recebido o Programa, trata-se de Arapuá e Irai de Minas. No primeiro, registramos a participação de 42 pessoas provenientes de 18 instituições, já na segunda tivemos a presença de 50 profissionais de 14 organizações.



Capacitação realizada no município de Arapuá em 17/02/2023 Capacitação realizada no município de Iraí de Minas em 24/02/2023

Em março, acerca do indicador 7.2, novamente superamos a meta proposta (em 22,5%) e assim como nos meses anteriores, realizamos a capacitação sobre trabalho de rede, elencada como uma das formas prioritária para início de trabalho nos municípios. Executamos esta formação em Cruzeiro da Fortaleza e em Guimarães, as quais participaram, respectivamente, 34 pessoas de 13 instituições e 31 pessoas de 07 instituições.

Novamente implementamos tal capacitação em Presidente Olegário, já que a primeira ação realizada em janeiro teve boa participação, mas havia a demanda de realizar a formação para outras pessoas e serviços que não participaram daquele momento. Assim, em março, no mesmo dia da roda de conversa, acima mencionada, realizamos uma formação para 33 pessoas de 12 instituições, uma ação estratégica para alcançar um número maior de servidores da rede municipal e que aconteceu de maneira a otimizar o deslocamento, esforços e recursos despendidos à equipe técnica no momento de viagens, que conseguiu naquele dia executar duas ações distintas para além do território de Patos de Minas.

Nota-se que neste trimestre só foi executada a capacitação com a temática *"Redes: desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado"*, tendo sido realizado um total de 07 formações, em 06 municípios, que alcançou 271 participações de pessoas provenientes de 88 instituições. Sobre a possibilidade de proposição de capacitações com temáticas inéditas daquelas realizadas pela equipe, cumpre destacar que em parceria com a Coordenação do Selo no mês de fevereiro foi realizado formação voltada para equipe técnica do Programa com a temática de diagnósticos de prevenção à criminalidade, a fim de transmitir e ampliar o repertório da equipe sobre um assunto que consta no âmbito da Segurança Cidadã e que já há demanda da rede para a formação. Nesta perspectiva, em março houve uma formação para equipe sobre atendimento e escuta qualificada, que também já foi solicitada pela rede parceira para acesso à capacitação.

Assim, para os próximos meses observaremos a construção de novas ações com os municípios em que realizamos essa "formação inicial". Tal aspecto tem sido ponto de discussão e de trabalho junto a equipe, pois reconhecemos o potencial desta estratégia para o desenvolvimento de novos espaços de qualificação, ao mesmo tempo precisamos estimular e mobilizar a equipe para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de outras formas de atuação.

Reconhecemos a importância e a qualidade das formações realizadas pela equipe do Programa na Risp 10, mas é sempre um ponto de trabalho em supervisão e também nas capacitações aspectos e conteúdos capazes de ampliar o repertório e as possibilidades de atuação da equipe no Eixo "Em Curso", assim verificaremos nos próximos períodos avaliatórios novas capacitações, que terão temáticas inéditas e modalidades de execução para além do formato majoritariamente executado (presencial e para apenas um município).

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 30 •	• 102 •
Descrição do Indicador	
Para a efetividade das ações e projetos em prevenção à criminalidade nos municípios em que o Programa Selo Prevenção Minas atua, é importante o alinhamento e engajamento de atores estratégicos, com atuação em rede, bem como da própria população a ser beneficiada. Nesse sentido, o Programa visa criar e/ou fomentar outros espaços formais de participação comunitária na temática da prevenção à criminalidade, promovendo o encontro entre poder público e sociedade civil, de modo a fortalecer a responsabilidade e o compromisso coletivo com a temática no município. Entende-se por espaço formal de participação a organização de momentos em que o poder público se reúne com a sociedade civil com o objetivo de traçar estratégias, construir ações coletivamente e/ou conscientizar acerca de temáticas específicas. Além disso, o Programa também tem por objetivo criar e/ou fomentar espaços de rede nas temáticas inerentes à prevenção à criminalidade, tendo em vista que a articulação entre os atores da rede é fundamental em se tratando do enfrentamento às violências e à criminalidade. Portanto, entende-se por espaço de rede uma forma de organização de um grupo de atores estratégicos, intersetoriais e interinstitucionais, que se reúnem com uma frequência pré estabelecida, possuindo um objetivo comum. Por fim, a Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente nos municípios que aderem ao Selo Certifica, e tem por objetivos promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade e promover a interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. A equipe de Gestores, analistas e estagiários deverão, com apoio dos/as atores municipais e coordenação estadual, planejar e coordenar as reuniões, de modo a cooperar para o fortalecimento da pauta de prevenção à criminalidade e para a construção coletiva do trabalho. Para fins deste indicador, são consideradas participações alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas: 1. Número de pessoas participantes nos espaços formais de participação com o viés de segurança pública promovidos pelo programa. 2. Número de pessoas participantes nos espaços de rede nas temáticas de prevenção social à criminalidade promovidos pelo programa. 3. Número de pessoas participantes nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01 a 31/03/2023 obteve-se um total acumulado de • 102 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 30 • pessoas, o programa atingiu 340% do objetivo.

7.3- Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas				
Municípios	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
RISP 10 (Patos de Minas)	0	38	64	102
Total	0	38	64	102

Para janeiro de 2023 o novo indicador proposto, o 7.3, não havia meta estabelecida tendo em vista as particularidades do mês, bem como as novidades que este trouxe para nossa prática, traremos mais reflexões deste indicador adiante. Contudo, cumpre destacar que, embora não tenha havido meta para este indicador e não alcançamos nenhum valor correspondente ao mesmo, em janeiro, seja por meio das articulações de rede realizadas ou a partir das ações no âmbito do “Em Curso” e também na própria construção do Plano de Ação para o ano, trabalhamos para que nos outros meses do ano fossem desenvolvidas ações promovidas pelo Programa, que resultariam na participação social da sociedade civil e também dos profissionais atuantes nos serviços públicos em espaços de rede estratégicos e necessários para o alcance dos objetivos do Selo.

Nesse sentido, em fevereiro de 2023, pela primeira vez na Risp 10, registramos resultados do indicador 7.3, que em partes representa também uma novidade para o Selo, que até o Programa de Trabalho atual só contabilizava as participações nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, isso no mesmo indicador que considerava as ações de articulação de rede. Para o momento tal indicador foi desmembrado e somado a outras frentes de atuação que registram unidades de medidas semelhantes, ou seja, as participações da rede ou da sociedade civil em espaços promovidos pelo Programa, que atendam os critérios determinados no texto do Programa de Trabalho.

Ainda sobre fevereiro, ultrapassamos em mais do que o dobro da meta estabelecida no indicador 7.3 dentro do mês, a partir dos resultados alcançados somente na categoria que registra o “*número de pessoas participantes nas plenárias da Comissão*”, que teve a primeira reunião realizada no dia 28. Entendemos que tal variação aconteceu devido ao trabalho intenso de mobilização desenvolvido pela equipe para o início dos trabalhos deste grupo, o que concebemos como algo positivo, pois o espaço foi ocupado por um número significativo de pessoas, que na comissão possuem funções diferentes e que representam setores diversos. Evidenciamos que nesta primeira reunião da Comissão a Supervisão Metodológica, Coordenação e Gerência do Programa estiveram presentes.



Reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas realizada em 28/02/2023

Destacamos que foi realizada, avaliação conjunta com Analistas Sociais, Estagiária, Gestão Social, Supervisão Metodológica, Gerência e Coordenação do Programa sobre a 1ª reunião da Comissão. Assim, consideramos que o espaço contou a presença de importantes setores e instituições, que reconhecem o trabalho do Selo em Patos de Minas e que se disponibilizaram para construir novas ações no âmbito da Segurança Cidadã, ficando como desafio para o Programa nos próximos meses concluir todas as etapas do eixo Certifica em conjunto com a rede e fazendo com que o espaço da Comissão seja “efetivamente ocupado” e faça sentido para todos que participam.

Ademais, em fevereiro também trabalhamos para que outras categorias do indicador 7.3 fossem executadas, especialmente a partir da realização de ações pautadas e que promovam a participação social. Consideramos a criação e/ou fomento de espaços de participação social, assim como espaços de rede temáticas como de extrema importância para a implementação do Selo, dado a teoria do Programa que concebe estas perspectivas de trabalho impactam diretamente na atuação e qualificação do poder público municipal no âmbito da prevenção social à criminalidade, bem como percebemos o potencial de tais ações a partir da prática, seja em Alfenas ou na Risp 10, que demonstrou que a proximidade e o fortalecimento de

relações com as instituições e sociedade civil ampliam o repertório, o alcance, o impacto e as possibilidades de ações do Selo.

Nesta perspectiva, em março exploramos uma frente de trabalho que experienciamos em 2022, trata-se de ações de participação social e intervenção direta com os públicos específicos que foram construídas em conjunto com a rede parceira. Em relação ao indicador 7.3, conseguimos superar meta proposta em 326,66%, tal oscilação foi significativa, mas de maneira alguma prejudicou o trabalho, pelo contrário, visto que diante de um contexto favorável em relação a data comemorativa do mês, Dia Internacional da Mulher, conseguimos propor e também ser convidados por instituições de Patos de Minas a discutir e promover a prevenção à violência doméstica contra as mulheres em rodas de conversa, no qual tivemos acesso aos públicos de um CRAS e de uma instituição do terceiro setor. Tal cenário elevou o resultado do indicador e trouxe ampliação de repertório para equipe, aumentou a capilaridade de nossas ações e para além disso tivemos a oportunidade de intervir diretamente em uma situação de violência (conforme mencionamos ao falarmos do indicador 7.1).

Ademais, também impactou na superação do indicador o bom número de participantes que tivemos na 2ª reunião da Comissão Municipal. A equipe técnica de Patos de Minas, tem feito, conforme já apontamos, um trabalho consistente de mobilização, que reflete no número e na qualidade das discussões que tem girado em torno de diversas formas violências e ações de prevenção. Nesses dois momentos de reunião desse grupo intersetorial já foram discutidas questões relacionadas à violência doméstica contra as mulheres, violências nas escolas e possibilidades de acompanhamentos a públicos vulneráveis socialmente e/ou que estão em risco de envolvimento criminal, ou que já apresentaram trajetória na criminalidade ou em instituições de privação de liberdade.

A ideia é continuarmos trabalhando com a equipe, que já tem repertório e práticas importantes no âmbito da prevenção social à criminalidade, sobre os conhecimentos acumulados pela Política de Prevenção, de modo a potencializar ações da Comissão Municipal. Além disso, a OS junto a OEP e a rede parceira têm produzido o diagnóstico municipal e futuramente o plano de ação, produtos do Eixo "Em Curso" que são fundamentais para o trabalho do Selo em Patos de Minas e para a Risp 10, já que aquilo que é realizado neste município, dado a sua referência, reverbera e impacta em todo região.

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

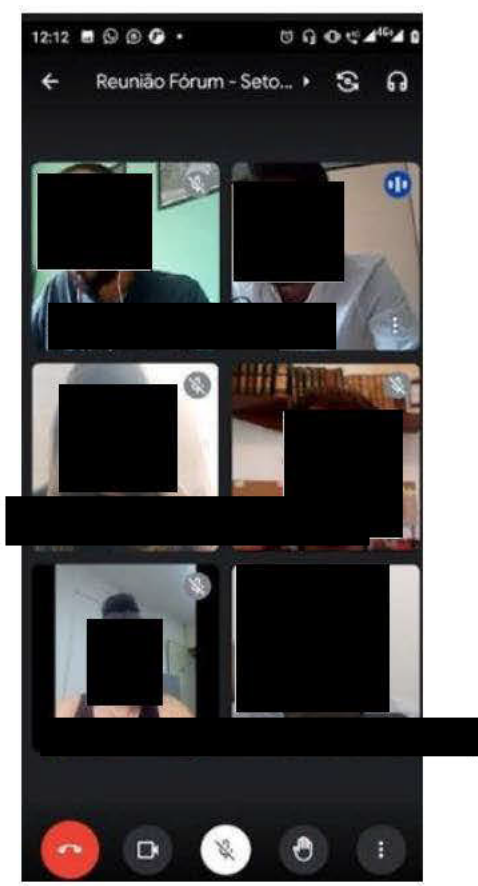
Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 60 •	• 80 •
Descrição do Indicador	
Uma das principais atividades do supervisor da gestão diz respeito a realização de supervisões junto aos gestores sociais. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento mensal ou por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho da Gestão Social, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem este grupo. Por meio de ações de intervenção estratégica, a supervisão busca formar os(as) novos(as) Gestores(as) Sociais e acompanhar para que se tornem capazes de atuar na Promoção da Política de Prevenção, na Coordenação das Unidades de Prevenção e na Gestão de Pessoas. Em termos objetivos, o trabalho de supervisão perpassa por: (i) orientar para que o trabalho da Gestão Social seja baseado nos princípios que orientam a segurança pública cidadã e na identificação dos fatores de riscos e de proteção social presentes nos territórios e municípios de atuação; (ii) construir um plano de trabalho que vise mapear, identificar e fortalecer os vínculos com a rede de proteção social, com o sistema judiciário, com as instituições de organização social e as principais referências dos territórios e municípios de atuação e (iii) identificar e analisar dificuldades no desenvolvimento do trabalho, no desenvolvimento metodológico ou no perfil da Gestão Social. Essa análise criteriosa e técnica por parte da Supervisão da Gestão vai direcionar e promover a melhor formação e desenvolvimento desses profissionais. Para fins deste indicador serão contabilizados: 1.1.a Supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou <i>print</i> da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 o número de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade foi de • 80 •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 60 •, a meta foi superada em 33,3%.

8.1 - Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade				
Atividade	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais	26	25	29	80

A título de exemplo, segue-se uma fotografia da supervisão ocorrida no dia 5 de janeiro de 2023 com gestores de BH e supervisão da gestão, cujo tema estava relacionado ao Fórum Municipal que ocorreria no município no mês seguinte



Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 196 •	• 235 •
Descrição do Indicador	
Uma das principais atividades do(a) supervisor(a) metodológico(a) diz respeito a realização de supervisões junto às equipes do seu respectivo Programa. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento regular e por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho das equipes dos Programas, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem os grupos. Em outras palavras, a supervisão metodológica é responsável por promover espaços de reflexão das equipes técnicas sobre seu próprio trabalho, a fim de oportunizar o aprimoramento das estratégias e intervenções das equipes com o público atendido no território. O espaço da supervisão é um lugar de formação continuada, onde as equipes podem trazer pautas concretas do trabalho para serem discutidas. Nessa formação continuada, a supervisão tem como uma de suas funções pensar a partir dessas pautas concretas, possíveis saídas metodológicas, construindo com as equipes processos de trabalho mais alinhados à metodologia do Programa de referência. Para fins deste indicador serão contabilizados: supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou <i>print</i> da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 o número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade foi de • 235 •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 196 •, a meta foi superada em 19,8%.

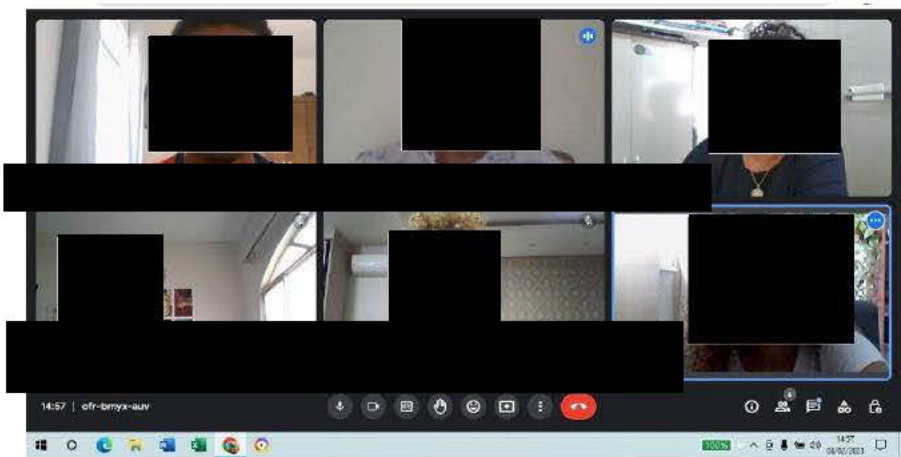
8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade				
Programas	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Ceapa	15	5	12	32
FVI	25	6	23	54
PMC	17	25	36	78
PrEsp	7	13	19	39
Selo Prevenção	4	3	7	14
Se Liga	5	1	6	12
Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	0	5	1	6
Total	73	58	104	235

A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese de algumas das supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade:

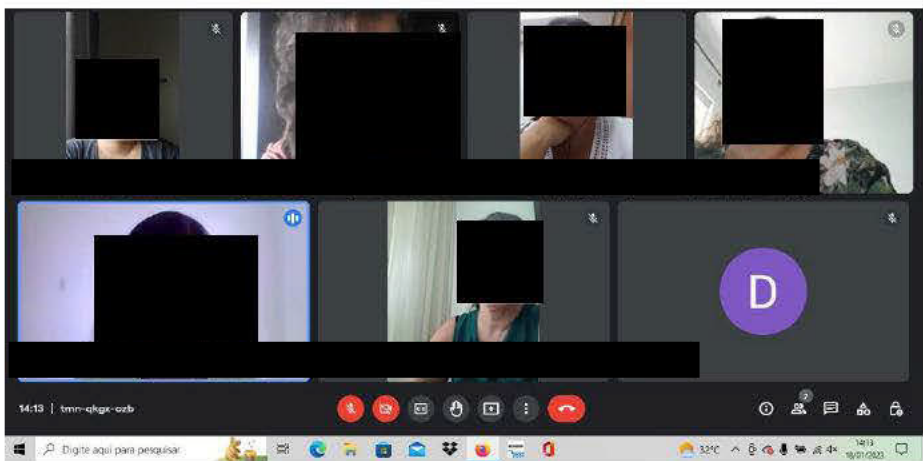
No dia 18 de janeiro de 2023, aconteceu uma supervisão metodológica referente ao Fica Vivo!. Estiveram presentes analistas sociais e estagiária do Programa.



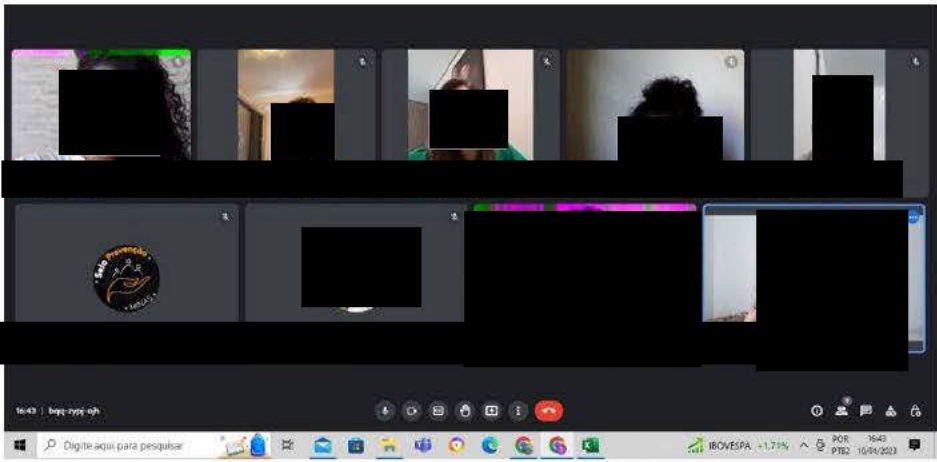
No dia 8 de fevereiro de 2023 aconteceu uma supervisão metodológica com a presença de 5 profissionais do Programa de Prevenção e enfrentamento à Violência Contra Mulher, dentre elas analistas e gestão social.



Segue uma supervisão ocorrida dia 18 de janeiro de 2023 referente ao Programa Mediação de Conflitos



A seguir está uma fotografia das Participantes da supervisão do dia 10 de janeiro de 2023 referente ao programa Selo Prevenção.



Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 8.3. Número acumulado de participantes em Capacitações

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 28 •	• 1.401 •
Descrição do Indicador	
Este indicador visa aferir a participação dos profissionais contratados pela entidade parceira nas capacitações que ocorrerem no período avaliatório para atuarem na Política de Prevenção à Criminalidade. Elas objetivam: 1. Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes; 2. Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade; 3. Promover a integração e o nivelamento das equipes visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade. A OS será responsável por viabilizar a realização das capacitações e a participação das equipes, providenciando, quando necessário, locação de espaço físico que comporte os profissionais durante todo o evento; honorários e custos com palestrantes, se houver; hospedagem, transporte e diárias para os profissionais que não residem na região onde ocorrerão as capacitações. As capacitações poderão ser realizadas no formato de videoconferência. Para fins de cálculo desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as participações dos profissionais contratados nas capacitações que ocorrerem nos períodos avaliatórios.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou print da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da capacitação/evento.	

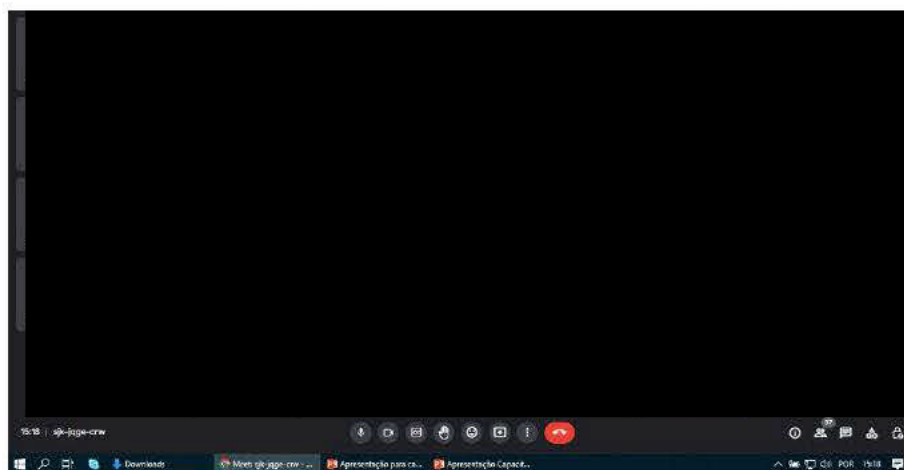
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01 a 31/03/2023 houve 39 capacitações de profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade, nas quais houve cumulativamente • 1.401 • participantes. Portanto, a meta foi plenamente atingida.

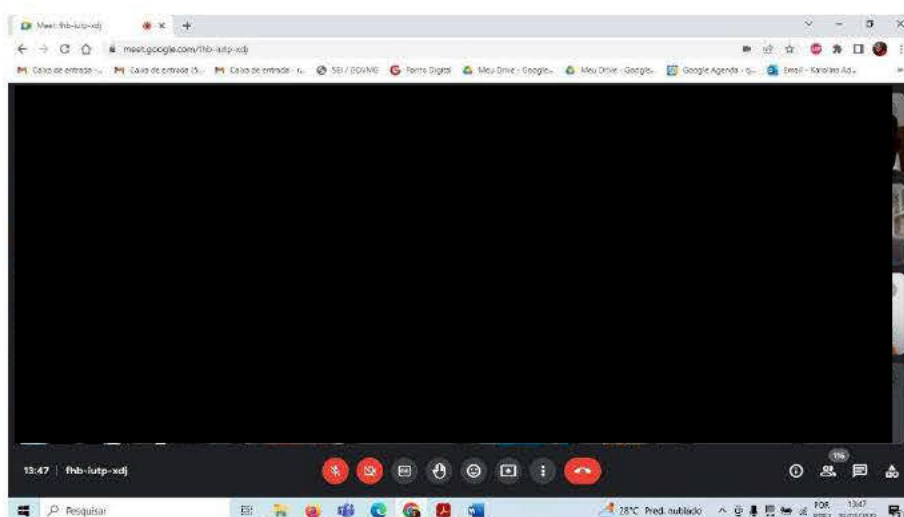
8.3. Número acumulado de participantes em Capacitações				
Programas	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Ceapa	11	96	215	322
FVI	0	0	0	0
PMC	210	49	105	364
PrEsp	69	0	196	265
Selo Prevenção	15	20	19	54
Se Liga	12	0	13	25
Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	0	0	17	17
Supervisão da Gestão	143	2	209	354
Total	460	167	774	1.401

A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese de algumas das capacitações de profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade:

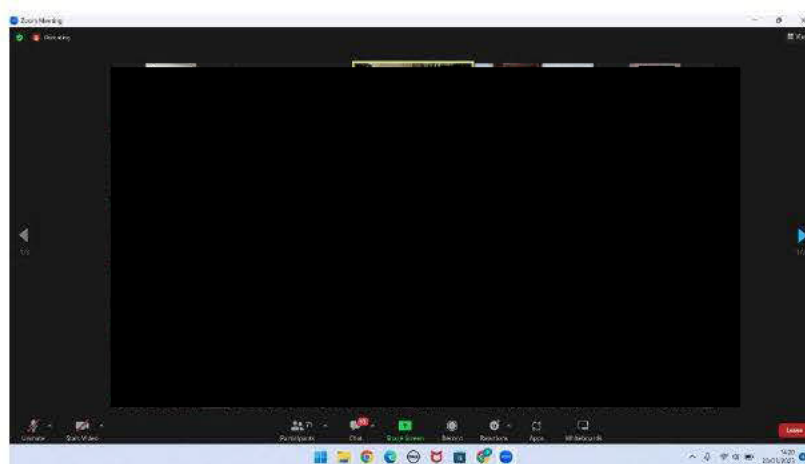
Analistas e estagiários do Programa Mediação de Conflitos passaram por uma capacitação de tema "Dinâmica das violências e criminalidade" no dia 26 de junho de 2023, contabilizando 108 pessoas presentes virtualmente.



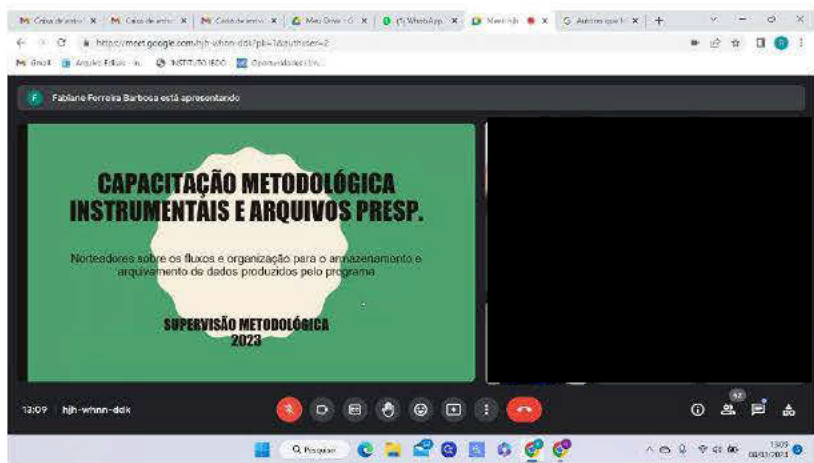
Outra capacitação com grande contingente de pessoas presentes ocorreu no programa Ceapa, dia 29 de março de 2023, e teve como tema “Ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher – perspectivas de atuação e metodologias”. Ainda, estiveram presentes 106 pessoas de forma online.



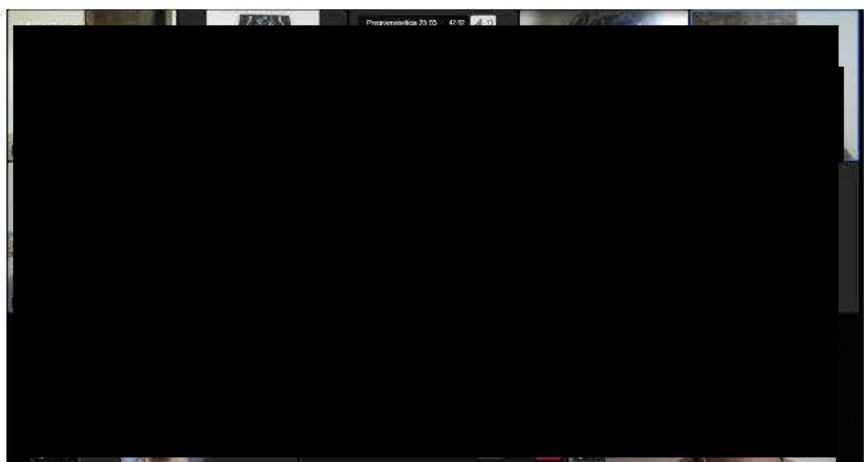
No dia 20 de março de 2023, a Supervisão da Gestão promoveu uma capacitação para gestores sociais e SUPEC. 71 pessoas acessaram a capacitação.



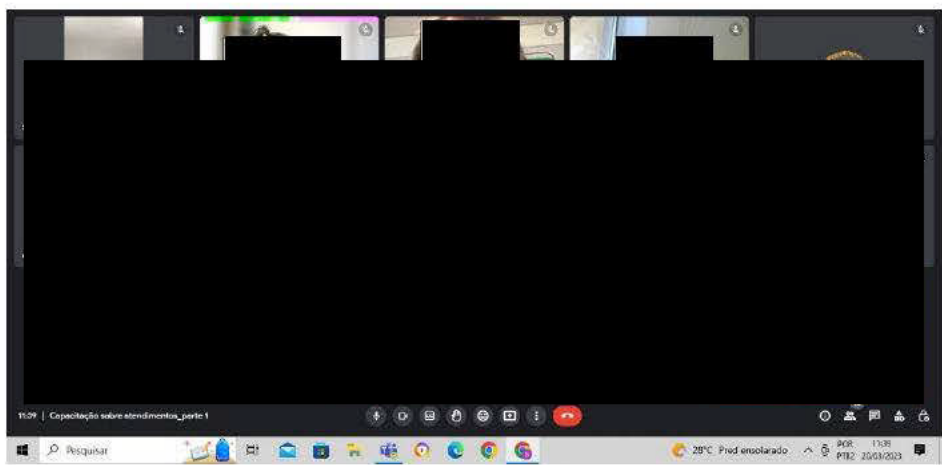
65 pessoas, dentre analistas, estagiários e gestores sociais do programa PrEsp, estiveram presentes em uma capacitação acerca dos instrumentais e arquivos do Programa ocorrida no dia 8 de março de 2023.



No dia 22 de março de 2023, ocorreu uma capacitação referente ao programa Se Liga de tema “Reintegração social e atendimento pós cumprimento de medida socioeducativa entre adolescentes e jovens no Brasil”, com comparecimento de 13 pessoas.



10 pessoas (analistas sociais, gestora social, técnico administrativo, coordenação do Programa e articuladores municipais) acompanharam a capacitação do programa Selo Prevenção, de tema “Atendimento em políticas públicas: Caminhos possíveis para serem percorridos”, ocorrida em 20 de março de 2023,



Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 15 •	• 8,5 •

Descrição do Indicador

Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto.

Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão.

Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo.

Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas. A OS deverá promover processos seletivos para constituição de cadastro reserva para contratação e/ou reposição de profissionais dos cargos em vacância que surgirem. Os processos seletivos deverão ser regidos por edital público, com ampla divulgação, e observarão as normas do Regulamento de Compras e Contratação e legislação pertinente. A vacância se dará por motivo de:

1. Demissão;
2. Desligamento a pedido do funcionário;
3. Licenças/afastamentos superiores a 20 dias corridos;

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas 105 substituições que levaram em média 8,5 dias para serem realizadas.

QUANT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	DATA INÍCIO	DIAS PARA REPOSIÇÃO
1	20/12/2022	Centro BH			03/01/2023	14
2	20/12/2022	BH Centro			02/01/2023	13
3	20/12/2022	Centro BH			03/01/2023	14
4	21/12/2022	Centro BH			03/01/2023	13
5	21/12/2022	Centro BH			03/01/2023	13

6	21/12/2022	Se Liga BH		02/01/2023	12
7	21/12/2022	Contagem - Centro		02/01/2023	12
8	23/12/2022	Contagem - Nova Contagem		02/01/2023	10
9	27/11/2022	Santa Luzia - Via Colégio/palmital		03/01/2023	7
10	03/01/2023	Se Liga BH		09/01/2023	6
11	02/01/2023	Se Liga BH		02/01/2023	0
12	03/01/2023	Se Liga BH		10/01/2023	7
13	05/01/2023	Centro BH		16/01/2023	11
14	05/01/2023	Centro BH		16/01/2023	11
15	03/01/2023	Uberlândia - Morumbi		16/01/2023	13
16	12/01/2023	Centro BH		19/01/2023	7
17	19/01/2023	Supervisão		01/02/2023	13
18	05/01/2023	Contagem - Ressaca		19/01/2023	14
19	09/01/2023	Ribeirão das Neves - Veneza		19/01/2023	10
20	11/01/2023	Santa Luzia - Centro		19/01/2023	8
21	09/01/2023	Santa Luzia Centro		18/01/2023	9
22	10/01/2023	Sede Adm. Dep. Pessoal (Ponto)		16/01/2023	6
23	09/01/2023	Ribeirão das Neves - Justinópolis		19/01/2023	10

24	12/01/2023	Centro BH		19/01/2023	7
25	11/01/2023	Jardim Felicidade		19/01/2023	8
26	16/01/2023	Morro das Pedras		19/01/2023	3
27	11/01/2023	Serra		23/01/2023	12
28	28/12/2023	Contagem - Nova Contagem		19/01/2023	13
29	05/01/2023	Betim - PTB e Jardim Alterosas		19/01/2023	14
30	20/01/2023	Sede Adm. Dep. Pessoal		01/02/2023	12
31	20/01/2023	Se Liga		01/02/2023	12
32	18/01/2023	Ibirité		01/02/2023	14
33	18/01/2023	Supervisão		01/02/2023	14
34	18/01/2023	Santa Luzia - Centro		01/02/2023	14
35	20/01/2023	Sete Lagoas - Centro		01/02/2023	12
36	27/01/2023	Vila Pinho		01/02/2023	5
37	20/01/2023	Morro das Pedras		02/02/2023	13
38	26/01/2023	SE LIGA BH		01/02/2023	6
39	27/01/2023	Pouso Alegre		06/02/2023	10
40	30/01/2023	Vila Pinho		08/02/2023	9
41	20/01/2023	PPL e Taquaril		01/02/2023	12
42	27/01/2023	Centro BH		06/02/2023	10

43	27/01/2023	Centro BH		06/02/2023	10
44	27/01/2023	Centro BH		06/02/2023	10
45	27/01/2023	Centro BH		06/02/2023	10
46	01/02/2023	Cabana		08/02/2023	7
47	06/02/2023	Sede Administrativa		13/02/2023	7
48	08/02/2023	Montes Claros - Santos Reis		16/02/2023	8
49	08/02/2023	Uberlândia - Morumbi		16/02/2023	8
50	09/02/2023	Montes Claros - Centro		16/02/2023	7
51	10/02/2023	Minas Caixa		16/02/2023	6
52	10/02/2023	Ribeirão das Neves - Justinópolis		16/02/2023	6
53	01/02/2023	Montes Claros - Santos Reis		16/02/2023	15
54	28/02/2023	Vila Cemig/Vila Pinho		01/03/2023	1
55	28/02/2023	Supervisão		01/03/2023	1
56	20/02/2023	Betim - PTB		01/03/2023	9
57	17/02/2023	Jardim Leblom/Minas Caixa		01/03/2023	12
58	17/02/2023	Contagem - Nova Contagem		01/03/2023	12
59	28/02/2023	Vespasiano - Centro		01/03/2023	1
60	28/02/2023	Sede Adm. - Monitoramento		02/03/2023	2

61	27/02/2023	Sede Adm.		02/03/2023	3
62	28/02/2023	Sede Adm.		06/03/2023	6
63	28/02/2023	Ribeirão das Neves - Justinópolis		06/03/2023	6
64	28/02/2023	Santa Lúcia		06/03/2023	6
65	28/02/2023	Santa Luzia - Palmital		06/03/2023	6
66	28/02/2023	Ribeirão das Neves - Rosaneves /Justinópolis		06/03/2023	6
67	28/02/2023	Jardim Leblon		06/03/2023	6
68	28/02/2023	Betim - Jd Alterosas		06/03/2023	6
69	27/02/2023	Sede Administrativa		06/03/2023	7
70	02/03/2023	Taquaril		09/03/2023	7
71	02/03/2023	Jardim Felicidade		09/03/2023	7
72	28/02/2023	Serra		09/03/2023	9
73	28/02/2023	Morro das Pedras		09/03/2023	9
74	02/03/2023	Contagem - Ressaca		09/03/2023	7
75	28/02/2023	BH Centro		13/03/2023	13
76	27/02/2023	Vila Cemig		09/03/2023	10
77	02/03/2023	BH CENTRO		09/03/2023	7
78	03/03/2023	Minas Caixa		13/03/2023	10
79	03/03/2023	Barbacena		09/03/2023	6
80	27/02/2023	Uberlândia -Centro		01/03/2023	2
81	06/03/2023	Santa Luzia - Palmital e Via Colégio		13/03/2023	7
82	07/03/2023	Governador		13/03/2023	6

		Valadares - Centro		
83	07/03/2023	Juiz de Fora	13/03/2023	6
84	06/03/2023	Montes Claros - Santos Reis	13/03/2023	7
85	06/03/2023	Contagem - Ressaca	13/03/2023	7
86	10/03/2023	Nova Contagem	13/03/2023	3
87	10/03/2023	Ribeirão das Neves - Justinópolis/Rosaneves	13/03/2023	3
88	06/03/2023	Santa Luzia - Palmital	15/03/2023	9
89	09/03/2023	Juiz de Fora - Olavo Costa	15/03/2023	6
90	08/03/2023	Uberlândia - Canaã	15/03/2023	7
91	10/03/2023	Juiz de Fora - Olavo Costa	15/03/2023	5
92	14/03/2023	Justinópolis - Ribeirão das Neves	15/03/2023	1
93	10/03/2023	Centro BH	20/03/2023	10
94	09/03/2023	Betim - Centro	20/03/2023	11
95	10/03/2023	Pouso Alegre	20/03/2023	10
96	13/03/2023	Pouso Alegre	20/03/2023	7
97	10/03/2023	Pouso Alegre	20/03/2023	10
98	10/03/2023	Pouso Alegre	20/03/2023	10
99	10/03/2023	Pouso Alegre	20/03/2023	10
100	10/03/2023	Pouso Alegre	20/03/2023	10
101	13/03/2023	Uberlândia	20/03/2023	7

102	10/03/2023	Ipatinga - Centro e Bom Jardim		20/03/2023	10
103	13/03/2023	Ribeiro de Abreu		20/03/2023	7
104	10/03/2023	Pouso Alegre		20/03/2023	10
105	10/03/2023	Pouso Alegre		20/03/2023	10

Foram realizados ao longo do período 55 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

Quant.	DATA	PROCESSO SELETIVO
1	jan/23	01 - 2023 Analista Administrativo - Recursos Humanos (Estadual)
2	jan/23	03 - 2023 Analista Social Programa Mediação de Conflitos Barbacena - Licença Maternidade (Estadual)
3	jan/23	08 - 2023 Faxineiro (a) Ipatinga - Centro e Bom Jardim (Estadual)
4	jan/23	09 - 2023 Faxineiro (a) Montes Claros - Santos Reis (Estadual)
5	jan/23	10 - 2023 Faxineiro (a) BH e RMBH (Estadual)
6	jan/23	17 - 2023 Supervisor Metodológico Programa Mediação de Conflitos BH e RMBH (Estadual)
7	jan/23	20 - 2023 Gestor Social Base Local BH e RMBH (Estadual)
8	jan/23	21 - 2023 Técnico Administrativo - PCD ou Reabilitado INSS - Governador Valadares (Estadual)
9	jan/23	23 - 2023 Analista Social PMC - Montes Claros (FUNEMP)
10	jan/23	32 - 2023 Analista Social FICA VIVO! BH (Estadual)
11	jan/23	42 - 2023 Analista Social CEAPA - Governador Valadares (Estadual)
12	jan/23	43 - 2023 Analista Social CEAPA - Juiz de Fora (Estadual)
13	jan/23	44 - 2023 Analista Social Fica Vivo! - Juiz de Fora (Estadual)
14	jan/23	45 - 2023 Técnico Administrativo PCD e Reabilitados INSS - BH e RMBH (Estadual)
15	jan/23	48 - 2023 Assistente Administrativo - Gestão de Pessoas (Estadual)
16	jan/23	49 - 2023 Técnico Administrativo - BH RMBH (Estadual)
17	jan/23	51 - 2023 Gestor Social base local - Montes Claros (Estadual)
18	jan/23	52 - 2023 Gestor Social base municipal - Ipatinga (Estadual)
19	fev/23	55 - 2023 Analista Social - PRESP BH Licença Maternidade (Estadual)
20	fev/23	57 - 2023 Analista Social - PMC POUSO ALEGRE (FUNEMP)
21	fev/23	58 - 2023 Analista Social - PMC JUIZ DE FORA (Estadual)
22	fev/23	59 - 2023 Analista Social - PMC SANTA LUZIA (Estadual)
23	fev/23	63 - 2023 Técnico Administrativo - Governador Valadares (Estadual)
24	fev/23	64 - 2023 Analista Social - CEAPA BETIM (Estadual)
25	fev/23	65 - 2023 Gestor Social - Uberlândia (Estadual)
26	fev/23	66 - 2023 Gestor Social - Base municipal - RMBH (Estadual)
27	fev/23	68 - 2023 Analista Social - FICA VIVO! Uberlândia Morumbi (Estadual)
28	fev/23	69 - 2023 Faxineiro (a) Ipatinga - Centro e Bom Jardim (Estadual)
29	fev/23	72 - 2023 Gestor Social - Analista Social Varginha (Estadual)
30	fev/23	73 - 2023 Técnico Administrativo Varginha (Estadual)
31	fev/23	74 - 2023 Analista Social CEAPA Varginha (Estadual)
32	fev/23	75 - 2023 Faxineiro Varginha (Estadual)
33	fev/23	76 - 2023 Motorista Varginha (Estadual)
34	fev/23	77 - 2023 Técnico Administrativo Uberlândia (Estadual)
35	mar/23	92 - 2023 Analista Social FICA VIVO! - Ribeirão das Neves (Estadual)
36	mar/23	98 - 2023 Analista Social CEAPA BH Licença Maternidade (Estadual)
37	mar/23	100 - 2023 Assistente Administrativo RH Sede Administrativo (Estadual)
38	mar/23	112 - 2023 Analista Social - CEAPA Uberlândia (Estadual)
39	mar/23	113 - 2023 Analista Social - CEAPA Ipatinga (Estadual)
40	mar/23	119 - 2023 Motorista Belo Horizonte - Sede Administrativa (Estadual)

41	mar/23	120 - 2023 Motorista Divinópolis (Estadual)
42	mar/23	121 - 2023 Motorista Juiz de Fora (Estadual)
43	mar/23	122 - 2023 Motorista Sete Lagoas (Estadual)
44	mar/23	123 - 2023 Motorista Patos de Minas (Estadual)
45	mar/23	124-2023 Analista Social PMC Pouso Alegre (FUNEMP)
46	mar/23	125-2023 Analista Social PMC Uberlândia (Estadual)
47	mar/23	131 - 2023 Analista Social PRESP BH (Federal)
48	mar/23	135 - 2023 Assistente Administrativo Sede Administrativa BH (Estadual)
49	mar/23	137- 2023 Analista Administrativo Sede Administrativo BH (Estadual)
50	mar/23	138 - 2023 Analista Social PMC Pessoa Deficiência e Reabilitados INSS BH RMBH (Estadual)
51	mar/23	143- 2023 Analista Social CEAPA Licença Maternidade - RMBH (Estadual)
52	mar/23	145- 2023 Faxineira Pouso Alegre (FUNEMP)
53	mar/23	146-2023 Analista Social PRESP Montes Claros (Estadual)
54	mar/23	151- 2023 Analista de Compras e Infraestrutura - Sede Administrativa (Estadual)
55	mar/23	152 - 2023 Subgerente de Infraestrutura - Sede Administrativa (Estadual)

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.1. Número de Relatórios Analíticos das UPC de base territorial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 56 •	• 62 •
Descrição do Indicador	
O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Territorial consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC. Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e-mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC. Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo. A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para a análise do 17º PA considerou-se a entrega de um relatório analítico em janeiro, referente aos meses de novembro/22 e dezembro/22 e outra entrega em março, referente aos meses de janeiro/23 e fevereiro/23. Neste período foram entregues pelos gestores sociais 62 (sessenta e dois) relatórios relativos às das Unidades de Prevenção de Base Territorial, número que superou a meta pactuada.

Os dados analisados nos relatórios, de maneira quantitativa foram: Homicídios consumados relacionados à dinâmica criminal ou relacionados a conflitos interpessoais; Homicídios tentados relacionados à dinâmica criminal ou relacionados a conflitos interpessoais; Ameaças relacionadas à dinâmica criminal ou relacionadas a conflitos interpessoais; Violência contra a mulher; Violência institucional; Conflito entre grupos armados; Violência praticada pelo tráfico de drogas (Justiçamento, disciplina, pau no gato, tortura e etc.); Crimes contra a dignidade sexual e outras violências, bem como leituras sobre operações que impactaram na dinâmica social dos territórios.

No 17º PA foi considerada a análise de 4 meses (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro). Os números referentes à 17ª PA não devem ser utilizados para comparação com a 16ª PA em que são somadas apenas uma entrega de Relatórios Analíticos por UPC.

No atual período foram relatados a respeito dos homicídios consumados: 57 homicídios consumados estão relacionados ao crime, desentendimentos e/ou feminicídio.

Em relação aos homicídios consumados, o território de Justinópolis permanece em escalada da dinâmica criminal acentuada, chamando atenção pelo número de homicídios, inclusive. Em novembro e dezembro houve dois homicídios que impactaram

ainda mais nesse contexto da dinâmica. Homicídio no Braúnas – A vítima conhecida como “Betinho” foi morador do bairro Maria Helena, fora da área de abrangência, e tinha atuação no tráfico, mas no momento da ocorrência estaria morando e gerenciando o comércio de drogas (maconha) no Braúnas. A vítima era muito envolvida com o tráfico de drogas e no dia anterior à sua morte, foi vista fugindo da polícia, uma vez que estava vendendo drogas no território. O jovem teria participado dos conflitos envolvendo gangues atuantes no Braúnas, Maria Helena e Tony, situações ocorridas ao longo do primeiro semestre. O local onde “Betinho” foi morto (beco da Av. Gávea) é conhecido como palco de algumas punições – justiça, praticadas pelo comando do tráfico de drogas como cobrança de infringimento às regras impostas. Esse homicídio foi comemorado abertamente pelos jovens envolvidos do bairro Tony.

Outro homicídio com repercussão, do jovem vulgo “Pelé” ocorreu no Braúnas. Após informação de que havia muita movimentação de policiais com viaturas e helicóptero, realizando uma operação policial, chega ao conhecimento da unidade que nesta operação policial um jovem foi alvejado e morto por policiais. O jovem “Pelé”, tinha uma trajetória de envolvimento com o tráfico de drogas no território, além de ser apontado como executor do homicídio do jovem, vulgo “Betinho”. De acordo com as informações repassadas, a operação policial foi bem truculenta e o jovem foi executado na frente de sua residência, não tendo sequer revidado a abordagem policial, com isso houve uma grande revolta e comoção por parte da comunidade e dos jovens envolvidos no movimento.

Na região do Cabana ocorreu no dia primeiro de fevereiro o homicídio de um jovem envolvido com o tráfico de drogas no Vila Betânia, mas que não morava na região, foi morto e teve o corpo incendiado por integrantes da mesma facção. Segundo a comunidade, a motivação seria um vacilo da vítima e o crime teria acontecido no Recanto das Nascentes. O GEPAR não reconheceu o jovem enquanto envolvido na dinâmica do Vila Betânia e alegou que o corpo foi encontrado no Bairro Betânia, ou seja, fora da área de abrangência. A versão da PM corrobora com o noticiado:

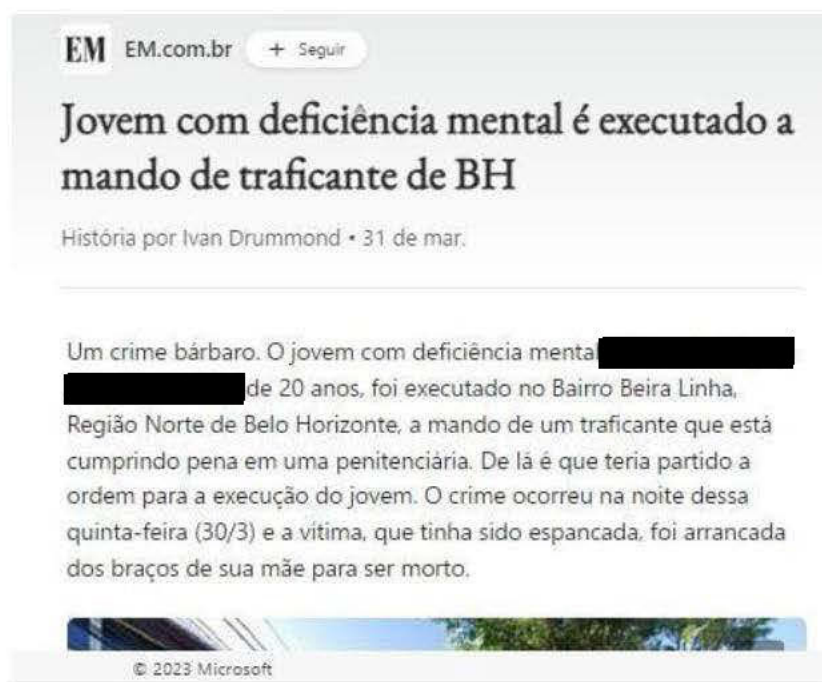


https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/01/interna_gerais,1451827/corpo-carbonizado-encontrado-em-belo-horizonte.shtml

No mês de fevereiro a dinâmica criminal continuou muito aquecida no Cabana. No dia 10/02, dois jovens foram mortos, durante uma festa, na região conhecida como “Buraco”. Uma das vítimas era envolvida com o tráfico de drogas no Beco dos Pretos (Nova Cintra) e a motivação teria sido desavenças com outra gangue. Já a outra vítima, a princípio não era alvo dos disparos e foi morto por estar no mesmo local.

Também em fevereiro, um casal em uma moto chegou à boca do beco Mantena, próximo à Praça dos Cachorros e executaram, com tiros na cabeça, um jovem (17 anos) que estava vendendo drogas. Outro jovem, de 16 anos, que também estava no local foi atingido, mas socorrido e levado para o hospital João XXIII.

No Ribeiro de Abreu houve o relato do homicídio de um jovem conhecido como “Tchê”. O fato ocorreu próximo a unidade de prevenção. O jovem era conhecido no território e apresentava questões de saúde mental. Este homicídio foi publicado em alguns jornais da cidade.



<https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/jovem-com-defici%C3%Aancia-mental-%C3%A9-executado-a-mando-de-trafficante-de-bh/ar-AA19jq9K?ocid=msedgntp&cvid=1384d0e0c9fe4673ba24b0834ad1ee6d&ei=46>

No dia 19/02 foi registrado homicídio consumado a facadas, após uma discussão em um bar. Segundo informações, o crime foi passional, uma vez que dois homens discutiram em um bar, sendo a vítima perseguida pelos suspeitos e alvejada com golpes de faca.

A UPC Citrolândia no mês de novembro não teve registro de homicídios consumados, porém no final de dezembro houve informações de 01 homicídio consumado, o caso ocorreu na Colônia Santa Isabel, uma mulher esfaqueou o seu companheiro. Mesmo com esse caso de homicídio consumado no final do ano, o território tem apresentado uma estabilidade e redução dos casos de homicídios. As equipes têm conseguido realizar articulações de proteção social, o PMC no último bimestre participou de 03 discussões de casos muito complexas: uma com a assistência social do projeto Gol de Ouro/Inec sobre uma suposta ameaça de um grupo familiar, ocorrida em outubro; participação em Audiência Virtual para projeto de intervenção do grupo familiar; e o terceiro o evento dos "21 dias de ativismo contra a violência doméstica" em uma Blitz educativa com representantes da Rede de proteção.

O tráfico segundo a leitura da equipe continua mobilizando muito os jovens, além da participação na dinâmica criminal, adiciona-se o uso e abuso de álcool e outras drogas impactando na saúde e sociabilidade desses jovens. A regulação do crime, também do crime como ocorre de forma violenta, o risco de vida desses jovens também ocorre internamente nos grupos. No mês de fevereiro ocorreram 4 homicídios, sendo 3 na área de abrangência dos territórios e um em Brumadinho envolvendo um jovem do Paquetá. Os seguintes microterritórios são os mais preocupantes: Paquetá (Predinho), o Alto Boa Vista e a Colônia Santa Isabel (região da Saúde), que durante este mês de fevereiro apresentou homicídios, roubos a motoristas de aplicativos e tráfico de drogas mais intenso.

Ainda em Betim a UPC Jardim Alterosas relata preocupação com a microrregião do Duque de Caxias é o local que recebe maior destaque na leitura das dinâmicas nos meses de novembro e dezembro, no entorno de duas escolas, a E.M. Tito Flávios e a E.M. Olympia Maria da Glória, em uma situação no mês de novembro 3 homens foram baleados e 1 veio a óbito. Na mesma região do Mutirão no 2º bimestre do ano ocorreu um homicídio de um homem, e no 3º bimestre uma mulher foi assassinada. Nesse contexto, a equipe identifica que essa região é prioridade para as intervenções da proteção social. No mês de fevereiro uma mulher de 45 anos foi levada para UPA pelo companheiro, no dia 21/02 e a mesma veio a falecer no dia 22/02, a mulher tinha várias marcas pelo corpo e traumatismo craniano, a suspeita é que tenha sido agredida pelo

companheiro, que ficou desaparecido do território por um tempo. O PMC tem buscado trabalhar essa temática da violência de gênero no território.

Segundo a Vila Cemig, os meses de novembro e dezembro se apresentaram sem grandes alterações na dinâmica, as equipes nos atendimentos percebem o impacto nas relações principalmente onde existem casos de conflitos e violências, a presença do uso de álcool e drogas. E que na região a organização do tráfico é muito fragmentada e difícil leitura, por ser descentralizada. Em janeiro houve um homicídio de um jovem e o espancamento de uma jovem que era ex-namorada da vítima, o motivo é passional, o rapaz estava proibido de conversar com sua ex-namorada, porque ela agora namora uma pessoa do tráfico. O segundo homicídio, ainda em janeiro, foi resultado de desentendimento quando um homem cobrava o pagamento de um serviço prestado, a vítima é egressa do sistema prisional e o crime ocorreu próximo aos Prédios da rua Universo em Desencanto. No dia 22/02 um homem identificado como gerência do tráfico do grupo Unidos da Faisão, foi morto em um desentendimento interno, ele era morador da região do Nova Cintra e não Barreiro. 22/04 outro homicídio por desentendimento por dívida, um valor de aproximadamente R\$ 50,00 a morte foi a facada.

Das violências mais relacionadas à questão de gênero e/ou ao machismo estrutural: violência contra a mulher 24 casos; crimes contra a liberdade e dignidade sexual 18 casos.

Os meses de novembro e dezembro foram marcados, principalmente, por violências contra a mulher e a contra a sexualidade no município de Santa Luzia. No território do Alto São Cosme (UPC Via Colégio) continua apresentando altos índices de violências, sejam elas físicas ou sexuais. Além das agressões recorrentes da dinâmica criminal, como forma de punição, houve uma ameaça de morte de um jovem que trabalha para o tráfico e alterou o preço das drogas sem consentimento dos líderes criminais, o irmão do rapaz, que também é envolvido, foi acionado para realizar a execução do seu irmão mais velho, que está fugindo do território na casa do pai. O Tio, intervir nessa situação explicando que o rapaz é portador de transtornos mentais e que não retornará mais ao território. Percebe-se um enfraquecimento do tráfico no território, principalmente na Rua da Bahia. Devido a esse motivo, há uma desorganização de outras violências no local, como o crescimento dos casos de abuso sexual e violência contra mulher. O que nos preocupa, é a possível vinda de um novo grupo criminal, sendo que, as tomadas de posse são sempre violentas. O território, estando enfraquecido, pode ficar visado para tomada de posse de novos grupos.

A guerra do Palmital acabou afetando a dinâmica territorial do São Cosme, pois faz divisa com o mesmo, noticiando que equipamentos e associações suspenderam os atendimentos durante alguns períodos do mês.

A pauta da violência de gênero aparece nos diversos relatos das UPC's de Betim, conforme podemos ler no relato da UPC Jardim Teresópolis, ainda que no último bimestre o território do Jardim Teresópolis, continua com certa tranquilidade, a partir do acordo entre os grupos rivais, o objetivo é o fortalecimento do comércio de entorpecentes, a comunidade tem tido benefícios dessa pacificação, como uma circulação mais tranquila. Embora seja positivo o momento, tudo isso é visto e vivenciado com muita cautela. Com a dinâmica criminal desaquecida, a equipe tem focado nas pautas da proteção social, tendo estabelecido parcerias para a cessão de espaço físico com a direção da E.E. Lourdes Bernadete, nesta escola acontecerá uma oficina de deejay e também um Projeto Local Recreio Dançante. Houveram etapas preparatórias para o Fórum Multiterritorial de Betim, uma etapa na própria UPC no dia 23/11 realizada pelo FV, e outra no dia 29/11 pelo PMC com a temática de Violência de Gênero. No mês de fevereiro 25/02 ocorreu um feminicídio na região do Campo, a mulher de 35 anos foi morta a facadas pelo companheiro, no momento do crime os 2 estavam alcoolizados e discutiam, o autor do crime se entregou à polícia. A equipe do PMC também atendeu no 1º bimestre de 2023, o caso de uma criança de 4 anos que foi vítima de um abuso sexual, e o caso se torna complexo porque os genitores estão separados e no final de semana a filha estava com o pai, e o mesmo diz que levou a filha no hospital por suspeita de abuso do atual companheiro da mãe da criança, mas a mãe diz que o fato ocorreu quando a filha estava na companhia do pai e que isso é uma estratégia para tirar a guarda da criança dela, o caso chama atenção pelo uso da vulnerabilidade da criança, para que o ex-casal, os genitores continuem perpetuando seus conflitos.

Podemos ler no relato da UPC PTB que nos meses de novembro e dezembro o foco foi na organização do Fórum Multiterritorial de Betim, com as etapas predatórias nos territórios do PTB, a equipe do PMC realizou uma etapa preparatório

no dia 07/11 em parceria com o CRAS Cruzeiro, no mês de dezembro no dia 10, o FV desenvolveu uma ação para seu público. Uma outra ação de proteção social, que ocorreu em dezembro, foi uma ação proposta pela Rede para marcar os 21 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra a Mulher e nas ações de mobilização para garantir a participação do público atendido na Etapa Municipal do Fórum Multiterritorial. A respeito das dinâmicas sociais e criminais, ocorreu um caso de um espancamento de um jovem que é atendido em oficina, na região do Conjunto José Gomes (Cruzeiro), a motivação do espancamento, foi divulgada em duas versões, uma de disparo de pornografia aparentemente com conteúdo infantil, e outra que o jovem mostrou pornografia para uma criança. Em janeiro 15/01/22, um jovem foi morto no Conjunto José Gomes o motivo do homicídio teria sido dívida de droga, no mês de fevereiro no dia 21/02/23, outro homicídio, uma execução com 8 tiros, no caso ocorreu na região do Kennedy, o motivo parece ser uma vingança de um crime cometido pela vítima no ano de 2015, a vítima usava tornozeleira eletrônica. Houveram casos de espancamentos no território e relatos de violências policiais.

Em relação aos homicídios tentados foram relatados: 20 homicídios tentados sejam relacionados ao tráfico e/ou as relações interpessoais.

Em Uberlândia, no território do Jd. Canaã algumas tentativas de homicídio têm movimentado o território no Canaã. Um homem de 26 anos atirou cinco vezes em um de 43 anos, segundo leituras compartilhadas, agressão seria motivada por ciúmes. No contexto dessa situação, temos observado um aumento no número de armas de fogo circulando pelo território e uma narrativa de que a resolução dos conflitos seria por meio do uso de armas de fogo. Até anos atrás era extremamente raro um jovem envolvido na criminalidade possuir arma de fogo, enquanto que recentemente as prisões por roubo à mão armada, tentativas de homicídio e ameaças com armas de fogo aumentam. O FV! atendeu recentemente um jovem que acabara de sair da prisão por roubo à mão armada e relatou que lá encontrou um jovem do Canaã condenado a oito anos pelo mesmo crime. Nas últimas semanas de janeiro houve um tiroteio no Bela Vista enquanto um morador fugia de um roubo a veículo. Tem sido cada vez mais comum atendidos do PMC ameaçarem "resolver" seus conflitos pelo uso de arma de fogo.

Outra tentativa de homicídio traz à tona um problema atual do território de abrangência, que é a violência contra a mulher. Foram vários os casos de violência contra a mulher no território de abrangência no ano de 2022, como estupros, tentativas de feminicídios etc. Diante dessa tentativa de homicídio que aconteceu em janeiro, acionamos a comunidade e a juventude para apurar se havia algum envolvido na faixa etária do programa e a devolutiva foi surpreendente no sentido de o crime ter recebido uma certa aceitação social diante da suspeita de que a vítima mantinha um caso amoroso com a namorada do agressor. Levando em conta que situações como essa costumam vitimizar principalmente mulheres e que o acesso facilitado a armas de fogo potencializa a ameaça. Em diálogo com o GEPAR o autor já havia sido identificado e a vítima tinha sido liberada do hospital, encaminhamos o acompanhamento junto a rede de saúde para sensibilizar sobre a possibilidade de vingança e buscar estratégias para prevenir outras violências.

Em fevereiro houve registro de 01 tentativa de homicídio, de um adolescente de nome Gabriel. A motivação do crime estaria relacionada a cobrança de dívida de drogas. Gabriel já estava em tratamento de dependência química e está sendo acompanhado.

Sobre os casos de violências relatados: violências praticadas pelo tráfico 25 casos; violências por outros motivos 23 casos; conflito entre grupos armados 04 casos; expulsão de pessoas de suas moradias ou território 07 casos; 4 casos de violências patrimoniais.

Em Justinópolis, casos de violências praticadas pelo tráfico e conflito entre grupo armados tem sido recorrente, no território da Mina, no bimestre (novembro e dezembro), apresentou-se mais aquecido, sobretudo pelas repercussões relacionadas ao homicídio do Warley, vulgo "Gaúcho", ocorrido no final de outubro (28/10). A circulação de pessoas sem envolvimento com a criminalidade teria se normalizado, após a comoção inicial e as tentativas do movimento em restringir a circulação de moradores. Contudo, os jovens envolvidos permaneceram em estado de alerta, evitando sair da favela. Essa certa tranquilidade foi ameaçada quando houve um tiroteio intenso na Mina, envolvendo dois grupos do movimento que iniciaram um conflito devido à disputa pelo controle do tráfico no local. Segundo informações, a favela estaria dividida entre "parte alta" (proximidades da Rua Vinte que fica localizada nas imediações da Escola Municipal Luiza Maria) x "parte baixa"

(localizada nas proximidades da Rua Airton Sena nas imediações do campão da Mina). O estopim do conflito se deu a partir da chegada de um “traíra”. A parte alta, estaria tentando manter a liderança outrora exercida pelo “Gaúcho”, enquanto a parte baixa estaria se rebelando, causando várias situações de confronto, até mesmo tiroteios, ainda que tal situação não tenha se desdobrado até o momento, em uma “guerra” entre os grupos rivais. Ainda segundo apurado, o irmão do “Gaúcho”, também cotado para a sucessão do comando do tráfico, vem enfrentando resistência entre os demais gerentes. Ele tem uma atuação expressiva na hierarquia e foi responsável pela venda dos lotes/invasão no campão. Nesse clima de tensão, o próprio irmão do “Gaúcho”, que herdaria em tese o legado de poder em aberto, teria saído do local, possivelmente em virtude de estar em perigo. Segundo o GEPAR, ele estaria em Santa Luzia. Há relatos de que circula no bairro Palmital a presença de um indivíduo que responde pela alcunha de “Sinistrão” e a preocupação é de que este promova conflitos no local. Ressalte-se que diante desse aquecimento, o trabalho desenvolvido pela prevenção torna-se mais desafiador, pois tais atravessamentos inviabilizam ou comprometem a execução de algumas atividades, tais como execução de oficinas e atendimentos ou outras intervenções planejadas, como por exemplo a ação do CRAS Itinerante na Mina, o ato preparatório do Fórum Multiterritorial e a participação das pessoas no próprio Fórum.

Também em Ribeirão das Neves, porém no território do Veneza, de acordo com o Relatório de Homicídios do Observatório de Dados/SESP, o território do Veneza registrou uma diminuição de 80% no quantitativo de homicídios consumados na faixa etária do Fica Vivo! e uma diminuição de 46,7% no total de homicídios consumados quando comparado ao ano de 2021. Foram um total de 8 homicídios, sendo 1 na faixa etária do Fica Vivo!. Vale ressaltar que ocorreram outras mortes que impactaram na dinâmica do território, mas não foram contabilizadas aqui porque aconteceram fora da nossa área de abrangência. Neste primeiro bimestre de 2023 tivemos um total de 5 homicídios consumados e 1 tentativa de homicídio com resultado morte na área de abrangência da UPC Veneza. Analisando as motivações relacionadas aos homicídios, observamos que destes 3 estão ligados ao controle do tráfico e suas organizações criminosas, especificamente, no que se refere a “lei do crime”. A lei do crime seria um código estruturado que é aplicado de maneira constante em diversas situações ocorridas dentro da área comandada por determinado grupo (como exemplo: furto, estupro, dívida de drogas). Já os outros 3 homicídios estão ligados a relações interpessoais conflituosas entre as vítimas e autores. Outra análise importante é em relação à idade e sexo das vítimas destes homicídios. A grande maioria das vítimas (5) foram pessoas do sexo masculino, somente uma do sexo feminino, sendo que todas estão fora da faixa etária do Fica Vivo!, com idade entre 27 e 41 anos. Leitura compartilhada do Conjunto Alterosa traz que o bairro estava de luto devido ao falecimento de um homem conhecido como “Menor do B”. Ainda de acordo com o oficineiro, os jovens relataram que ele havia sido alvejado em Contagem por policiais e estava hospitalizado a cerca de uma semana, vindo a falecer neste dia. A morte de “Menor do B” teve muita repercussão no território, houveram homenagens com fogos de artifício e carreatas em diversas regiões relatadas por outros oficineiros e também por atendidos do PMC.

Ainda em Ribeirão das Neves, no território do Rosaneves durante o período em análise algumas situações se apresentaram como ponto de atenção para a prevenção, percebe-se um silenciamento muito grande da comunidade e rede em relação aos fatos e fenômenos das violências e criminalidades, que dificulta a qualificação destes. No dia 21/11, foi noticiado pelo Jornal “O Tempo”, a prisão de um indivíduo que estaria tentando passar drogas para dentro da Penitenciária José Maria Alckmin, no centro de Neves, utilizando-se de um drone, prática que já foi apareceu em outros momentos. Após consulta nos registros policiais, o tenente GEPAR informou que se tratava da prisão de M., 22 anos, morador do bairro Veneza, portanto fora da área de abrangência, mas com atuação na regional centro. Isto posto, foi ventilado sobre possível conexão com a C., conhecida como “Mãezona” e que atua no aliciamento de menores para jogar drogas para dentro da penitenciária, no entanto não há relação entre as duas práticas.



<https://www.otempo.com.br/super-noticia/jovem-que-lancava-drogas-em-presidio-de-ribeirao-das-neves-e-presos-com-drone-1.2769881>

O bairro Rosaneves é o que mais chama a atenção na área de abrangência, primeiro por ser o que tem o tráfico mais organizado e com poderio em relação aos demais e sobretudo pela dificuldade em qualificar as informações, haja vista que a regulação social promovida pelo tráfico impera e o silenciamento advindo dessa situação é uma constante. No entanto, é notório que tal silenciamento tem sido quebrado por algumas pessoas da comunidade que tem se vinculado com os programas da prevenção e compartilhado algumas situações, tais como – a organização atual do tráfico de drogas, com invasões de casas de moradores para a comercialização de drogas, a atuação policial que é constante no bairro, principalmente na rua Capuchinhos, local de forte atuação do tráfico e a identificação do “patrão” – o “Barriga” – que dita as ordens, tanto de cobrança de “vacilos” quanto de execução. Segundo leituras, quando acontece algo fora das regras impostas, o “patrão” toma providências para coibir tais práticas e isso é apoiado pela comunidade que legitima tais ações conferindo tal poder a essa pessoa, ainda que sua atuação seja revestida de violência.

Há relatos de que uma vítima de estupro procurou os “meninos do movimento” para a tomada de providências, o que não ocorreu, pois, o gerente não é confiável e agride a esposa. Compartilhou também que abaixo de Deus é o “patrão” (Barriga), que ele é bacana, humilde, gente boa, se precisar de uma cesta ele arruma, só não gosta de “coisa errada” que fiquem devendo droga, abuso de mulheres e que chamem a polícia. Diante dos fatos relatados, há confirmação da regulação social promovida pelo tráfico e a legitimação de parte expressiva de moradores que naturalizam tal prática, até mesmo por não confiarem nas instituições, sobretudo a polícia. Contudo, mesmo diante desse desafio, foi possível trabalhar com a vítima, alternativas de resolução pacífica de conflitos, mecanismos de proteção e orientação para acesso a direitos, movimento que será necessário potencializar, uma vez que outras situações similares fazem parte do cotidiano das pessoas.

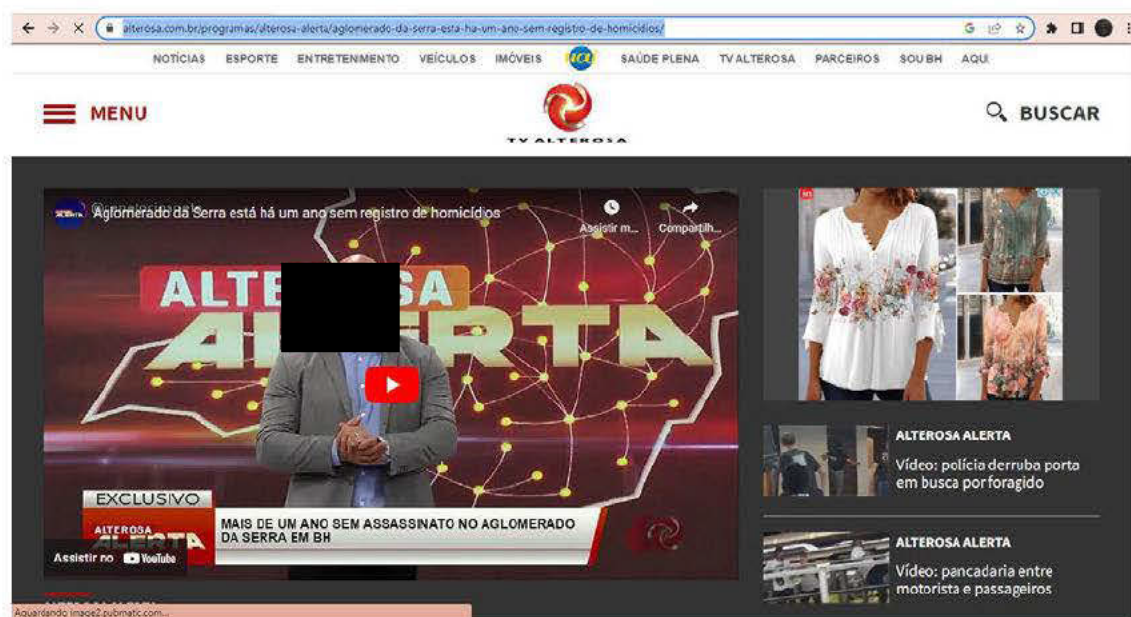
Em relação à violência praticada por lideranças do tráfico de drogas (justiçamento, disciplina, pau no gato, tortura e etc.) foi relatado que na microrregião do Carapina em Governador Valadares ocorreu uma resolução violenta de conflitos, devido um roubo de celular praticado por dois adolescentes que, segundo informações, teriam roubado o celular da companheira de um integrante da gangue da Tumiritinga. Pelo roubo, este integrante reuniu os adolescentes e perguntou onde eles queriam levar um tiro, na mão ou no pé. Em leitura esse tipo de violência não chega até a polícia e essas informações chegam à unidade de prevenção pelos jovens atendidos.

O Jardim Leblon, possui um destaque no que se refere à Vila do Índio, além de outros elementos do território, como podemos acompanhar. De acordo com a UPC Jardim Leblon, a Vila do Índio, um dos territórios da UPC Jardim Leblon, apresenta uma dinâmica social e criminal muito violenta, a regulação do tráfico é feita com dureza e requintes de crueldade quando decidem punir alguma pessoa. Houve relato de um jovem que foi espancado e esfaqueado, e no momento do crime, os moradores foram colocados para dentro de suas casas, o jovem não era morador da vila, mas estava trabalhando

para o tráfico, o motivo da vinculação com o território era uma namorada. Um outro caso de um homem que foi brutalmente espancado devido a suspeita de um crime de estupro de vulnerável, posterior a violência foi percebido que a vítima da violência não era o suspeito do abuso, mas um homem de outra região que parecia o suspeito. No mês de dezembro, ocorreu o homicídio de um jovem, que teve seu corpo filmado dentro do córrego na Vila do Índio após a execução, a suspeita é que ele foi morto por suspeita de estar delatando integrantes da sua facção, já que o mesmo era olheiro do tráfico. Na região do Jardim Leblon e Vila Apolônia, foram apresentados relatos da relação conflituosa entre polícia e juventude, principalmente na dispersão de espaços como Baile Funk, um dos casos foi no Baile Funk do Funil no Natal, dispersão com balas de borracha que atingiram uma moça que não participava do evento, mas que passava na rua no momento. Em relação a proteção social a equipe tem dialogado com o CRAS da Vila Apolônia, e essa aproximação tem fortalecido a leitura das vulnerabilidades e riscos do território, assim como a principal demanda que tem se mostrado para aquele equipamento que é a violência de gênero. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, a Vila do Índio continua sendo o território mais aquecido, uma morte ocorreu no confronto de um criminoso e a polícia, um outro caso foi um duplo homicídio também na Vila do Índio sem maiores repercussões, houve um caso de um espancamento de um jovem da Vila do Índio que atuava na área do Abrigo, o mesmo não resistiu aos ferimentos e veio a óbito, o motivo seria o assédio de mulheres do território. Houveram outros espancamentos, mas sem vítimas fatais.

A UPC Santa Lúcia no mês de novembro, não ocorreram registros de casos de violências no território, mas equipe percebeu uma intensificação do tráfico na região conhecida como Panela de Pressão, uma das análises iniciais, é que para que o tráfico seja lucrativo, é necessário fazer uma gestão da violência de maneira que as pessoas se sintam seguras em circular no território. Na Vila Barragem, um homem de 43 anos, advogado que foi até o território comprar drogas, foi alvejado após passar notas de dinheiro falsas para adquirir entorpecentes. No mês de dezembro a dinâmica voltou aquecer no território, uma tentativa de homicídio no beco Santa Rita, este localizado na Rua São Tomás de Aquino é bem próximo a UPC, impactando no cotidiano da comunidade e dos equipamentos públicos. Homicídio consumado em dezembro na região da Capelinha (Vila da Barragem). A equipe recebeu relatos em fevereiro de 2 situações de violências praticadas pelo grupo do Setor 13, um espancamento relacionado a dívida financeira, a violência levou o rapaz a ser internado em estado grave e está proibido de retornar para o território, o segundo caso, é de um idoso acusado de molestar uma criança de 11 anos, após a agressão o mesmo deixou a comunidade. O caso do homicídio consumado foi no Morro do Papagaio, no dia 11/02/23, a suspeita é que o CBG (Comando do Beco do Galope), tenha feito um acerto de contas interno.

O território da UPC Serra já se encontra sem homicídios há mais de 400 dias, mas é importante dar destaque para as leituras das diversas dinâmicas sociais e criminais do território. No bimestre referente a novembro e dezembro, não chegaram para equipe situações referentes a crimes contra a vida, ou alterações na dinâmica criminal do território que sejam mais preocupantes, o aglomerado se encontra em um período de estabilidade quanto a não ocorrência de homicídios há mais de 400 dias. Ainda que existam regiões que precisam de um acompanhamento constante da polícia e uma proximidade da proteção social, evitando outras violências, sabendo da existência da presença de armas, assim como comentários de disparos em diversos momentos. Uma questão grave e delicada foi apresentada para equipe no mês de dezembro, por intermédio de um atendimento, o caso se trata de uma denúncia de um grupo que tem aliciado adolescentes e jovens para a prostituição na região do Cafezal, na Vila Marçola. Segundo a atendida que foi até a UPC suas duas filhas estão se prostituindo no local, o perfil do público aliciado é de adolescentes e jovens do sexo feminino, em situação de vulnerabilidade e risco social. Uma das formas em que acontece esse aliciamento, é a oferta de produtos de beleza e estética, em que as jovens se sentem atraídas na busca do cuidado com a aparência, como forma de uma boa apresentação social. Em janeiro de 2023 durante o baile funk na virada do ano, 3 pessoas foram baleadas, mas nenhuma perdeu a vida, o caso ocorreu na Praça do Cardoso na Vila Marçola, uma jovem e outros dois homens. Também na Vila Marçola ocorreu o espancamento de um jovem que estava vendendo drogas sem autorização do tráfico local, o mesmo ficou muito ferido, o vídeo do espancamento circulou no território. Por fim, na Vila Marçola também temos um relato de estupro de uma adolescente de 16 anos, no contexto de um baile funk, a mesma utilizou suas redes sociais para realizar a denúncia, o que gerou comoção, mas incomodo do tráfico por ter atraído muito atenção para o caso, podendo prejudicar os interesses financeiros do grupo.



<https://www.alterosa.com.br/programas/alterosa-alerta/aglomerado-da-serra-esta-ha-um-ano-sem-registro-de-homicidios/>

A respeito das ameaças foram contabilizados: 19 ameaças de morte relacionadas ao crime 12 assim como em casos de conflitos interpessoais.

O relato da UPC Jardim Felicidade nos traz alguns elementos relacionados a ameaças de maneira peculiar, além de outros elementos que demonstram a complexidade dos territórios. O território do Jardim Felicidade, segundo o relatório analítico produzido nos meses de novembro e dezembro, a partir de uma análise do ano, foi possível considerar que o ano de 2022 apresentou um período maior de estabilidade sem alterações das dinâmicas sociais e criminais. Porém, essa instabilidade não impactou numa queda do número de homicídios, havendo um aumento de um caso em relação ao ano de 2021, de três homicídios consumados para quatro em 2022. A gestão social realiza uma ótima análise, considerando positiva a relação da UPC com as instituições públicas do território, mas uma necessidade de fortalecimento das ações junto às organizações sociais do terceiro setor. A UPC participa dos diferentes espaços institucionais e comunitários existentes no território, com destaque para as ações ocorridas no final do ano como: limpeza urbana de um ponto irregular de lixo às margens do córrego Tamboril, na Av. Fazenda Velha que corta o território, a ação foi organizada pela Associação Coletiva da Juventude, houve revitalização do espaço e plantio de mudas; outro espaço importante são as discussões a respeito da Estrada do Sanatório, uma área que gera muito conflito no território devido o abandono, descarte irregular de lixo, entulhos, o local traz muita insegurança para quem precisa transitar, vários encaminhamentos já estão ocorrendo entre a rede mista e a PBH. No mês de fevereiro ocorreu uma situação inusitada em uma oficina de futebol, jovens envolvidos com a criminalidade, passaram na oficina ameaçando de punição jovens que “cabritassem motos”, ou seja, empinassem em uma só rodo ou chamasse atenção com arruaças de moto nas ruas, a mensagem foi passada dizendo que este era um pedido também da polícia para evitar maiores problemas. Uma situação nova também tem sido acompanhada pela UPC, que foi a chegada no território de uma comunidade de mais de 100 indígenas Waraos, o grupo é acompanhado por um projeto dos Jesuítas em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Na UPC Primeiro de Maio que no seu relato destaca-se o conflito que passou a se intensificar no último bimestre de 2022 entre as microrregiões do Miolo e do Troca Égua, que seguem com tensionamentos e ameaças, até mesmo por provocações nas redes sociais, e outras situações mais graves como grupos rivais trânsito no território do adversário e realizando disparos de arma de fogo. É perceptível a maior ocupação da polícia no território. As equipes do FV já percebem o impacto na rotina dos jovens. No mês de dezembro ocorreu o homicídio, aparentemente a morte aconteceu com autorização de lideranças do tráfico que está na prisão, e os executores seriam filhos da liderança. Também ocorreu uma tentativa de homicídio e a suspeita que seja uma regulação do tráfico devido a roubos no território, mas também houveram comentários paralelos dizendo que a violência foi causada por desentendimento após consumo de álcool e drogas. Nos meses de janeiro e

fevereiro as questões que mais impactam no território têm relação com o conflito entre o Miolo e o Troca Égua, gerando trocas de tiros, ameaças mútuas, e até mesmo pessoas não envolvidas sendo feridas nas ruas. Foi necessário repensar programações e oficinas devido ao tensionamento do território. Mas destaca-se uma ação de proteção social no dia 31/01 em parceria com o CREAS, Consultório de Rua, Abrigo São Paulo e PRESP, foi realizada ação na Rua Elétron voltada para as pessoas em situação de rua. Na oportunidade, o Fica Vivo realizou oficina de dança e o Programa Mediação de Conflitos (PMC) executou um cinema falado com roda de conversa com a temática violência de gênero.

Em relação a atuação das polícias nos territórios, foram relatados: operações policiais com repercussão ou de conhecimento das UPC's 46 casos; violência policial 12 casos.

Ações de Proteção Social promovidas pelas Unidades: são inúmeras as ações e intervenções realizadas pelas unidades como forma de promoção da política de prevenção à criminalidade, e é importante darmos destaque às ações que vêm ocorrendo nos territórios, nesse sentido seguem algumas ações relatadas nos analíticos.

No Via Colégio e Palmital, no que diz respeito as atividades desenvolvidas pelos programas, em destaque foram os atos do pré-fórum realizado em conjunto pelos dois programas no dia 22/11 e contou com a participação de mais de 10 pessoas, envolvendoicineiros e lideranças comunitárias. E no dia 07/12, foi realizado o fórum multiterritorial de Santa Luzia, que contou com a presença de mais de 80 participantes e foi no SESC do município. O evento foi dividido em três momentos: Abertura, roda de reflexão dos eixos temáticos (fatores de risco e fatores de proteção) e o fechamento com público mobilizado dos quatro programas em atuação no município (FVI, PMC, CEAPA e PrEsp). Após o evento, tivemos retorno positivo da comunidade e da rede de proteção formal e permaneceremos em construção para provocação de uma audiência pública a fim de obter diálogo de implantação de um CAPS-AD no município.

Existem situações de aparente desordem em alguns territórios que infligem sobre a sensação de insegurança como descrito pela UPC Bom Jardim / Esperança, em que a aproximação da equipe com o território no mês de novembro, trouxe uma leitura sobre a sensação de insegurança da comunidade. Um dos fatores gerados é a percepção da comunidade da baixa presença da polícia no território, mas também pela sensação de distanciamento do poder público. Um caso que serve como exemplo é a Praça Central do Bom Jardim, existe uma cena de abandono e desordem, o uso do espaço de forma desordenada no dia de feiras, e o número significativo da cena de uso de álcool e outras drogas. No mês de dezembro foram noticiadas diferentes operações com resultados de prisões de grandes repercussões, mas o que mais chama atenção da equipe, é a presença do tráfico de drogas e o seu uso em espaços públicos, principalmente na região do bairro Esperança.

A perspectiva da Proteção Social apareceu em diversos relatórios como da UPC Minas Caixa em que a equipe no mês de novembro deu início a uma aproximação com jovens dos bairros Jardim dos Comerciantes e Nova York, trata-se de um atendimento necessário para compreensão das dinâmicas sociais e criminais desses territórios. As estratégias da UPC perpassam também pela aproximação dos equipamentos públicos e da rede mista local, no mês de dezembro foi possível a realização de uma reunião com a equipe do Centro de Saúde do bairro Jardim dos Comerciantes, a partir do diálogo a equipe conseguiu compreender a divisão entre Jardim dos Comerciantes e Mantiqueira, área de referência da ACS presente na reunião, e também acolher os relatos de casos de feminicídios e violência contra mulher. Na região do bairro MinasCaixa, Conjunto Minas Caixa e Borel foi proposta uma ação de organização comunitária, com uma referência comunitária e um agente do Consultório na Rua, a ação proposta recebeu o nome de projeto Outros Caminhos. O objetivo do projeto é a aproximação dos serviços como a UPC e o Centro de Saúde Minas Caixa com as pessoas em situação de rua do território, o agente do Consultório na Rua conduziu a dinâmica no dia da ação. No mês de janeiro ocorreu um homicídio e uma tentativa, em uma região conhecida como "Mar Vermelho" no Serra Verde, o conflito parece ter se dado com um grupo que atua na baixada do Minas Caixa.

Também podemos ler no relato da UPC Morro Alto, no mês de novembro não houveram registros de homicídios, em dezembro um homicídio consumado. O Nova Pampulha é uma região prioritária para implantação de oficinas, para que as leituras se tornem ainda mais qualificadas, criando condições para intervenções de prevenção a partir da proteção social. O homicídio ocorrido em dezembro foi no Novo Horizonte, a suspeita do GEPAR é que a motivação foi a disputa pelo tráfico, a população indica uma disputa interna do grupo, e algo que desafia a equipe quanto a aproximação com o território é ausência de espaços para implantação de atividades, no local existe uma escola e o bar Império, tido como os dois locais de espaços coletivos no território. No bairro Morro Alto, existem duas microrregiões, a Vila da Fé/Alho e um local bem próximo

à Av. Coletora 3, onde está localizada a UPC, o movimento intenso do tráfico, desde a presença de usuários de drogas, até mesmo a organização da separação dos entorpecentes e vendas, em vias públicas. A presença das drogas tão explícitas tem incomodado e chamado atenção dos moradores, e a equipe tem se preocupado com as intervenções mais intensas da polícia que certamente vão acontecer e podem gerar outros desdobramentos. Outra região complexa de se atuar é o microterritório da Caixa d'água, onde há uma baixa apresentação de proponentes. Novembro e dezembro, foi um período em que as ações estavam sob o efeito do pré-fórum e do fórum multiterritorial. Destaques dos efeitos do Fórum Multiterritorial: Vila da Fé, ação Sarau no Beco, realizado pelo FV, que permitiu a entrada das equipes naquela comunidade, realização de um Cine Debate; articulação da UPC para que o PrEsp realizasse uma ação junto ao CRAS do Morro Alto; O tema do fórum multiterritorial foi "Nós invisíveis: quais violências nos atravessam?", com um total de 95 participantes, possibilitou a aproximação do público LGTBTQIAP+, ou aumento da busca de mulheres para atendimento sobre violência. Em janeiro tivemos 1 homicídio de um homem no Nova Pampulha, a suspeita recai sobre o grupo da Rua Vinte e Cinco, a vítima era acusada de furtar drogas para o consumo e depois não conseguia quitar as dívidas. O segundo homicídio no final de janeiro foi quase em frente a UPC, na Av. Coletora 3, por volta das 15h, a vítima possuía ameaças no território, estava no bairro para visitar a mãe de criação, como ele já foi envolvido, havia boatos que ele planejava retomar o tráfico. A tentativa de feminicídio também foi um episódio muito violento com uma jovem esfaqueada nas ruas do bairro, e ainda outras cenas de violência devido à regulamentação do tráfico.

Em Betim, a equipe realizou 5 etapas preparatórias para a execução do Fórum multiterritorial, potencializando discussões com a rede de proteção, público atendido e rede de alternativas penais, quatro delas em escolas públicas, uma das ações foi integrada entre os programas de prevenção.

A UPC Vila Pinho no bimestre referente aos meses de novembro e dezembro não ocorreram homicídios, há uma leitura de um desaquecimento em relação à dinâmica no sentido da rivalidade de grupos, ou crimes de homicídios consumados. As ações de proteção social tem sido o maior investimento das equipes, um dos exemplos práticos foi uma mobilização para criação de uma rede mista no território. Porém, é importante destacar, que as violências continuam sendo utilizadas como um fator de controle comunitários como nos casos a seguir: um adolescente de 12 anos foi espancado pelo tráfico de drogas nas redondezas da rua Coletora, na Vila Pinho após um "derrame", o adolescente, envolvido com o tráfico desde os 09 anos, foi espancado como punição, mas segue circulando no território; o conflito de jovem de 19 anos que foi espancado por um membro do tráfico da região da Vila Ecológica após ter realizado furto de um botijão de gás da casa de uma moradora da região, a família do jovem agredido pelo fruto, ao encontrar o autor da violência, imobilizou o mesmo e chamou o familiar para se vingar, desde então o jovem de 19 anos não tem sido mais visto no território. Uma situação curiosa envolvendo a PM na região do Águas Claras, teve grande repercussão no território, uma viatura estava executando uma música do grupo Racionais MC's enquanto faziam ronda na região, algumas pessoas subentendem que se tratava de um sinal entre a PM e alguns envolvidos no tráfico, mas a equipe não conseguiu qualificar do que se tratava. Janeiro um homicídio por desentendimento devido dívidas na conta de um bar o caso foi no Bairro Castanheiras, próximo ao campo de futebol C2.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 9 •	• 9 •
Descrição do Indicador	
A sistematização de informações é uma importante ferramenta para o adequado acompanhamento e avaliação das ações e projetos em desenvolvimento, de modo a ser possível fazer uma análise crítica acerca dos avanços e, principalmente, dos desafios. Este indicador visa mensurar a quantidade de relatórios mensais a serem entregues pela OS, de acordo com cada instrumento definido abaixo. Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! Este Relatório constitui na sistematização das informações dos relatórios das equipes técnicas, de modo a retratar a dimensão e a complexidade da execução das oficinas, que deverá conter, no mínimo: 1. número de oficinas (por UPC, município e geral); 2. percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite); 3. percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional), bem como o detalhamento de cada modalidade; 4. percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associações comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros); 5. número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral); 6. número e percentual de oficinairos (por UPC, município e geral); 7. percentual de oficinairos por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral); 8. número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral); 9. média de jovens por oficina (por UPC e geral); 10. perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade); 11. frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral); 12. frequência de encontros realizados em oficinas. Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência. Relatórios de Gestão do Programa Se Liga Este Relatório apresenta análises qualitativas e quantitativas das ações realizadas pelas equipes técnicas do Programa Se Liga, que deverá conter, no mínimo: 1. Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo; 2. Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes; 3. Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes; 4. Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes; 5. Número de atividades culturais realizadas e de participantes; 6. Número de ações com familiares e de participantes; 7. Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo; 8. Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes; 9. Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas; 10. Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos; 11. Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado).	

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão do Programa Se Liga a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas

Este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos Analistas Sociais e Gestores do Programa Selo Prevenção Minas, que deverá conter, no mínimo:

- 1. Compilação e análise geral dos números e indicadores apontados nos Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada RISP, bem como uma qualificação descritiva das principais ações realizadas, quando for o caso;
- 2. Análise das principais discussões e encaminhamentos das plenárias das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade quando couber e/ou dos demais espaços de rede instituídos pelo Programa na RISP;
- 3. Análise das ações de participação social realizadas na RISP;
- 4. Análise do desenvolvimento dos eixos do Programa nas RISPs, por município;
- 5. Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa na RISP, tendo em vista os recortes de cada município.

A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Geral do Programa Selo Prevenção Minas, conforme diretrizes específicas emanadas pelo OEP, a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 17º Período Avaliatório foram entregues 9 relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção, 3 da Gestão do Programa Se Liga e 3 da Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, cumprindo integralmente a meta estabelecida.

Sobre as atividades do Fica Vivo!, importante destacar que o 1º trimestre de 2023 se encerrou com 312 oficinas ativas no Programa. Como apontado nos Relatórios Gerenciais anteriores, desde de o 2º semestre de 2022, o Departamento de Monitoramento desenvolveu uma ferramenta de BI (business inteligente), isto é, um painel interativo (*dashboard*) construído no software Power BI da Microsoft que permite aos gestores do programa Fica Vivo visualizarem e manipularem informações mais atualizadas de forma dinâmica e interativa. Nele são apresentados os dados gerenciais das oficinas temáticas do programa Fica Vivo, bem como os indicadores de atendimentos que são monitorados pelo Instituto Elo segundo requisitos do Programa de Trabalho de execução da Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais. Tal ferramenta torna o relatório de Gestão de Oficinas mais moderno, acessível e dinâmico para o monitoramento e intervenções qualificadas dos gestores da OS e OEP.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
▪ 100% ▪	▪ ▪
Descrição do Indicador	
Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do contrato de gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela Seplag, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela Seplag, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com os regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, e se coadunam com o objeto do contrato de gestão. Os Regulamentos próprios devem ser construídos de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da Seplag, e aprovados tanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP quanto pela Seplag. Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a Seplag estruturou um modelo de relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral (e Relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
▪ 100% ▪	▪ ▪
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº 45.969/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação prevista para a cada ação e documento consolidado pela SCP/SEPLAG demonstrando o resultado alcançado pelo OEP.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS

Área Temática: Produtos	
Produto 1.1. Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%
Descrição do Indicador	
Os "Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade" serão espaços de participação popular que ocorrerão nos territórios e municípios abrangidos pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Serão discutidas as diferentes temáticas, tais como, segurança pública cidadã e comunitária, fortalecimento da participação social na resolução de conflitos, prevenção à criminalidade, o enfrentamento à violência em razão de gênero, acesso ao Estado Democrático de Direito, juventudes, letalidade juvenil, lazer, políticas penais, entre outras. Deverão ser atendidas as seguintes diretrizes mínimas: a. A delimitação do tema deverá ser construída em conjunto com atores estratégicos, que por sua vez, devem guardar relação com o fenômeno mais amplo; b. A delimitação da área ou município de intervenção (considerar a área afetada pelo problema, tais como: uma vila, ruas, becos ou recortes específicos dentro da área de abrangência da UPC); c. Cronograma: definição de cronograma das ações de planejamento, execução e avaliação da(s) intervenção(es); d. Distribuição de tarefas operacionais para execução das ações; e. Considerar a necessidade de acionamento de algum órgão externo à comunidade; f. Elaboração dos documentos com as propostas do planejamento de cada fórum a ser realizado; g. Elaboração da intervenção (momento de operacionalização por parte dos colaboradores das UPC's): convites, material de divulgação, mobilização do público, entre outros; h. Registro da execução da intervenção (RGE da Gestão, relatórios qualitativos e quantitativos dos Programas de Prevenção); i. Realização de reunião de avaliação dos resultados das ações junto aos participantes (realizadores e público atendido). A OS será responsável por providenciar os recursos e insumos para a realização dos "Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade", com atendimento da legislação e normas pertinentes. A OS deverá enviar à SUPEC para aprovação, em até 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data de início do evento, o "Plano de Execução dos Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade" que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto à sua realização. A OS também deverá encaminhar à SUPEC o Relatório de Execução com todas as informações que demonstrem a regular execução de todos os "Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade", segundo modelo fornecido pela SUPEC. Após encaminhar o Relatório Circunstanciado, a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade dos Fóruns.	
Fonte de comprovação do indicador	
Critério de aceitação: Relatório de Resultado aprovado pela SEJUSP/SUPEC	
Fonte de Comprovação: Relatório de Execução aprovado e listas de presença	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Apesar de ser um produto do período avaliatório passado, no mês de fevereiro foi finalizado o projeto "Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade" e entregue no mês de março, conforme previsto no Programa de Trabalho do VI Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo.

O principal objetivo do Projeto se centrou em promover discussões de diferentes temáticas relevantes ao convívio social e à segurança pública em um espaço de participação popular a partir da integração do público dos programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Adicionalmente, buscou-se oportunizar reflexões com o público dos programas da Política

acerca das temáticas sugeridas e promover o diálogo entre o público atendido pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade, tendo em vista a viabilização de espaços de participação social para debates que abranjam os temas propostos. De mesmo modo, buscou-se, amplamente, dar visibilidade às ações desenvolvidas pela Política em suas múltiplas formas de atuação.

A fim de cumprir os objetivos listados, as UPC's de abrangência regional, municipal e local organizaram o público que acessam os programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade (Fica Vivo!, Projeto Mediação de Conflitos, PrEsp, Ceapa, Se Liga e Selo Prevenção) considerando o recorte dos municípios referenciados. Deste modo, a unidade de abrangência de cada Fórum é o município de referência e o conjunto de UPC(s) e Programa(s) que o circunscreve.

Assim, foram organizados 16 fóruns municipais, quais sejam, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano, Divinópolis e Governador Valadares.

Antes da realização dos eventos mencionados, foram investidas algumas reuniões preparatórias, a fim de mobilizar e dimensionar o público participante, bem como apresentar e iniciar as discussões propostas para o evento final. As reuniões referentes a Juiz de fora, BH e Governador Valadares foram as mais numerosas, cerca de 18, 14 e 14 encontros preparatórios, respectivamente. No total, foram contabilizados 91 atos preparatórios para os 16 municípios de referência para a execução do evento principal.

Tabela 12 – Quantitativo de Reuniões Preparatórias realizadas por município

Nº	Município	Quantidade
1	Belo Horizonte	14
2	Betim	6
3	Contagem	2
4	Divinópolis	1
5	Governador Valadares	14
6	Ibirité	0
7	Ipatinga	2
8	Juiz de Fora	18
9	Montes Claros	4
10	Patos de Minas	4
11	Ribeirão das Neves	6
12	Santa Luzia	7
13	Sete Lagoas	2
14	Uberaba	0
15	Uberlândia	0
16	Vespasiano	11
Total		91

No que se refere aos 16 fóruns municipais mencionados, o projeto superou as expectativas de público, previu a participação de 1.315 pessoas e o público total contabilizado foi de 1.555 participantes, sendo Belo Horizonte o município com maior contingente, 300 presenças.

O primeiro evento ocorreu no dia 9 de novembro de 2022, em Divinópolis, e o último ocorreu dia 15 de fevereiro de 2023, em Belo Horizonte. Vale destacar que o planejamento era que o evento de Belo Horizonte fosse realizado dia 17 de dezembro, encerrando todo o projeto nesse mês. Contudo, devido às chuvas, a complexa logística de deslocamento do público dos territórios das 14 UPC's de BH e ainda ao contexto das festas de final de ano, decidiu-se por adiar a data considerando o alto risco de esvaziamento do público do Fórum.

Síntese dos Fóruns Multiterritoriais

Data	Dia da Semana	Horário	Município	Tema	Estimativa de público	Público participante
------	---------------	---------	-----------	------	-----------------------	----------------------

09/11/2022	quarta-feira	17:00	Divinópolis	O mercado de trabalho para as pessoas em contato com o sistema penal: desafios e perspectivas	50	25
11/11/2022	sexta-feira	14:00	Montes Claros	Participação Social e Cidadania	100	79
17/11/2022	quinta-feira	09:30	Sete Lagoas	Segurança Pública Cidadã e Comunitária: O papel da comunidade na prevenção à criminalidade	70	97
22/11/2022	terça-feira	13:00	Uberlândia	Fórum de Segurança Cidadã e Prevenção à Violência de Gênero para Acesso à Direitos	60	60
23/11/2022	quarta-feira	17:30	Uberaba	Segurança Cidadã e Democracia: a inserção das pessoas egressas do sistema prisional e das pessoas em alternativa penal no mercado de trabalho	30	36
26/11/2022	sábado	09:00	Governador Valadares	Empregabilidade como ferramenta de prevenção à Criminalidade	80	96
26/11/2022	sábado	09:00	Ipatinga	"Almoço com a Prevenção" - Vulnerabilidades: Fatores de risco, proteção e suas várias interfaces"	60	53
29/11/2022	terça-feira	13:30	Patos de Minas	Patos de Minas - Segurança Cidadã em Patos de Minas - prevenção à criminalidade, trabalho em rede e participação social	50	88
30/11/2022	quarta-feira	13:00	Contagem	Acessa aí: Articulando Redes	70	104
06/12/2022	terça-feira	16:00	Vespasiano	Nós invisíveis: quais as violências que nos atravessam	40	95
07/12/2022	quarta-feira	13:00	Betim	Comunidade, Família, Território e Violência	150	120
07/12/2022	quarta-feira	09:00	Ibirité	Diálogo sobre gênero, raça e acesso a renda entre o público atendido pela UPC Ibirité e a rede de proteção e de alternativas penais no município	50	84
07/12/2022	quarta-feira	13:00	Santa Luzia	E aí, bora conversar?!: Prevenção à Criminalidade no diálogo sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas como desencadeador de violências	70	80
15/12/2022	quinta-feira	18:00	Juiz de Fora	Fortalecendo o Diálogo e a Disseminação sobre a Segurança Cidadã e Comunitária	80	120
17/12/2022	sábado	08:30	Ribeirão das Neves	Violências e Criminalidades: A Prevenção por meio da Segurança Pública Cidadã	80	118
15/02/2023	quarta-feira	13:30	Belo Horizonte	Segurança cidadã e comunitária no contexto das violências e acesso a direitos	275	300

Diante dos resultados apresentados, entende-se que os Fóruns Multiterritoriais atenderam de forma bastante satisfatória o objetivo de construir espaços para o diálogo e intercâmbio entre os públicos atendidos, a rede parceira e os programas da Política de Prevenção à Criminalidade do estado de Minas Gerais. O construção e fortalecimento dos laços com o público atendido pelos Programas e com a rede parceira destacam-se, adicionalmente, como um dos grandes ganhos do projeto, sobretudo considerando as rupturas e fragilidades geradas com a pandemia da Covid-19.

Os encontros pré fóruns e os eventos finais propriamente ditos foram marcados pelo protagonismo do público, pela construção de espaços de fala e de escuta, diálogo com a rede e, por vezes, propostas a curto, médio e/ou longo prazo de ações correlatas à cidadania, à segurança pública e ao convívio social.

Embora os fóruns, em sua quase totalidade, tenham sido concluídos há menos de três meses, é possível destacar vários desdobramentos importantes promovidos por esses espaços.

Em Santa Luzia, as equipes dos Programas têm realizado encontros com lideranças, sociedade civil e a rede com o objetivo de fazer uma audiência pública para a viabilização da implantação de um CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas) no município.

O fórum de Sete Lagoas, município recém adito à Política de Prevenção, fortaleceu a sua rede parceira, divulgou os Programas da UPC e proporcionou um diálogo com a Faculdade Santo Agostinho para estreitamento de laços a fim de ser realizado um projeto integrador entre faculdade e os Programas Ceapa e Presp.

Em Uberaba, construiu-se uma rede de empregabilidade – com a participação do governo estadual, judiciário e sociedade civil – voltada para a viabilizar a contratação do público egresso do sistema prisional e outros grupos vulneráveis. Situação similar ocorreu em Ibirité onde a discussão promovida no evento acerca do tema “Raça; gênero e empregabilidade” se desdobrou na construção de uma comissão de empregabilidade no município.

As discussões realizadas no Fórum em Uberlândia deram início à criação de uma rede de enfrentamento de violência contra as mulheres considerando não apenas esse município, mas toda região do Triângulo Mineiro.

Além dos resultados qualificados no relatório apresentado, destacam-se os bons resultados no que se refere ao número de pessoas presentes e a economicidade de recursos. Superando as expectativas, o planejamento previu um público total de 1315 participantes e se obteve ao todo 1.555 presenças nos 16 Fóruns ocorridos, uma média de 97 pessoas. Tudo isso a um custo total de R\$ 121.178,22 demonstrado total responsabilidade com o recurso público tendo em vista as várias parcerias estabelecidas com a rede para a concessão gratuita de espaços e outros insumos. Tais ações foram fundamentais não somente do ponto de vista da economicidade do recurso público, mas também pela promoção do maior envolvimento e fortalecimento do sentimento de rede pelos atores e instituições parceiros.

Como lições aprendidas e aprimoramento para os próximos fóruns multiterritoriais aponta-se: i) a importância da ampliação do fornecimento do transporte para o deslocamento do público até os locais em que aconteceram os eventos, sobretudo em municípios onde os territórios alvo do projeto são distantes do local de realização do Fórum. Nota-se que os locais de maior adesão contaram com esse tipo de estratégia. ii) Como os fóruns aconteceram da forma quase simultânea em todos os municípios e envolvendo todos os programas e UPCs, ficou evidente a alta complexidade do projeto e a consequente necessidade de um tempo maior para maturar, planejar e executar os fóruns, bem como a inclusão de mais cursos e alinhamentos sobre o processo de compras e contratações. iii) Por fim, recomenda-se evitar que os próximos fóruns ocorram no final de ano para não concorrer com todas as particularidades que envolvem as festas de natal e as férias escolares.

A seguir, consta os registros fotográficos dos eventos:



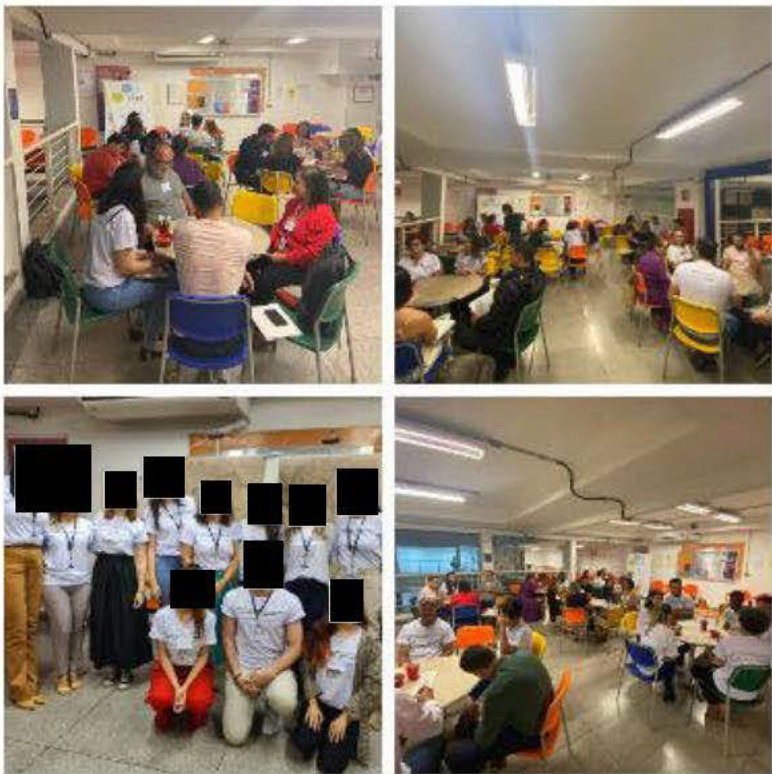
BETIM



BELO HORIZONTE



CONTAGEM



DIVINÓPOLIS



GOVERNADOR VALADARES



IBIRITÉ



IPATINGA



JUIZ DE FORA



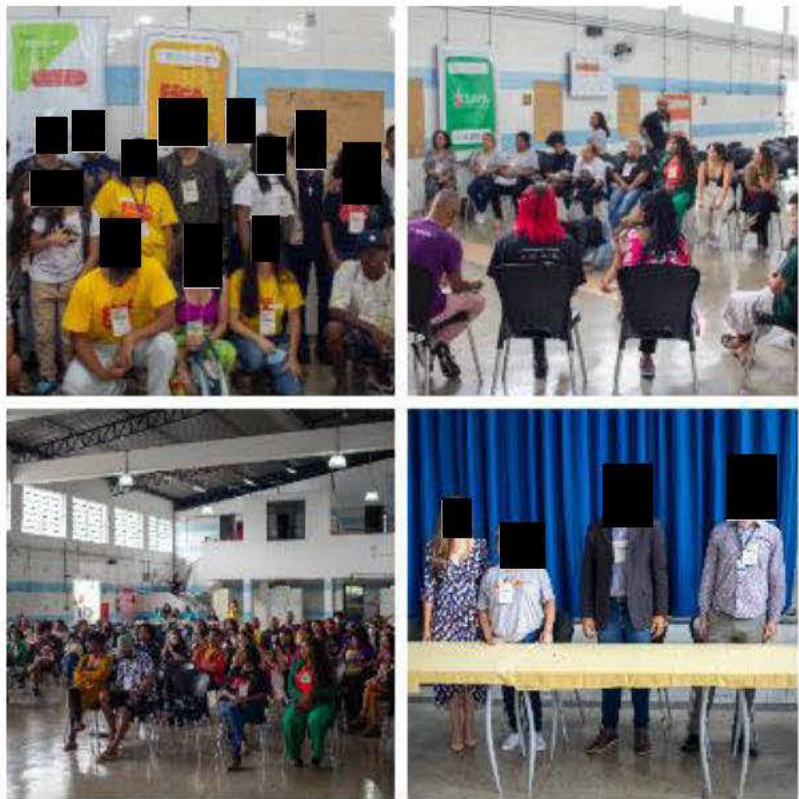
MONTES CLAROS



PATOS DE MINAS



RIBEIRÃO DAS NEVES



SANTA LUZIA



SETE LAGOAS



UBERABA



UBERLÂNDIA

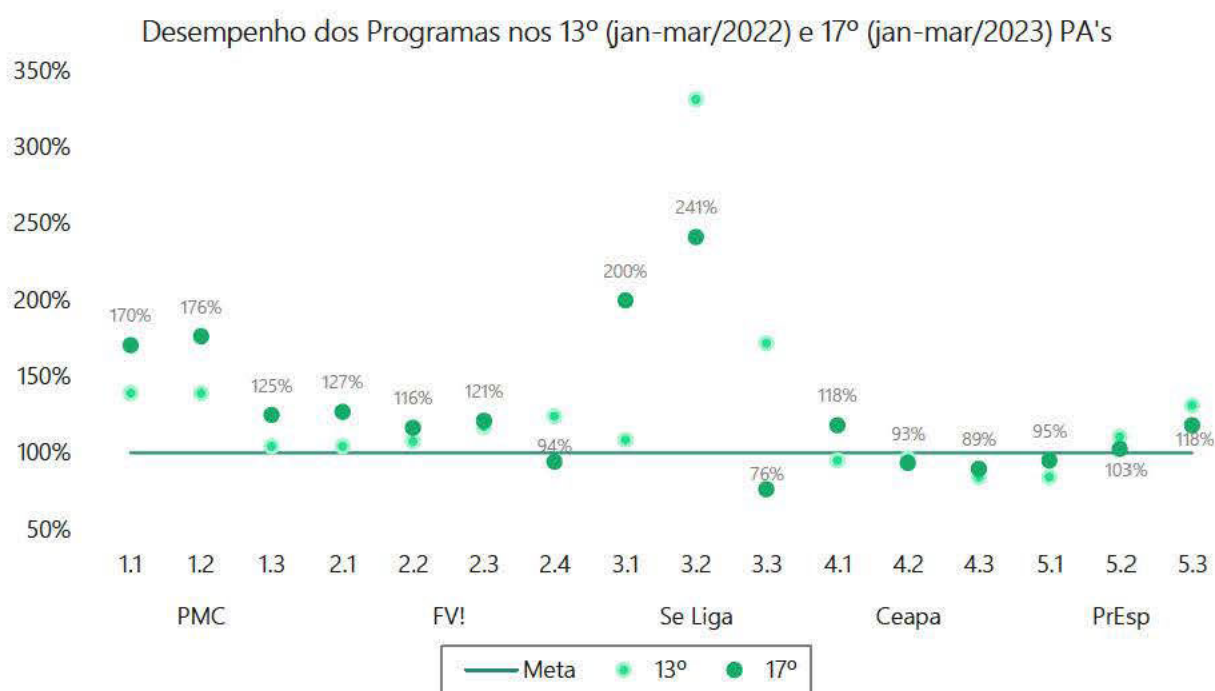


VESPASIANO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 17º Período Avaliatório (01/01 a 31/03/2023), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 30 indicadores. Do total de indicadores, 22 tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório. Ainda, importante destacar que, nos 6 casos em que a meta não foi alcançada, Indicadores 2.4; 3.3; 4.2, 4.3, 5.1 e 6.1, nota-se que seus resultados chegaram próximo ao objetivo, com uma média de cumprimento de 85%¹. No que se refere aos produtos, tivemos o Fórum de Belo Horizonte findando os 16 eventos municipais previsto do Projeto. Nesses termos, seguindo a tendência estabelecida nos períodos avaliatórios de 2022, o 17º período avaliatório manteve o padrão de resultados positivos.

No gráfico abaixo é possível comparar os resultados dos indicadores para o mesmo trimestre coincidente (janeiro, fevereiro e março) do ano passado (2022), condizente ao 13º PA, e do ano referente (2023), que diz respeito ao 17º PA. As medidas representadas correspondem ao percentual atingido da meta, de modo que estar abaixo de 100% significa pontuar que o indicador não atingiu a meta como se espera.



Fonte: Instituto Elo, 2023.

Nesse sentido, nota-se que 5 indicadores do presente PA não alcançaram 100% da medida estipulada. Dentre eles, destaca-se negativamente o indicador 3.3 do programa Se Liga, que, no ano anterior, havia atingido a meta em 172% e no presente ano demarcou 76%. Apesar disso, este foi o único a não ultrapassar 89% da meta, marcando uma distância curta entre o resultado almejado e o realizado para os 4 demais.

¹ Esse valor seria 90%, caso desconsiderasse o desempenho do indicador 6.1 - Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher – cujo desempenho de 55% de cumprimento puxou a média para baixo. Lembrando que o desempenho desse indicador está relacionado à implantação da Unidade de Pouso Alegre ocorrida apenas no dia 20 de março. Portanto, por estar em fase inicial, ainda não conta com entrada de público e, assim, não atuou nas frentes mensuradas por dois dos três indicadores.

Em relação ao PMC, todos os indicadores atingiram o nível intentado, assim como foi observado no primeiro trimestre de 2022. Os Indicadores 1.1 e 1.2 ultrapassaram 70% e 76% da meta estabelecida, respectivamente, denotando um ótimo resultado para o Programa.

No que se refere ao Fica Vivo!, percebe-se percentuais similares em ambos os períodos para os indicadores que atingiram a meta em 2023, 2.1, 2.2 e 2.3, e um acréscimo moderado em relação aos resultados mais recentes. O melhor desempenho do Programa em questão está no Indicador 2.1, cuja amplitude ultrapassou 27% do limite estabelecido. Os resultados relativos ao Programa Se Liga, por sua vez, demarcaram altos percentuais alcançados referentes às metas dos indicadores 3.1 e 3.2, com mais de 200% do valor objetivado atingido para ambos.

O programa Ceapa compôs 1 item (Indicador 4.1) acima da meta de seus 3 indicadores. Destaca-se que este havia atingido menos de 100% em 2022, o que corrobora um resultado ainda mais positivo. Como mencionado, os indicadores 4.2 e 4.3 evidenciaram resultados insuficientes para o nível esperado. Entretanto, entende-se que ambos não apresentam uma diferença distante da meta, uma vez que expõem cerca de 90% da expectativa. Quanto ao PrEsp, observa-se percentuais bastante similares entre os dois períodos. O Indicador 5.1 foi o único relativo ao Programa que não atingiu a meta, porém com um percentual faltante de apenas 5%.

O primeiro trimestre de 2023 foi um período de planejamento, início da execução dos produtos pactuados e, obviamente, de desenvolvimento e aprimoramento das atribuições cotidianas dos Programas. Em três meses foram realizados 64.994 atendimentos pelos programas, ampliado o número de oficinas do Fica Vivo!, concluídos os Fóruns Multiterritoriais e a primeira etapa do Circuito Liberdade. Somado a isso, vários projetos e seminários já em desenvolvimento prometem mais um ano de muitas conquistas e avanços para a Política de Prevenção Social à Criminalidade e toda a população mineira.

COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:07:40 do dia 22/03/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/09/2023.

Código de controle da certidão: **CB5C.3CBF.D17B.980B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão n°: 42001598/2022

Expedição: 28/11/2022, às 09:56:18

Validade: 27/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 /
CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-
100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/04/2023 a 02/05/2023

Certificação Número:
2023040301044577718648

Informação obtida em 10/04/2023 14:32:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
12/04/2023CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
11/07/2023

NOME/NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO ELO

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004582069.00-79

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: R DOS GUAJAJARAS

NÚMERO: 1570

COMPLEMENTO: SALA 301,

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180099

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000637315468



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABGHLGNNIQ**

Documento/Certidão nº **22.967.267** Exercício: **2023**

Emissão em: **05/04/2023**

Requerimento em: **10:52:02**

Validade: **05/05/2023**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2023.



Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo

